



Thamires da Silva Ribeiro

**Cuidar em família: uma análise sobre os
significados atribuídos por famílias
atendidas no Centro Cultural A História
Que Eu Conto/Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC- Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro
Abril de 2016



Thamires da Silva Ribeiro

**Cuidar em família: uma análise sobre os
significados atribuídos por famílias
atendidas no Centro Cultural A História
Que Eu Conto/Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social do Centro de
Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª Ariane Rego de Paiva

UGB

Profª Rita de Cassia Santos Freitas

UFF

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Thamires da Silva Ribeiro

Graduou-se em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2009. Especializou-se em Desenvolvimento Humano na Abordagem Transdisciplinar Holística na Faculdade São Judas Tadeu/ Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ RJ) em 2014. Atua profissionalmente como Assistente Social na Coordenação do Núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto.

Ficha Catalográfica

Ribeiro, Thamires da Silva

Cuidar em família: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto-Rio de Janeiro / Thamires da Silva Ribeiro; orientador: Antônio Carlos de Oliveira. – 2016.

164 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Famílias. 3. Cuidado. 4. Cuidado familiar. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Ao território de Senador Camará, lugar de meu nascimento e criação, a região de Vila Aliança, terra onde coloquei em prática a minha profissão, ao Centro Cultural A História Que Eu Conto, espaço de paixão, conflitos e militância, ambiente em que os sonhos se encontram, apesar dos caminhos serem diversos. Às famílias, adolescentes e educadores que tive o privilégio de conhecer, aprender, atender e acompanhar. E lhes sou eternamente grata pelo aprendizado, experiência que me ensinou a ser mais Humana e contribuiu em dar mais sentido a minha atividade profissional, desafiando-me à busca incessante pelo aprimoramento teórico e prático.

Agradecimentos

À Deus, à Nossa Senhora de Aparecida e aos guias da Casa de Geraldo, agradeço pela minha vida, por cada dia e instante.

À minha avó/mãe/madrinha Dafine (in memorian), pelo seu amor e axé, seus ensinamentos de vida, por me fazer o que sou, me olhar e benzer aonde eu for. Amor divino! Estarás sempre comigo!

À minha mãe/amiga Mônica e família, que com toda simplicidade, livres de entendimento ou concordância, me fortaleceram, confiaram e permitiram que eu fizesse meus caminhos e escolhas.

Ao Samuel Muniz, parceiro, amigo, comemorou cada etapa, acreditou quando eu duvidei, me acalentou nas aflições e respeitou meus rompantes. Amo você!

Ao Professor Antonio Carlos, um Ser Humano admirável, com sua competência, rigor, tolerância e abertura me orientou primorosamente. Minha gratidão pelo carinho, confiança, cuidado, paciência, sobretudo, na disponibilidade nos finais de semana que ocupei com minhas mensagens. Amo!

À Professora Sueli Bulhões, pelo exemplo de profissional, com sua competência, dedicação e amor. Uma alegria e privilégio por contar com você em mais uma etapa profissional, uma honra!

Aos demais professores e professoras do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela partilha dos saberes e experiências.

Aos funcionários e funcionárias do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela disponibilidade e orientações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio pela oportunidade e confiança em me aceitar no seu quadro de mestrado e a CAPES por fomentar minha bolsa de estudo e possibilitar maior dedicação a pesquisa.

Às professoras Sueli Bulhões e Rita de Cássia pelas diversas contribuições no exame de qualificação, que foi fundamental para meu processo de produção do conhecimento.

À família Centro Cultural A História Que Eu Conto, não tenho palavras para expressar minha gratidão, por todo amor, cuidado, confiança, compreensão, auxílio, paciência e força. É um imenso prazer fazer parte dessa história e sonho. É a finalização de um ciclo de entrega total, com imensuráveis aprendizados e conquistas. Amizades para toda a vida!

Às famílias de Senador Camará e Vila Aliança, pela abertura, disponibilidade, afeto e confiança que me permitiu adentrar em suas histórias, dores, prazeres e intimidades. Ensinaaram-me mais do que possam imaginar!

Aos colegas da turma de Mestrado 2014, pelas trocas, experiências, aflições, alegrias, discussões que enriqueceram meu processo de aprendizado.

Ao Júlio Mendes, amigo querido, desses que a gente leva pela vida afora.

À Universidade Internacional da Paz do Rio de Janeiro pela confiança, apoio e torcida!

À Rosimery Juventude pelo acolhimento, escuta e auxílio, por me fazer olhar e entender o mestrado como um processo de autoconhecimento.

Ana Paula Santiago por me confortar em momentos de desespero, pela disponibilidade, escuta e por me auxiliar na formatação. Muito Grata minha Amiga!

À Rita de Cássia Teixeira da Silva pela disponibilidade e auxílio na correção do português.

Aos meus amigos por toda a compreensão de minhas ausências, por conta dos inúmeros afazeres, pelo carinho e grande torcida que fizeram na conquista de mais um sonho.

Resumo

Ribeiro, Thamires da Silva; Oliveira, Antonio Carlos de. **Cuidar em família: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2016, 164 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo busca analisar significados atribuídos à família e cuidados cotidianos por famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto, organização da sociedade civil localizada na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, a partir da elaboração de um roteiro aplicado em cinco famílias moradoras de um território vulnerabilizado, atravessado por intensa violência e invisibilidade do poder público, a fim de identificar suas concepções e práticas de cuidados familiares. O recurso metodológico para a análise de dados consistiu na análise de conteúdo em sua modalidade temática. Os resultados apontam para a necessidade de compreender as famílias em seu contexto histórico e sociocultural, considerando a pluralidade de formas de viver, onde se constroem diversas formas de cuidar. Também se constatou a existência de um cuidado pensado que por vezes diverge do cuidado vivido no cotidiano das relações, fortemente influenciado pelo contexto de um Estado “Famílista”, pouco presente na garantia de políticas públicas de suporte às famílias em sua função cuidadora.

Palavras-chave

Famílias; cuidado; cuidado familiar.

Abstract

Ribeiro, Thamires da Silva; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **Caretaking within the family: an analysis on meanings attributed by families assisted at The Story I Tell Cultural Center/Rio de Janeiro (Centro Cultural A História Que Eu Conto)**. Rio de Janeiro, 2016, 164 p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to analyze the meanings attributed to family and daily caretaking by families assisted at The Story I Tell Cultural Center, civil society organization located in the West Side of Rio de Janeiro capital. It is a research of qualitative approach, as from a script developed to be implemented within five families that inhabit a vulnerable territory, crossed by intense violence and invisible to public authorities, aiming to identify their conceptions and practices of family caretaking. The methodological resource for data analysis was the content analysis as from its theme modality. The results point to the need to understand families from a historical and sociocultural context, considering the ways of life plurality, in which are built various kinds of caretaking. The research certified the existence of a theoretical caretaking that occasionally dissent from the caretaking practice in daily relationships, strongly influenced by the State “Familism” context, a State little present in the assurance of family support public policies in its caretaker function.

Keywords

Families; caretaking; family care.

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução | 14 |
| 1. Famílias: permanências e mudanças | 23 |
| 1.1. Famílias Brasileiras | 23 |
| 1.1.1. Relações familiares e de gênero no Brasil | 34 |
| 1.2. Famílias: concepções e práticas | 46 |
| 1.2.1. Notas sobre a discussão do Estatuto da Família no Brasil | 50 |
| 1.2.2. Redescoberta das famílias como espaço de cuidado | 57 |
| 2. Cuidados | 66 |
| 2.1. Aproximações teóricas | 66 |
| 2.2. Famílias e Cuidado: um espaço em construção | 74 |
| 2.2.1. Cuidado Familiar | 86 |
| 2.3. Cuidados Familiares: idealizações pensadas e realidades vividas | 92 |
| 3. Significados atribuídos às práticas de cuidado nas dinâmicas das famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto | 104 |
| 3.1. Metodologia | 104 |
| 3.1.1. Escolha do campo e identificação das famílias | 106 |
| 3.1.2. Realização da pesquisa | 107 |
| 3.1.3. Análise dos dados | 108 |
| 3.2. Caracterização do campo da pesquisa | 110 |
| 3.3. Construção do roteiro da pesquisa | 113 |

| | | |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.4. | Conhecendo as famílias pesquisadas | 115 |
| 3.4.1. | Famílias: trajetórias, significados, desejos e suas realidades | 117 |
| 3.4.2. | “Mulher é a Dona da Casa”. Será? | 122 |
| 3.4.3. | “É sempre assim, tudo sou eu”: sobrecarga feminina nos contextos das dinâmicas familiares | 126 |
| 3.4.4. | “Eu queria ter sido cuidada pela minha mãe”: concepções, desejos e realidades das práticas de cuidados em família | 129 |
| 3.4.5. | Cuidado Familiar | 133 |
| 3.4.6. | Autoridade feminina no cuidado: estratégias de utilização do Programa Bolsa Família | 137 |
| 3.4.7. | Processos de culpabilização feminina: divergências e convergências entre cuidado pensado e cuidado vivido | 140 |
| 4. | Considerações Finais | 144 |
| 5. | Referências Bibliográficas | 150 |
| 6. | Anexos | 159 |
| 6.1. | Anexo 1 – Autorização da Câmara de Ética para a realização da pesquisa de campo | 159 |
| 7. | Apêndices | 160 |
| 7.1. | Apêndice 1 – Termo de Consentimento livre e esclarecido | 160 |
| 7.2. | Apêndice 2 – Roteiro de entrevista | 163 |

Lista de Ilustrações

| | | |
|------------|--------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1- | Percentual de casais com filhos por décadas | 31 |
| Tabela 1- | Arranjos domiciliares no Brasil e regiões, percentagem, 2010 | 31 |

Não me iludo
Tudo permanecerá
Do jeito que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando
Todos os sentidos...

Pães de Açúcar
Corcovados
Fustigados pela chuva
E pelo eterno vento...

Água mole
Pedra dura
Tanto bate
Que não restará
Nem pensamento...

Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Transformai
As velhas formas do viver
Ensinai-me
Oh Pai!
O que eu, ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo
Socorrei!...

Pensamento!
Mesmo o fundamento
Singular do ser humano
De um momento, para o outro
Poderá não mais fundar
Nem gregos, nem baianos...

Mães zelosas
Pais corujas
Vejam como as águas
De repente ficam sujas...

Não se iludam
Não me iludo
Tudo agora mesmo
Pode estar por um segundo...

Tempo Rei
Gilberto Gil

Introdução

O presente trabalho está vinculado à linha de pesquisa Violência, Direitos Serviço Social e Políticas Intersetoriais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Este estudo concretiza o sonho transformado em realidade por meio de um processo de desejo, aspirações, gestação e amadurecimento no campo empírico, cujo objetivo é analisar significados atribuídos à família e cuidados cotidianos por famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto.

Nesse sentido, o desenvolvimento da análise perpassa pela identificação de como as famílias entrevistadas, percebem, a partir de suas histórias e vivências cotidianas, os seus significados e práticas de cuidados familiar.

A escolha por esse recorte tem como marco inicial as seguintes indagações: Como são as formas de cuidado nas dinâmicas familiares? Que referencial teórico pode auxiliar na compreensão das relações estabelecidas entre famílias e cuidado? O que significa cuidar para as famílias? Como o cuidado acontece nas dinâmicas familiares? De que forma a concepção de cuidado é construída no imaginário e vivenciada no dia a dia da família?

O interesse pelas temáticas famílias e cuidados advém da vivência ao longo de cinco anos como profissional de Serviço Social no trabalho com famílias, atuando na coordenação do núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto (CCHC), situado na divisa de Senador Camará e Vila Aliança – Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Ao ser convidada para implantar no CCHC um núcleo responsável pelo atendimento às famílias, adolescentes e equipe institucional, no mês de novembro de 2011, não tinha noção da possibilidade de emergir dali inúmeras indagações que subsidiariam a construção de um objeto de pesquisa. Atuando em dupla com uma profissional de psicopedagogia/terapeuta, assumimos o desafio posto, concebemos e implantamos na Instituição o núcleo denominado Desenvolvimento Humano (D.H.).

O maior desafio do processo de implantação do núcleo D.H. estava em adaptar e fundamentar teoricamente uma prática metodológica desenvolvida ao longo de anos pelo Educador Social Samuel Muniz, que por sua vez, era o idealizador da Instituição.

O referido núcleo estrutura-se em cinco eixos centrais, sendo o primeiro voltado à construção de um espaço reservado para realização de abordagens, atendimentos e acompanhamento das famílias, adolescentes e equipe. O segundo consiste no desenvolvimento de oficinas socioeducativas¹ com os adolescentes atendidos nas oficinas culturais promovidas gratuitamente. O terceiro refere-se à capacitações, estudos de caso e encontros com os educadores e a equipe, a fim de potencializar o seu trabalho junto aos adolescentes. O quarto constitui em encontros e acompanhamento via telefone com as famílias dos adolescentes atendidos. E o quinto envolve o trabalho em rede pública e privada do Sistema de Garantia de Direitos, através de participação em reuniões dos conselhos de direitos.

Inicialmente o trabalho com as famílias foi desenvolvido por meio de atendimentos individualizados e o acompanhamento telefônico, com a finalidade de estreitar os vínculos e construir uma relação de confiança. O acompanhamento telefônico concerne em entrar em contato com as famílias a fim de informá-las sobre o funcionamento do projeto e os dias de tensão do território, em decorrência dos conflitos provenientes das intensas incursões policiais. “Para enfrentar as inseguranças, e ainda, as incertezas sobre o futuro, é necessário o cuidado com o sujeito em suas relações que provocam medo e sofrimento, não no sentido de melhor adaptação, mas de emancipação” (Faleiros, 2013, p. 88).

Os atendimentos individualizados foram realizados sob o viés do cuidado, onde a escuta, o olhar, a pessoa, são fundamentais, e, apesar da humanização ser a principal ferramenta utilizada, o objetivo não estava na adaptação do sujeito, porém, sim na emancipação do mesmo como sujeito de direitos.

Numa perspectiva do Serviço Social crítico, o cuidar não se reduz apenas a um estilo de relação pessoal, mas se constrói como um valor que se agrega ao trabalho profissional e faz parte de uma relação de inclusão, escuta e

¹ As oficinas socioeducativas acontecem de acordo com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no âmbito da proteção social referente a segurança de convívio ou convivência familiar, que aborda questões relativas a oferta de experiências socioeducativas.

reconhecimento do outro e de sua alteridade como forma de acolhimento e qualidade da atenção. Desta forma, contribui-se para uma ruptura com a sociedade do abandono (Robles, 2010) e com a crítica ao descaso capitalista. O cuidado pode estar presente tanto numa perspectiva clínica, como no dia a dia das relações institucionais e profissionais. No entanto, não se confunde com a clínica e muito menos com a cura, pois seu objetivo é axiológico, centrado na construção de uma sociedade em que seja fundamental a valorização do outro, do meio e do tempo, que é não só de cada um mas o tempo da vida (Waldow, 2005) e **na valorização da necessidade de se ter um pressuposto do que seja o humano na luta pelos direitos humanos** (Boff, 1999). (Faleiros, 2013, p.88, grifo nosso).

Nos atendimentos individualizados com as famílias eram utilizados instrumentos específicos do núcleo D.H. e do Serviço Social, que possibilitaram a reflexão sobre si e os conflitos familiares vivenciados no espaço doméstico que consistia na principal demanda das famílias atendidas. Geralmente esses conflitos surgiam de diferentes entendimentos acerca das práticas de cuidados, por vezes, as responsáveis, sobretudo, mulheres traziam nos seus relatos uma culpa por não estarem cuidando da forma que desejariam. Além de se emocionarem ao confidenciar seus medos em relação ao desenvolvimento dos filhos num ambiente de extrema violência urbana, marcado pelo intenso conflito entre tráfico de drogas e polícia, e a insuficiência de serviços públicos que atendam seus direitos sociais, configurando numa violência estrutural.

O universo das práticas de cuidados em famílias estava presente na maioria dos estudos de caso realizados pela equipe de atendimento e junto com os educadores, tornando-se num elemento de constantes indagações acerca dos diversos modos e entendimentos de cuidar, pois a maioria dos conflitos familiares tinha como cerne o significado do cuidar, que por sua vez, era uma questão recorrente que aparecia de forma implícita nas demandas apresentadas pelas famílias.

Sendo assim, a partir dos atendimentos percebi que havia uma lacuna entre a idealização e a prática de cuidar. De modo ainda incipiente, saltava aos olhos essa realidade empírica que instigava e desafiava minha atuação profissional, e ainda de forma bruta começava a criar contornos do objeto de pesquisa, que a priori visava compreender os seus significados e práticas de cuidados nas dinâmicas familiares.

A aproximação bibliográfica acerca das concepções e questões que perpassam a temática família e cuidado foi sendo construída ao longo da minha

graduação (2005-2009); extensão em cursos de Famílias e Políticas Públicas, Famílias na Contemporaneidade (2008 - 2009); pós-graduação em Desenvolvimento Humano na Abordagem Transdisciplinar Holística (2012 - 2014). Além da inserção como bolsista PIBIC (2009), do Departamento de Serviço Social, no projeto de pesquisa, coordenado por Irene Rizzini, intitulado “A família nos dispositivos de cuidados para crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental: promovendo o direito à convivência familiar”. O objetivo principal desta pesquisa foi identificar os serviços de cuidado na região de Jacarepaguá a crianças e adolescentes com transtorno e/ou deficiência mental e discutir suas formas de atendimento, debruçando sobre os conceitos de família, cuidado, transtorno mental, deficiência mental e convivência familiar.

A bibliografia estudada possibilitou um maior reconhecimento da temática que implicou diretamente sobre a minha atuação profissional junto com as famílias no núcleo de D.H. me permitindo perceber que há diversidade de concepções sobre a mesma e o quanto o conceito cuidado é bastante explorado na área de saúde, sobretudo, da enfermagem. Contudo, para além da saúde, a temática cuidar ainda é pouco estudada, principalmente, na sua dimensão prática do cotidiano nas famílias.

Adentrar nesse território desconhecido e pouco explorado dentro da categoria profissional foi muito tenso e angustiante, onde por estar ainda que nebuloso, não conseguia expressar com clareza o recorte do objeto.

No âmbito do Serviço Social, a questão do cuidado muitas vezes é confundida com o atendimento adaptativo (...). No entanto, a mediação da responsabilidade com o outro, e com o sofrimento da exclusão e dos impactos do capitalismo na vida cotidiana, faz parte de uma análise crítica do sistema, a partir das relações com o sujeito usuário que não é só uma força de trabalho mecânica, mas um sujeito real e um sujeito de direito. (Faleiros, 2013, p.88)

E apesar das temáticas famílias e cuidado parecerem evidentes, há um universo de significados, leituras, concepções e práticas cotidianas imbuídas e inexploradas.

Oliveira (2011) reflete sobre essa aparente obviedade ao se falar de famílias que se estende também quando abordamos a questão do cuidado.

Na verdade o valor *família* consiste em um dos grandes *a priori* de nossa sociedade. Trata-se de um valor que mais do que indiscutível, pode-se dizer indiscutido, tal sua obviedade. Valores como esse são tomados de forma tão absoluta que, como nos demonstra Da Matta (1987), via de regra, são tratados como sendo a históricos e naturais. (Oliveira, 2011, p.83)

Nesse sentido, esta temática torna-se bastante relevante para o Serviço Social, por fazer parte do cotidiano de muitos profissionais, e se desenhar num novo cenário de composição familiar da sociedade brasileira, num contexto de muitos desafios, tanto no que diz respeito às questões trazidas pelas transformações nas famílias (Bilac, 1995), quanto pelo pouco explorado conceito de cuidado no âmbito familiar.

Além disso, o cuidado perpassa pela prática de atendimento de diversos profissionais do Serviço Social, sendo imprescindível a realização de estudos e pesquisas numa temática ainda tão desconhecida. Vale ressaltar que toda prática advém de uma teoria que pode estar explicitamente ou implicitamente definida.

Nessa lógica desvelar e elucidar o cuidado, em prol de sua definição e delimitação conceitual torna-se essencial tanto para o campo de atuação dos profissionais que trabalham com atendimento, gestão, planejamento, entre outros, quanto para o processo de elaboração de políticas públicas e estratégias de intervenções.

O cuidado político e crítico inscreve-se numa perspectiva de ressignificação do sujeito e da estrutura na co-construção da relação democrática e cidadã entre profissional e público atendido. Não se tratando de mais uma ilusão da mediocridade do atendimento e do individualismo, mas de um processo que precisa estar articulado às condições e às estratégias objetivas do fortalecimento da ética, da crítica e da mudança, valorizando as expressões dos sujeitos em relação à garantia de seus direitos. (Faleiros, 2013, p.89)

Sendo assim, a reflexão teórica acerca dessas categorias pode subsidiar a dimensão prática, ou seja, técnica operativa do profissional de serviço social que lida diretamente com as famílias em seu cotidiano.

Cabe destacar que a pesquisa a ser apresentada possui sua origem a partir do desenvolvimento da prática profissional, advinda de um amadurecimento no campo empírico ao longo de um período de reflexões para se transformar num objeto de estudo a ser pesquisado.

Dessa forma, de trabalhadora que ainda atua na coordenação do núcleo de Desenvolvimento Humano, me apresento à instituição como aluna de mestrado e pesquisadora, com a intencionalidade de transformar o que era somente um ambiente de trabalho, num campo de pesquisa. Para isso foi necessário haver um distanciamento² de algumas funções que desempenhava imprescindível para desenvolvimento da pesquisa.

Nessa lógica a escolha do campo, não foi aleatória, mas configura-se no espaço repleto de significados para a pesquisadora, pois além de ser o lócus de germinação dos questionamentos, olhares, práticas, reflexões que culminaram na pesquisa. A instituição fica localizada no bairro de nascimento e criação da mesma, representando seu campo de militância na luta pela garantia de direitos de um território invisível.

Assim, o distanciamento do trabalho direto com as famílias foi fundamental para que desenvolvesse a estranheza do que era cotidianamente vivenciado e visível. Desse modo, era cada vez mais perceptível o objeto de estudo que a partir do seu recorte consiste na seguinte indagação: De que forma a concepção de cuidado é construída no imaginário e vivenciada na dinâmica familiar?

Mediante a definição e delimitação do objeto, iniciou-se a reflexão acerca do caminho metodológico a ser adotado. Nessa perspectiva, a estratégia metodológica escolhida para o desenvolvimento da pesquisa consiste na abordagem qualitativa, pois permite conhecer as histórias dos sujeitos, sob o seu próprio olhar (Minayo, 2006). Essa abordagem é fundamental para a pesquisa que tem como objetivo analisar sob a ótica das famílias os significados atribuídos e práticas de cuidados cotidianos.

A partir da abordagem qualitativa, a técnica escolhida para a seleção dos sujeitos da pesquisa foi a saturação teórica, que consiste numa ferramenta utilizada que não precede de uma delimitação quantitativa do universo de sujeitos pesquisados, onde seu encerramento ocorre quando há repetições das informações coletadas, não sendo necessário a inclusão de novos sujeitos. (Fontanella et al., 2008).

² Não existindo neutralidade.

O campo possuía um universo de 50 famílias atendidas, onde o critério de escolha das famílias foram as configurações dos arranjos familiares. Dessa forma, foram realizadas cinco entrevistas, os sujeitos entrevistados possuem as seguintes características: o sexo feminino, com exceção de um, onde foi entrevistado o casal junto, parte incluída no mercado de trabalho formal, na sua maioria com ensino fundamental incompleto, exceto duas, sendo uma com nível médio e outra cursando ensino superior, com renda inferior a dois salários mínimos, moradoras de Senador Camará e Vila Aliança, conhecido como “faixa de gaza” devido à intensa violência, além da escassez dos serviços públicos.

Portanto, a pesquisa focou nas famílias atendidas pelo núcleo de D.H. que possuem filhos participantes das oficinas culturais desenvolvidas de forma gratuita no CCHC. Não houve um recorte geracional, com a finalidade de ouvir diferentes gerações, onde a faixa etária varia de 35 a 56 anos.

O instrumento de coleta de dados utilizado para a realização da pesquisa consiste na entrevista semiestruturada, a partir da construção de um roteiro (Apêndice B) que norteou o desenvolvimento das entrevistas. A opção por utilizar um roteiro longo foi fundamental para identificar os significados e práticas de cuidados nas dinâmicas familiares.

A construção do roteiro ocorreu a partir das três categorias centrais que constituem na estrutura dorsal da dissertação, sendo elas: famílias, cuidados e cuidado familiar, sendo este último, encontrado a partir do levantamento bibliográfico desenvolvido ao longo do processo de orientações.

No que tange ao levantamento bibliográfico realizado foi encontrado inúmeras produções sobre famílias. Todavia, em relação a cuidado e/ou cuidados familiares, houve produções encontradas no campo da saúde, saúde mental, psicologia e filosofia.

A insuficiência de publicações e estudos científicos foi observada a partir da busca realizada no banco de dissertações e teses da Capes, na biblioteca científica eletrônica da Scielo, na biblioteca virtual em saúde Lilacs e no Google acadêmico.

Essa realidade reflete a pouca visibilidade e valorização desta temática, além de ser constatado que a mesma não é sinalizada como eixos temáticos na chamada de trabalhos dos diversos congressos, simpósios, fóruns, seminários e encontros no Serviço Social.

Tal fato se configurou num grande desafio ao realizar o levantamento bibliográfico no âmbito do cuidado e cuidados familiares, pois havia pouquíssimas produções acadêmicas na área de Serviço Social, que saísse da associação binária, direta e única do cuidado à saúde. Enfim, fora da área da saúde não houve produções encontradas que reflitam sobre o cuidado nas dinâmicas familiares.

Cuidado familiar é um conceito construído por pesquisadores de enfermagem (Elsen, 2002).

Em termos de estrutura da dissertação, que ora se apresenta, está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo destina-se a realização de um resgate histórico acerca da constituição das famílias brasileiras, com o foco nos seus modos de viver e sobreviver, perpassando pelas relações de gênero em suas construções desiguais dos papéis sociais que resultam em modelos e padrões de famílias e costumes socialmente idealizados, divergentes de suas realidades práticas. Além de fazer uma reflexão sobre o polêmico projeto de lei Estatuto da Família num contexto onde as famílias são redescobertas como espaço único e exclusivo de cuidados.

No segundo capítulo procura-se uma aproximação teórica do cuidado por meio do viés existencial, relacional e contextual, mas, com enfoque no aspecto da relação entre famílias e cuidado que se configura num espaço em constante construção e mutação, seguido de uma reflexão acerca do conceito de cuidado familiar, e finalizando com a discussão sobre os níveis macro e micro de cuidados envoltos de suas idealizações e vivências.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos significados atribuídos à família e cuidados cotidianos por famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto, sendo dividida em quatro seções: a primeira reservada para a descrição do caminho metodológico percorrido na pesquisa, com finalidade de conhecer os procedimentos metodológicos adotados. O segundo expõe o campo de pesquisa e os desafios encontrados pela pesquisadora, no terceiro há o detalhamento do universo de significados que envolve a construção do roteiro. E o quarto faz uma apresentação das famílias entrevistadas e problematiza os núcleos de sentido identificados nas narrativas em consonância com as reflexões propostas nos capítulos I e II, onde se

observam nas declarações das mesmas, as três categorias famílias, cuidado e cuidado familiar sustentando teoricamente o presente estudo.

O referido trabalho tem a pretensão de contribuir para a compreensão da complexa temática famílias e cuidados, cuja realidade é envolvida de um universo de significados, simbolismos, idealizações, naturalizações, linguagens e práticas paradoxalmente complementares. Desse modo, é fundamental desnaturalizar a família e o cuidado que precisam ser vistos em sua totalidade e historicidade, desnudos da aparente obviedade que apresentam.

1

Famílias: permanências e mudanças

1.1.

Famílias Brasileiras

Família ou famílias? Como refletir sobre algo tão familiar e cotidiano, que por vezes “aparenta” ser uma questão tão óbvia, natural e a-histórico. Contudo, família advém de um processo historicamente construído, que responde às necessidades e se adequa a padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade, sendo seus valores transmitidos por ritos, mitos e simbolismos únicos e particulares.

Para adentrar nesse universo de complexidades e paradoxos faz-se necessário trazer uma perspectiva histórica a fim de identificar as permanências e mudanças ocorridas no processo de transformações das relações e formas de organização familiares no Brasil.

Vale ressaltar que “a palavra família tem origem latina, significa servo ou escravo, sugerindo que, primitivamente, se considerava a família como um conjunto de escravos ou criados de uma mesma pessoa” (Ratti et al., 2005, p.62). Segundo as autoras, essa raiz etimológica refere-se à noção de posse que está intrínseca a origem e evolução histórica dos valores perpetuados nas famílias.

Numa retrospectiva acerca das transformações familiares³ e sua relação com cuidado, vimos que na Idade Média, família designava um sentido de propriedade, pois o homem tinha sob o seu domínio a mulher e os filhos (sendo estes – os filhos - tratados como parte integrante do “universo adulto”) (Ariès, 1981).

Segundo Ariès (1981, p.215) na Idade Média “A família tinha por missão sentida por todos a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana (...), a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função

³ Para aprofundamento desta discussão, sugerimos ver Neder (2005), Gueiros (2002), Rizzini (1997).

afetiva”. No entanto, não significa que havia ausência de afeto, mas o mesmo não era considerado como parte integrante da função familiar.

Cabe destacar que os elementos constituintes da função familiar variam de acordo com as demandas da sociedade, imbuída de determinados contextos histórico, cultural, social e econômico.

De acordo com o processo histórico brasileiro a constituição e as relações em famílias ocorreram de diversas formas. Segundo Del Priori (1999) nas tribos Tupi, antes da chegada dos europeus, os casamentos eram feitos por meio da livre escolha entre os homens e as mulheres.

Os “casamentos” seguiam regras bem simples: o homem dirigia-se à mulher escolhida e perguntava a ela se queria casar com ele. Se a resposta fosse positiva, ele pedia a permissão ao pai ou a um parente mais próximo. Dado o consentimento, os “noivos” já se consideravam casados, sem que houvesse qualquer cerimônia oficial. A relação estaria desfeita caso ficassem fartos do convívio: o marido podia expulsar a mulher e vice-versa; a partir daí os dois se sentiam livres para procurar novos companheiros. (Del Priori, 1999, p.13)

Parafraseando Del Priori (1999), nas tribos tupi, as brigas contendo violência física mútua entre mulher e marido era considerado normal e não havia interferências, além disso, o adultério feminino era estimado um horror, contendo castigos chegando até a morte, porém, havia liberdade sexual para homens e mulheres antes do casamento, sem que isso afetasse no futuro casamento, que por sua vez, era fruto de um processo de escolha mútua entre os mesmos. Em relação as práticas de cuidado, apesar do homem ser extremamente atencioso e cuidadoso para com os filhos, a principal tarefa da mulher era o cuidado com as crianças da aldeia e os serviços domésticos referente a alimentação, higiene, entre outros.

Esse modo indígena de união influenciou a constituição das famílias pobres no Brasil Colônia que na época denominava-se “união à moda da terra”, onde não havia regulação da igreja, “as pessoas se escolhiam porque se gostavam, passando a trabalhar juntas, a dividir tarefas dentro de casa ou na roça e a ter filhos. Muitas delas só no final da vida recorriam à Igreja para casar por medo de ir para o Inferno.” (Del Priori, 1999, p.15). Outro fator que contribuía para essas uniões era o valor do casamento que tinha um custo muito alto, considerado uma fortuna na época.

Nesse período as famílias ricas e pobres distinguíam nas formas de organização, papéis e cuidado familiares.

Em relação aos papéis sociais, nas famílias ricas, as mulheres não trabalhavam, somente administravam o ambiente doméstico. Contudo, mulheres pobres trabalhavam em casa e nas ruas a fim de contribuir para a sobrevivência da prole, e quando a família era constituída somente pela mulher geralmente contavam com a ajuda dos filhos que tinham suas tarefas distribuídas de acordo com a idade e gênero, sendo o mais velho responsável por buscar trabalho como aprendiz para auxiliar nas despesas da casa. Nos cuidados cotidianos das famílias ricas cabiam às escravas desempenharem esse papel, ou seja, o cuidado era terceirizado. Já nas famílias pobres, as práticas de cuidados eram compartilhadas entre as mulheres que eram parentes, amigas, ou somente vizinhas.

No Brasil colonial havia diversas formas de organização familiar, dentre elas, a família patriarcal⁴ predominante na classe social rica em áreas de grande latifúndio, constituições familiares transitórias, em áreas de passagem e mineração, famílias formadas por “uniões à moda da terra”, sobretudo, em zonas agrárias, e famílias monoparentais, entre outras.

Dessa forma, a família patriarcal não era a única que existia nesse período, contrariando a tentativa de homogeneização da mesma, numa única forma de organização familiar com intuito de padronizar e enquadrar as relações impostas pelo patriarcalismo a fim de naturalizar tornando imutável o que é historicamente construído e totalmente mutável.

Iluminados por esse padrão dominante, lemos nossa história a partir dele, como se nessa biografia de um personagem central se incorporassem todos os personagens centrais dos vários séculos, sempre os mesmos; como se todos os caminhos levassem natural e inexoravelmente ao caminho principal, o percorrido, e ele fosse um desdobramento também natural de uma circunstância dada, ou um resumo, um apanhado, das alternativas concretamente vividas. (Corrêa, 1982, p.15)

Assim, apesar da família patriarcal ter existido e ser importante no processo de constituição das famílias no Brasil, não foi a única, nem universal, havia concomitantemente outras formas de organização familiar. De acordo com Corrêa

⁴ Segundo Scott (2013), a família patriarcal era constituída pela supremacia de poder do patriarca, o homem, que detinha sob seus domínios todos (mulher, filhos, parentes...), a autoridade masculina era indiscutível.

(1982, p.25), “o conceito de “família patriarcal”, utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala em família no Brasil”.

Esse fato contribui para a marginalização e invisibilidade das outras formas de organização familiar ao longo de sua história, havendo ranços desse processo na atualidade, sobretudo, quando entra em debate na pauta do legislativo o conceito de família para se instituir um Estatuto da mesma, no qual, será desenvolvida a reflexão nesse capítulo.

Ainda no período colonial a casa para as famílias era considerada não apenas como habitação, mas também como local de trabalho, lazer e manifestações culturais.

A transformação de significado da casa é retratada como uma das maiores mudanças sofridas no âmbito familiar que aconteceu no século XVIII, segundo Ariès (1981) nesse período ocorre a separação entre famílias e sociedade no âmbito da esfera pública e privada.

Nesta segregação a esfera pública passa a ser executada pelo Estado, que se torna responsável pelo “gerenciamento” das relações de produção. Já a esfera privada abrange o âmbito doméstico/íntimo, onde se processam as relações de intimidade familiar, que antes não existia e isto tem marca inclusive nas arquiteturas das casas, que passam a ter cômodos com separações para assegurar a privacidade e o afeto dos indivíduos nas próprias famílias. (Ribeiro, 2009, p.9)

Vale ressaltar que no século XVIII surge a escola, a preocupação com a privacidade, a noção de que as crianças deveriam ser mantidas junto dos pais, o surgimento do amor romântico, sobretudo, o sentimento de família atrelado ao cuidado dos filhos, entre outras mudanças que ocorreram também no século XIX, momento histórico em que a sociedade estava imbuída das reformas dos costumes respaldadas nas transformações religiosas⁵ e morais, que por sua vez, tinham o objetivo de disciplinar a sociedade, sob o viés das normas burguesas. A partir disso emerge uma série infinda de regras e doutrinas para nortear a população (Szymanski, 2003).

⁵ Exemplo disso temos os referenciais da sagrada família que é a base do arranjo familiar nuclear burguês.

Nesse momento histórico, o Brasil entra no advento da República emergindo pela necessidade de modernização, onde começa a deixar de lado seu estilo agrário, considerado na época “atrasado” pela elite e aderir a uma sociedade vista como moderna e higiênica inspirada em padrões europeus.

As mudanças em marcha fizeram com que o período entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do XX fosse designado como a *Belle Époque* brasileira. Em meio às campanhas de modernização, um novo modelo de família começou a ser preconizado. Divulgavam-se, então, os valores da chamada “família conjugal moderna”. (Scott, 2013, p.16-17)

Freitas et al., (2011, p.4) corroboram descrevendo que nesse período “começou a se desenhar o perfil de família que hoje conhecemos e aprendemos a pensar como universal, sem atentar para a construção social.” E destacam que é imprescindível identificar que a forma de constituição dessa família respondia às demandas daquele momento histórico.

Imbuídas pelo processo histórico denominado de reforma dos costumes, na “nova família” que surgia como família conjugal moderna, a intimidade, o afeto e o cuidado passaram a ser enaltecidas. “A vida familiar ideal era agora aquela do ‘lar doce lar’, em que os membros da família encontravam em casa a ‘proteção’, ‘o aconchego’ e a ‘higiene’ que contrastavam com as ‘agruras’ e a ‘poluição’ do mundo exterior” (Scott, 2013, p.17). Dessa forma, os parentes em vários graus e serviços deixava de fazer parte da casa, dando lugar ao núcleo familiar reduzido a pai, mãe e filho. “Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’Incao, 2013, p.223).

Nesse momento há reconfiguração do papel da mulher, sobretudo, das famílias ricas que ganham novas funções ditas como “naturais” e com o significado de mãe atrelado ao cuidado direto e incondicional aos filhos e a educação dos mesmos, responsabilizando-se pela formação, principalmente, a moral das crianças, nesse sentido, o papel materno torna-se o centro da vida da mulher, e o não desempenho do mesmo denota trair a essência feminina. Além disso, essa mulher continua submissa ao marido, porém ganha espaço de voz na

relação, conferiu-se a mesma o espaço privado e o título de “rainha do lar”, sendo o espaço público de domínio do homem com a função de provedor do lar.

Com a gradativa diminuição da permeabilidade familiar a ingerências externas às suas formas de organização, o cuidado com a prole passa a exigir muito maior dedicação de tempo, já que não mais partilhado com a comunidade mais ampla. Nesse processo, começa-se a estender, ainda com maior ênfase, funções decorrentes de aspectos biológicos constitutivos das mulheres – como possibilidade de gestação e amamentação – de forma a agregar-lhes outras – totalmente produzidas social e historicamente –, como se de origem idêntica, ficando estabelecido como funções maternas tudo que relacionado aos cuidados dos filhos. Dessa forma, são construídas algumas das condições de possibilidade de uma certa naturalização do cuidado como função materna. A contrapartida desse estado de coisas, (...), resulta na liberação do homem/pai de toda e qualquer responsabilidade quanto ao cuidado dos filhos, culminando em um certo afastamento, inclusive físico, e cabendo-lhe o provimento dos recursos materiais para a manutenção de todo o grupo familiar. (Oliveira, 2011, p.57)

Os aspectos de certa naturalização do cuidado como função materna e a liberação do pai dessa responsabilidade são fundamentais para a reflexão, pois demarca historicamente a reconfiguração do papel da mulher e da família, a fim de identificar a presença, dos mesmos, no imaginário das famílias, inclusive, a mulher, que é a figura mais cobrada a dar respostas as essas funções, nesse momento histórico os papéis sociais ainda estão sendo impostos, diferentemente da realidade atual em que se encontram profundamente internalizados na sociedade a ponto de serem considerados no senso comum como naturais.

Cabe assinalar que as formas de cuidado nesse processo histórico são definidas e demarcadas em papéis masculinos e femininos, atreladas a sua essência, e distribuídas de forma desiguais de poder.

Nota-se que a forma de organização familiar sofre algumas mudanças, contudo, os principais valores do patriarcalismo, sobretudo, no âmbito da hierarquia dos papéis sociais masculinos e femininos perpetuam na família conjugal moderna.

Nesse contexto e cenário nasce a família nuclear burguesa trazendo no seu bojo normas, modelos e padrões introduzidos e reproduzidos com uma conotação natural e universal.

Desse modo, Szymanski (2003, p.25) define essa família como aquela que “é composta por pai, mãe e algumas crianças vivendo numa casa. Essa imagem corresponde a um modelo, que é o da família nuclear burguesa”.

Entretanto, esses valores não tiveram o mesmo impacto e intensidade na vida de todas as famílias brasileiras, devido a questão do desejo e ter condições para se adaptar a esse novo estilo de vida, sobretudo, das famílias pobres, no que se refere a saída da mulher pobre do trabalho externo e seu exclusivo olhar voltado para o cuidado com as crianças. Apesar disso, esse novo modelo estipulado pela classe dominante, se torna um novo parâmetro de concepção de família, que continua a tentar homogeneizar e enquadrar as relações impostas pelo patriarcalismo, disfarçado sob um verniz moderno de tom civilizado, deixando à margem e desvalorizando qualquer outra forma de organização familiar.

Nesse sentido, esperava-se das famílias pobres a adequação nos moldes da “família conjugal moderna”, além do dever de fornecer mão de obra adequada e disciplinada para o processo de industrialização que só aumentava.

O papel das mulheres/mães das famílias das classes populares seria, então, aquele de formar o “trabalhador ideal” que já sairia de casa com hábitos de rotina doméstica, ciente de suas responsabilidades, sem vícios, adaptado à disciplina do trabalho. Enfim, cabia à mulher manter a família “higienizada” que se pretendia, afinal eram elas, as mães responsáveis pela formação de uma descendência saudável, cuidando e vigiando o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas. Na prática, porém, as mulheres pobres, mesmo alijadas dos postos de trabalho nas indústrias, não deixaram de combinar atividades domésticas com as que pudessem gerar rendimentos para garantir condições mínimas de sobrevivência para a sua família. (Scott, 2013, p.19-20)

As mulheres atendidas no núcleo de Desenvolvimento Humano da instituição são as responsáveis pela educação e moralização dos filhos, para que os mesmos não se “desviem” - referindo à gravidez precoce, envolvimento com drogas e/ou atividades ilícitas, e seja “alguém na vida”, ou seja, serem pessoas trabalhadoras, e se possível com condições financeiras de saírem da realidade em que vivem.

Vale destacar que o processo de transformação e modelação de comportamento e organização das famílias sofre influência para além dos valores das classes dominantes, mas também pelo contexto político governamental,

cultural, educacional e social que impulsionaram a disseminação da família conjugal moderna.

Esse tipo de arranjo familiar predomina de forma hegemônica na sociedade brasileira até 1960 e 1970, contudo, vários fatores históricos, como movimento feminista, advento de métodos contraceptivos mais eficientes - aparecimento da pílula, maior acesso à educação formal, o reconhecimento profissional da mulher no mercado de trabalho, entre outros, contribuíra para a reorganização das famílias.

Cabe lembrar que ao longo da história as mulheres pobres sempre trabalharam a fim de auxiliar na sobrevivência de sua prole.

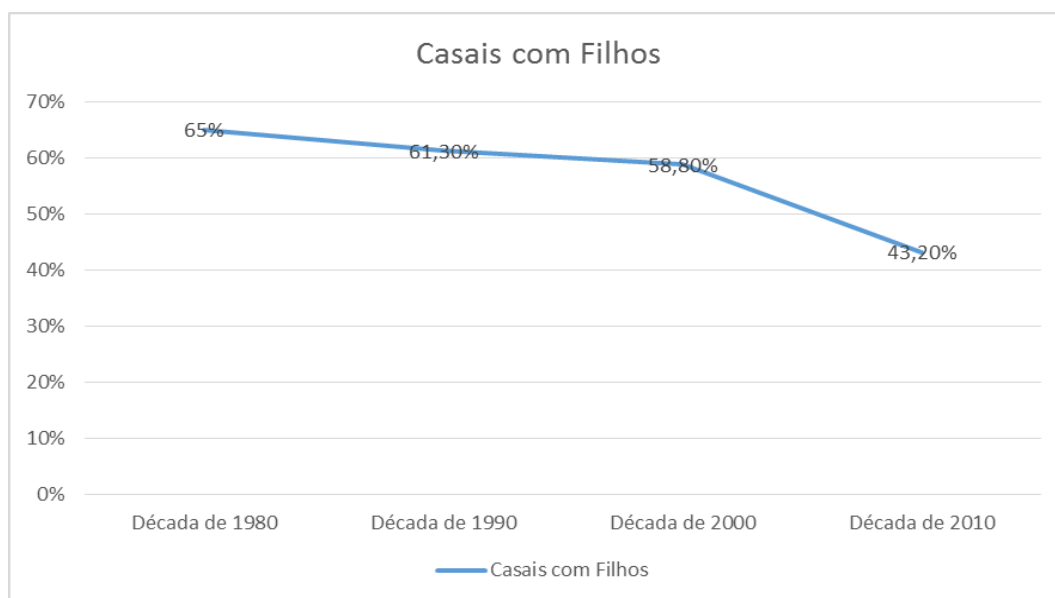
Segundo Scott (2013, p.24) “diante de tantas transformações relevantes, houve quem localizasse no início da década de 1980 o fenômeno da “reinvenção da mulher” e, conseqüentemente de seus papéis na família e na sociedade”.

Esse processo de “reinvenção da mulher” garante através de lutas o reconhecimento de igualdade entre homens e mulher, por lei na constituição de 1988, além de marcar profundas transformações contendo mudanças e permanências, nas relações e formas de organização familiar.

A família ganha um caráter mais democrático, contudo, com papéis ainda reificados pelo patriarcalismo e com alguns traços da família conjugal moderna. As crianças passaram a ter voz e espaço de negociação no meio familiar, o diálogo passa a ser valorizado, a educação e a mídia colaboram no processo de formação delas, as diversas formas de organização familiar ganham visibilidade e reconhecimento, a pluralidade e heterogeneidade ganham vez e voz na sociedade brasileira.

Nesse sentido, Alves & Cavenaghi (2012, p.26) com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que “os casais com filhos que eram quase 65% em 1980 caiu, para 61,3% em 1991, 58,8% em 2000 (...)”. Indicando a tendência de que casais com filhos continuam perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares. Para tanto, foi elaborado um gráfico para ilustrar essa queda.

Gráfico 1 – Percentual de casais com filhos por décadas



Fonte: Dados do IBGE, censo demográfico 2010.

Os autores também destacam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na qual, os domicílios compostos por casal com filhos representavam 62,8% em 1992 e passaram para 49,9% em 2009. Considerando o censo de 2010 do IBGE esse percentual diminuiu ainda mais chegando a 43,2%. Sendo assim, 56,8% das famílias são constituídas por conjuntos diversos de arranjos familiares.

Tabela 1 - Arranjos domiciliares no Brasil e regiões, percentagem, 2010

| Arranjos domiciliares | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Cento-Oeste | Brasil |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Homem sozinho | 6,5 | 6,2 | 6,6 | 6,2 | 7,9 | 6,5 |
| Mulher sozinha | 3,3 | 5,0 | 7,1 | 7,3 | 5,8 | 6,2 |
| Casal sem filhos | 10,8 | 12,5 | 15,4 | 18,3 | 15,6 | 14,8 |
| Casal sem filhos e outros | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,3 |
| Casal com filhos | 44,5 | 44,0 | 42,5 | 43,4 | 42,9 | 43,2 |
| Casal com filhos e outros | 15,4 | 10,9 | 8,0 | 7,8 | 8,8 | 9,3 |
| Monoparental masculino | 1,6 | 1,4 | 1,5 | 1,3 | 1,4 | 1,4 |
| Monoparental Masculino/outras | 1,2 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,8 |
| Monoparental feminino | 7,8 | 10,2 | 10,2 | 8,8 | 9,6 | 9,8 |
| Monoparental feminino/outras | 7,1 | 7,0 | 5,1 | 3,9 | 5,0 | 5,5 |
| Chefe sem filhos e outros | 1,7 | 1,7 | 2,6 | 2,1 | 2,1 | 2,2 |
| Total de domicílios | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo demográfico 2010 (Grifo nosso).

Esses dados apresentam um novo cenário e rompem paradigmas no que se refere à ideia que há um modelo hegemônico de composição familiar da sociedade brasileira, evidenciando seus diversos tipos de arranjos, significados, dinâmicas, valores a serem explorados, apreendidos e compreendidos.

Vale lembrar que, não há “novos” arranjos familiares, pois as diversas formas de organização familiar apesar de serem marginalizadas e invisibilizadas, sempre existiram na trajetória histórica das famílias brasileiras, contudo, nesse momento, são reconhecidos e evidenciados pelo fato de sobrepor em termos quantitativos o modelo tradicional burguês.

Contudo, apesar de haver diversas formas de organizações familiares, os valores das famílias patriarcais impregnaram culturalmente esse período histórico.

Nesse panorama constata-se uma diminuição no tamanho das famílias, ocasionado pela queda da natalidade e queda da mortalidade infantil, de acordo com Scott (2013) houve uma queda nos números de casamentos realizados, e o aumento de pessoas passando a viver como casal, sem necessariamente formalizarem a união, analogicamente, “à moda da terra”, além dos recasamentos, entre outros.

De acordo com Gelinski & Moser (2015) a queda de fecundidade, que resulta na retração do tamanho das famílias e a elevação da expectativa de vida, constituem elementos cruciais dos condicionantes demográficos que marcam as famílias brasileiras nos seus processos de transformação.

O primeiro elemento é a *queda substancial do tamanho da família*. Se em 1981 o número médio de pessoas por família era 4,3, em 2011 esse número caiu para 3,1. A explicação pode ser atribuída à queda significativa que a taxa de fecundidade (ou o número médio de filhos por mulher em idade de procriar, isto é, de 15 a 49 anos), vem apresentando nas últimas cinco décadas. Enquanto em 1960, a média era 6,3 filhos por mulher, em 2010 esse número caiu para 1,86. Inferior, portanto, à taxa de reposição da população de pelo menos 2 filhos por casal. Pela constante queda da taxa de fecundidade, estima-se que em 2040 o país atinja o chamado “crescimento zero” e a partir daí apresente queda do seu contingente populacional. O segundo elemento é o *aumento da idade média da população*. Os dados revelam que juntamente com a queda pronunciada da fecundidade há uma elevação da expectativa de vida. Em 1940 a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 45,5 anos, em 2010 passou para 73,48 e para 2050 a estimativa é de alcançar 81,3 anos. (Gelinski & Moser, 2015, p.136-137)

Além desses, as autoras apontam outros fatores como: a manutenção da taxa de nupcialidade legal (formalização do casamento) e aumento do número de divórcios, aumento do número de famílias cuja pessoa de referência é a mulher, e o crescente número de famílias unipessoais.

Em vista disso, constata-se que o Brasil teve um salto demográfico, podendo ser considerado um envelhecimento precoce, sem haver nenhuma preparação do sistema de proteção social, sobretudo, no âmbito da previdência social (Gelinski & Moser, 2015).

Portanto, as famílias mudaram intensamente, sobretudo, nos últimos cinquenta anos e continuam num processo incessante de transformações, como uma instituição histórica, embora haja inúmeras permanências imbuídas num bojo de micro mudanças que acontecem, sendo assim, as relações e formas de cuidados também perpassam pelo âmbito de novas possibilidades, sofrendo intensas mudanças, questionamentos e ressignificações, precisando ser descobertas, estudadas e pesquisadas no campo científico.

Ao construir mais uma ponte de diálogo com o objeto de estudo, surgem as seguintes indagações: Diante desse cenário de transformações nas organizações familiares, que mudanças ocorreram nas formas de cuidar das famílias? E como as famílias cuidam na atualidade?

Lembrando que quando se aborda cuidados familiares, há uma personagem central, que é a mulher, dessa forma, o entendimento sobre a relação de gênero⁶ e sua influência ideológica torna-se imprescindível para a compreensão sobre as práticas de cuidado em famílias, conforme será abordado a seguir.

⁶ Neste trabalho concebemos gênero de acordo com Freitas (2013) onde ressalta que a despeito de o conceito de gênero surgir provocando críticas, e de ser usado muitas vezes de forma vulgarizada e indiscriminada, como sinônimo da categoria mulher, por exemplo, não se pode negar o seu valor na desconstrução das relações de dominação e papéis cristalizados, naturalizados entre homens e mulheres. O aspecto relacional constitutivo da categoria gênero possibilita reavaliar a construção social destes lugares masculinos e femininos, como também a ideia de uma mulher essencializada, unificada e representativa das demandas de todas as mulheres.

1.1.1. Relações familiares e de gênero no Brasil

A construção dos papéis sociais do homem e da mulher sofreram transformações ao longo do processo histórico brasileiro, que por sua vez, demarcam as práticas de cuidado em famílias. No entanto, a desigualdade de gênero perpetua com alguns avanços e retrocessos.

No período colonial e durante o Império no Brasil, o sistema patriarcal era o referencial de organização familiar, a mulher era propriedade do marido e seu papel limitava-se a procriação dos filhos, os contatos com os escravos e as amas, os parentes e padres. “Um provérbio de origem portuguesa, famoso na época, dizia que uma mulher virtuosa saía de casa somente em três ocasiões: para ser batizada, para ser casada e para ser enterrada” (Hahner, 2013, p. 46).

De acordo com D’Avila (1978) nas leis e costumes da época a supremacia masculina imperava ideologicamente, de forma que a mulher ao nascer era propriedade do pai se submetendo a sua autoridade, e ao casar passava diretamente para a posse do marido.

Vale lembrar que nas famílias patriarcais ricas, a divisão do trabalho doméstico e as práticas de cuidado na criação dos filhos ficavam restritas às escravas ou criadas. Nesse contexto a função da família era limitada à manutenção da propriedade para os ricos e sobrevivência para os pobres.

A partir do advento da república, emerge no Brasil uma urgência pela modernização, trazendo no seu bojo transformações em prol de um país “civilizado”, imbuído do pensamento positivista, pautado segundo princípios, de “harmonia”, “ordem”, “normalidade”, “higiene”. Além de difundir a necessidade de construir uma identidade nacional. Nessa lógica a sociabilidade do indivíduo correspondia à padronização dos costumes e hábitos da população brasileira conforme o modelo de vida imposto pela burguesia, inspirados no estilo europeu. Nesse cenário nasce a família conjugal moderna⁷.

⁷ “Construção ideológica do sistema liberal pós-guerra que o apresentava como o corolário inevitável da modernidade e da industrialização. Quanto a tudo que corria fora desse modelo, *On n’iait ce que l’on ignorait* (negava-se aquilo que se desconhecia).” (FONSECA, 2013, p.545)

A família conjugal moderna, conhecida também como família burguesa, adapta os valores patriarcais e demarca nitidamente os papéis masculinos e femininos. Reconfigura o papel feminino, exigindo-lhe o nascimento de uma “nova mulher” que continua restrita ao espaço privado, contudo, com o título de “rainha do lar”, sob um viés de naturalização da essência feminina ao casamento e maternidade, centralizando sua vida a família, e enquadrando como elemento constitutivo de sua identidade.

Um grande esforço teve que ser feito no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos, professores e demais autoridades preocupadas com a ordem pública alegavam questões de moralidade e uniam-se no coro das vozes hegemônicas a esse respeito. A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos desta mulher, a “mulher ideal” do novo século. (Pinsky, 2013, p.472)

A partir daí a mulher torna-se responsável pelo espaço familiar que lhe exige novas funções, como a educação e cuidado direto das crianças, o trabalho doméstico, entre outros.

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada a base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D’Incao, 2013, p.230)

Dessa forma, a ideologia de gênero entra num processo de implantar a naturalização de papéis que são socialmente construídos, a fim de responder as demandas históricas da época.

Nesse período o trabalho externo feminino era abominável, sendo assim, a divisão sexual do trabalho delimitou a mulher o espaço doméstico nas funções de “dona de casa ideal”, “boa esposa” e “boa mãe”, denominados como elementos constitutivos da natureza feminina, já o universo masculino, pouco mudou, aos

homens cabia o espaço público, onde a única responsabilidade era de prover o lar. De acordo com Pinsky (2013, p.476) “esses valores chegavam aos jovens como se fossem naturais, desqualificando quem não quisesse ou pudesse segui-los”.

Segundo a mesma fonte, as famílias pobres tentavam seguir esses valores aspirando ostentar a respeitabilidade.

Nesse processo a inserção das meninas na educação começa a ganhar força, mediante o discurso que “mulheres educadas são melhores mães” (Rosemberg, 2013, p.338), e educadoras das famílias, imprescindível ao avanço do país a modernidade. Assim, defendia-se a ampliação da educação das meninas porque “mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos, impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza” (p.339). Mesmo assim, a educação era diferenciada dos meninos, pois cabia à mulher aprender sobre economia doméstica, além de ser vista com menos inteligência do que o homem.

Na família conjugal moderna o nascimento de uma filha menina era sinônimo de trabalho, vigilância e “dor de cabeça”, pois as mesmas deveriam ser educadas para desenvolver seus ditos “naturais” papéis femininos, sendo assim, o filho homem era mais desejado e festejado.

No âmbito das funções “naturais” femininas, a menina era educada para ser uma “moça de família”, onde lhe cabia manter a pureza sexual, ou seja, ser virgem e dócil, aprender as tarefas domésticas com primor.

Para ser “boa esposa” não podia fugir de sua obrigação conjugal, a fim de conceber filhos legítimos, e precisaria fazer de tudo para a harmonia do lar, ver a família satisfeita e feliz constituía seu real prazer.

A “boa esposa” é o segredo imutável da felicidade conjugal, da harmonia do lar, da estabilidade do casamento (“a verdadeira estrutura da sociedade”), da paz na família (“o mais importante suporte do Estado”, “a base do esplendor de um povo moralmente sadio”) e da ordem social com suas hierarquias estabelecidas. Enquanto ao marido basta o esforço para sustentar a família com dignidade, à esposa cabe desdobrar-se em cuidados para que ele fique satisfeito. (Pinsky, 2013, p.486)

Apesar de a mulher ser considerada a rainha do lar, a mesma ocupa o lugar de subordinação ao marido que decidi acerca dos principais assuntos familiares, sendo o único representante da família.

Constata-se que os valores patriarcais na realidade se adaptaram à modernidade, pois ao mesmo tempo em que ocorreram avanços, no sentido da mulher ter sua função ampliada e um micro poder no âmbito das tarefas domésticas, de esposa e mãe, o retrocesso ocorre na naturalização dessas funções à essência feminina.

A “boa mãe” com seu espírito materno era considerada a pura essência feminina, onde o cuidado com a educação, higiene e o afeto com as crianças tornam-se a missão da mulher, que vira elemento central do Estado, pois lhe cabia a responsabilidade da formação moral e cívica dos futuros cidadãos, garantindo a saúde física e intelectual.

A ideologia da “boa mãe” impregnara a sociedade, influenciando o modo como as pessoas viviam, servindo de base para julgamentos morais, reivindicações sindicais (por leis protetoras), leis e políticas de governo (incluindo as natalistas). A mulher que se desviasse do padrão era tida como “masculinizada”, “desnaturada”, “anormal”. (Pinsky, 2013, p.486)

A ideologia da “boa mãe” constitui num eixo estruturante na reflexão acerca do cuidado pensado, que predomina no imaginário social, pois as características atreladas à maternidade estão vinculadas às funções idealizadas do cuidar, ainda pensado como “saber inato” da feminilidade.

Vale ressaltar que a maternidade legitimada era somente a constituída dentro da organização familiar conjugal moderna, todas as outras formas eram abominadas pela sociedade, religião, autoridade e Estado.

A família conjugal moderna transforma as relações de cuidado em família, sobretudo, das ricas, pois transfere estritamente o dever das práticas de cuidado a figura materna, vinculada a uma essência feminina, que “não pode fugir”, além de estar diretamente ligada ao processo de formação da criança.

Nos anos 1950, mudanças no tratamento das crianças estavam a pleno vapor, respaldadas pelo discurso de pediatras e psicólogos, personagens cada vez mais influentes na definição de “boa mãe”. O “bebê reizinho” das décadas passadas começava lentamente a desbancar o todo-poderoso “pai de família” como centro das atenções da casa. Métodos tradicionais de disciplina eram reconsiderados em função de uma flexibilidade maior no relacionamento entre pais e filhos. A maior preocupação com o nível de escolaridade dos filhos e suas (cada vez mais) reconhecidas necessidades de consumo eram compatíveis com os padrões familiares. (...) Também permaneciam as rígidas distinções entre as atribuições do

pai e da mãe para com a criança, (...) a mulher sabe que “pertence aos filhos”, portanto, “não tem o direito de escolher” ou “transferir suas obrigações”. (Pinsky, 2013, p.493-494)

Nesse sentido, as práticas de cuidado com os filhos que antes era menosprezado e não havia obrigação da mulher, sobretudo, a rica, passa a ser supervalorizado e fundamentado como o principal dever da mulher.

A “dona de casa ideal” se refere à dedicação exclusiva da mulher ao lar, executando seus afazeres domésticos (limpeza, higiene, cozinha e filhos) e/ou, administrando a casa de forma criativa e econômica, gerenciando os gastos, além de ser responsável por todos os cuidados (casa, marido e filhos, doentes, idosos, etc) e garantir um espaço de conforto, aconchegante e moral, sentindo prazer em fazer todo este trabalho. Segundo Pinsky (2013, p.495) “Surge a ‘felicidade perfeita’ do lar em que cada um cumpre a função que lhe cabe”. Pois a mulher sem prendas domésticas “é um membro inútil na sociedade conjugal”.

Para a sociedade esse trabalho doméstico não era digno de ser produtivo, nem havia reconhecimento financeiro, pois fazia parte da “natureza feminina”, incumbindo seu papel de mulher, somente tinha valor na obtenção de um casamento, isso ainda permanece na atualidade.

Dessa forma, trabalhar fora de casa era visto como algo comprometedor que poderia desagregar a família e atrapalhar a maternidade, pois os filhos não teriam os cuidados maternos, além de fragilizar o processo de formação moral dos mesmos.

Tal fato mostra-se especialmente relevante, haja vista que nas famílias atendidas na Instituição, a mulher é predominantemente a principal referência de cuidado e as mesmas, entram num conflito quando se deparam com a necessidade de trabalhar, sobretudo, se os filhos são muito pequenos. E por vezes se culpam por não estarem presentes no cuidado, principalmente, quando os filhos se “desviam” por meio da gravidez, envolvimento em atividades ilícitas e/ou com drogas.

A família conjugal moderna contava com os fundamentos dos juristas, médicos, padres, cientistas e imprensa para disseminar e reificar os seus valores e padrões, com a finalidade de enquadrar toda a sociedade nesse molde.

Para o código civil de 1916, o marido é o representante legal da família e a esposa, sem plena capacidade civil, precisa de autorização do cônjuge para trabalhar e negociar. Para a medicina, a mulher, por razões biológicas, é um ser frágil, dependente, maternal, mais afetivo que intelectual, e pouco interessado em sexo; o homem é mais forte, racional, empreendedor e interessadíssimo em sexo. (Pinsky, 2013, p.486)

A disseminação dos valores desse ideal de família contava com campanhas destinadas a moldar o comportamento feminino dentro do modelo “civilizado e moderno” da época, que era difundida por todo o país, inclusive, por meio dos jornais dos operários, que por sua vez, era a maior preocupação do Estado, pois as famílias pobres aderiam menos todo esse conjunto de normas, sobretudo, em relação ao trabalho feminino que era elemento principal para a sobrevivência das organizações familiares pobres.

A população pobre, de trabalhadores, imigrantes, negros e mulatos, passou a ter seu comportamento fiscalizado, criticado e, na medida do possível, submetido a intervenções por parte de autoridades religiosas, intelectuais e do Estado. Relacionamentos que fugiam aos padrões estabelecidos, em especial os que não levavam ao casamento nos moldes burgueses, foram classificados como imorais, ilícitos, promíscuos – adjetivos que respingavam diretamente nas mulheres envolvidas. (Pinsky, 2013, p.479)

Ainda assim havia inúmeras diferenças entre as famílias pobres e ricas, dentre elas, as “moças de famílias”, pois as ricas possuíam empregados, professores particulares e viajavam com frequência, já as pobres ajudavam as mães nas tarefas domésticas e cuidavam dos seus irmãos, quando o sustento era pouco, começavam a trabalhar fora de casa, sendo chamadas atenção e reprimidas pelas autoridades por não se enquadrarem nos preceitos da nova moralidade de ideal feminino. No entanto, todas aprendiam sobre economia doméstica e todos os trabalhos domésticos.

A mulher pobre vivia numa difícil escolha em se adequar no ideário da mulher e ficar na miséria, ou trabalhar fora para sobreviver e sofrer os julgamentos alheio de contrariar seu papel feminino.

Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como um mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. (Fonseca, 2013, p.517)

Esse dilema também era vivenciado no exercício da maternidade, que era desempenhada por meio de redes de apoio que havia dentro da unidade doméstica constituídas por diversas formas de organização familiar, sendo nucleares, monoparentais, entre outras, onde as crianças circulavam entre parentes, vizinhos mediante a necessidade de trabalho dos responsáveis, afim de obter a sobrevivência familiar.

Mesmo havendo espaço reservado para a família, as crianças circulavam entre as famílias próximas que participavam das práticas de cuidado, ou seja, o cuidado era coletivo.

O cuidado das crianças conforme os ditados da divisão tradicional de trabalho, à mulher, porém, essa mulher não era sempre a mãe biológica. Para fazermos considerações sobre a maternidade em grupos populares, temos, portanto, de levar em consideração também avós, criadeiras e mães de criação. (Fonseca, 2013, p.517)

Construindo pontes com o objeto de estudo, as formas de cuidar descritas acima permanecem na atualidade no contexto das famílias. As crianças, independente do arranjo familiar, tem seu cuidado partilhado com madrinhas, avós, tia, amigas, vizinhas, irmãos mais velhos, que por vezes, “passam o olho” e/ou acompanham cotidianamente, enquanto os responsáveis trabalham para sobreviver. Apesar de não ser o foco do estudo, nas famílias ricas há reprodução e perpetuação da forma de cuidar do Brasil colonial, onde as empregadas, em sua maioria, negras estão vestidas de roupas brancas tomando conta dos filhos dos patrões e cuidando dos mesmos como se fossem filhos, enquanto isso, seus filhos estão sendo cuidados pela rede de apoio.

Segundo a mesma autora, é difícil imaginar a sobrevivência da classe social pobre se não houvesse essas estratégias de cuidado coletivo das crianças. Há também as mães sozinhas que vivem o dilema de recorrer ao novo marido devido às pressões econômicas e políticas, por outro a censura dos valores da época por meio da opinião pública que condenava a mulher que tivesse mais de um homem na vida.

O fato é que o relacionamento dos casais nas classes baixas era determinado em grande parte pelas condições concretas de existência e seguiam regras próprias. Entre a população pobre, as pessoas se uniam em concubinato e, com frequência,

davam origem a crianças bastardas. Dadas às dificuldades com moradia, compartilhavam com outras famílias habitações em cortiços e favelas num ambiente de grande intimidade entre os que viviam sob o mesmo teto. As mulheres em geral exerciam ocupações remuneradas. Os casais se desfaziam com alguma facilidade por conta da ausência de propriedade, das necessidades econômicas que levavam a procura por trabalho em outras paragens ou simplesmente devido a maior liberdade das mulheres no sentido de poder descartar companheiros que não mais as agradavam. Como essa conduta diferia da propagandeada pelos valores dominantes, tais mulheres eram retratadas como sendo “vadias”, “cheias de vícios”, pessoas com “baixos padrões morais”. (Pinsky, 2013, p.479)

Apesar de parecerem mais flexíveis, as famílias pobres, sobretudo, as mulheres, viviam sob as condenações de incapazes, desordeiras, amorais, desnaturadas, não civilizadas, sendo culpabilizadas por si e pelos outros, devido não conseguirem se enquadrar no modelo ideal de família e de mulher.

De acordo com essa visão, quando as famílias pobres se adequavam aos padrões morais eram classificadas como dignas (capazes), contudo caso não se enquadrasse nesses parâmetros que eram impostos pela burguesia, eram culpabilizadas e intituladas de viciosas (incapazes) de criar, e/ou permanecer com seus filhos, devido a incapacidade de formar e socializar seus filhos nos parâmetros de moralidade estabelecida.

As famílias dos setores populares, quase sempre associadas à “ignorância/ pobreza/ descuido/ vício/ abandono/ licenciosidade”, e muitas vezes vistas como criadoras de criminosos e delinquentes, eram acusadas de “incapazes” no que dizia respeito à educação e a formação de suas crianças. (Rizzini, 1997, p.25)

Quando se fala em famílias pobres incapazes, refere-se diretamente à mulher, que por sua vez, era responsabilizada pelo fracasso do cuidado e formação dos filhos, classificados como problemas emocionais, desvio de comportamento, pouco rendimento escolar, entre outros.

Nessa lógica, a infância pobre torna-se foco da proteção estatal no Brasil fundamentada num complexo aparato jurídico-assistencial, encarregado de educar as crianças para a submissão e contê-las dentro de padrões sociais e morais estabelecidos pela classe dominante.

Em meados do século XX, o Brasil em seu projeto de desenvolvimento acelerado, acompanhado com o avanço da industrialização e urbanização, cresce com rapidez, sobretudo, no âmbito das famílias ricas, as casas com as “facilidades

da vida moderna” (água encanada, eletrodomésticos, etc.) (Pinsky, 2013, p.500), promovendo o aumento da qualidade de vida das famílias, reduzindo a quantidade de tempo empregado pela mulher no trabalho e modificando o espaço doméstico.

Nesse mesmo período ocorre gradativamente o processo de emancipação feminina. De acordo com Pinsky (2013), os valores tradicionais correspondentes aos papéis femininos e masculinos sofrem reformulações, a fim de perpetuarem firmes e fortes. Assim, o trabalho feminino nas classes médias começa lentamente a ser aceitos dentro dos padrões da moralidade, mediante ao avanço do capitalismo e do consumo, e as intensas lutas dos movimentos feministas.

Não há como deixar de registrar que, as mulheres pobres apesar de serem condenadas pela opinião pública por trabalharem fora, sempre exerceram atividades laborativas externas em prol da sobrevivência familiar.

Porém, quando a tendência a uma maior participação feminina no trabalho assalariado parecia um fato incontestável, vozes se ergueram para manter a mulher “no seu devido lugar”, mostrando os efeitos negativos da emancipação feminina. E não só a sociedade que perde com isso, as mulheres também saem prejudicadas – ao “abraçar as vantagens materiais” de uma profissão, comprometem a feminilidade, o respeito dos homens e os “privilégios de seu sexo”; renunciam aos agrados e carinhos e dão à sua existência “um sentido vão e estéril”; deixam o aconchego do lar para adentrar em “um mundo competitivo e cruel”. “A mulher que trabalha” frequentemente, é “infeliz” e “frustrada”. Se, de todo modo, a mulher quiser ou precisar de um emprego, deve fazer tudo para “manter-se feminina”, com “delicadeza e ternura”, “cuidando para que sua integridade não sofra”. “preocupação nenhuma, nem trabalho de qualquer espécie devem obscurecer o que o namorado, o noivo e o marido procuram na eleita de seu coração”: a companheira amorosa que governa a casa e cuida de seus filhos” . (Pinsky, 2013, p.479)

Dessa forma, por mais que avançava a aceitação da mulher no trabalho externo, a mesma era comparada inferiormente à mulher ideal com título de “boa mãe”, “boa esposa”, “dona de casa ideal”. Trabalho e casamento eram vistos como algo incompatível, pois prejudica o desempenho das “funções naturais da mulher”, além de ameaçarem o poder dos homens, “criando mulheres duronas, frias, altivas, incapazes de amar e casadas com trabalho” Pinsky (2013, p.508), sendo destinado somente para as solteironas.

O advento da pílula anticoncepcional em 1961 contribui para a transformação dos costumes, sobretudo, da imagem feminina. Novamente, velhas ideias se adaptam às novas realidades. A sexualidade feminina e casamento

ganham espaço de reflexão e mudanças, onde o prazer e felicidade da mulher são visibilizados e exigidos, além da dupla moral sexual dos homens ser questionada e repugnada pelas mesmas.

O aumento da escolaridade e o acesso às universidades devido à inserção no mercado de trabalho, também favoreceram a luta pela emancipação feminina.

No entanto, esse avanço pouco impactou na transformação do papel da mulher em relação ao cuidado doméstico e dos filhos. Maternidade ainda permaneceu atrelado a essência feminina, apesar de haver produção de conhecimento científico que questionava essa natureza da mulher, como por exemplo, a filósofa francesa Simone de Beauvoir.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. (Beauvoir, 1967, p.9)

Beauvoir (1967) em sua análise corrobora com a desnaturalização da essência feminina, e as relações desiguais de gêneros, apontando como um papel construído pelo viés histórico e cultural.

Badinter (1985) em sua obra “Um amor conquistado: O mito do amor materno” questiona a naturalização do amor materno como um instinto da essência feminina, analisando como fruto de um processo histórico que demandava na época a criação da figura da mãe idealizada. A autora desmitifica a maternidade como uma vocação natural da mulher, e aponta que afeto é conquistado através da convivência, não havendo distinção entre o amor paterno e materno.

Essas autoras foram consideradas polêmicas por refletirem acerca da desigualdade das relações de gênero e desmitificarem a naturalização do papel da mulher, que por muito tempo foi reificado e disseminado explicitamente na sociedade.

Mediante a essas transformações de costumes, modos e significados, advindos das lutas do movimento feministas e das demandas dos processos históricos, em 1988 com a promulgação da constituição federal, foi conquistado

via lei, a igualdade de direitos entre os sexos femininos e masculinos, sem nenhuma distinção.

Apesar dessa igualdade ser garantida por lei, ainda há muito que se avançar em termos de igualdade de gênero, pois as concepções implantadas no imaginário social pela família conjugal moderna, ainda estão de forma readaptada ao momento histórico internalizada na sociedade brasileira.

De acordo com Pinsky (2013), atualmente a “mulher moderna” tem acesso à educação e aceitação no mercado de trabalho, que lhe gera autonomia, além do controle sobre seu processo reprodutivo, onde a maternidade passa a ser uma “escolha pessoal”. Apesar do lento avanço do papel masculino em relação à partilha das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos, ainda há muitas expectativas em relação às ditas funções maternas.

A exigência do papel paterno vincula-se muito mais a relação afetiva e cotidiana com os filhos, restringida a certas ocasiões e atividades de diálogo e brincadeiras, cabendo ainda a mulher o papel dos cuidados diários de higiene, alimentação, entre outros. As funções maternas e paternas trazem sob uma nova roupagem resquícios de velhas ideais baseadas nos valores patriarcais. (Araújo & Scalon, 2005)

O que se deseja enfatizar é que a mulher tem mais espaço em negociar a divisão das tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, contudo, ainda há uma internalização profunda acerca das funções maternas, que coloca tais práticas como “coisa de mulher”, onde o homem na sua função paterna “ajuda a mulher a cuidar da criança”, apontando quanto o universo masculino está distante da dimensão do cuidado e, conseqüentemente, da partilha igualitária das práticas de cuidado da prole. (Pinsky, 2013)

No entanto, a mulher adquire várias jornadas de trabalhos que perpassam pelo mercado de trabalho, continuação dos estudos para aumentar a qualificação profissional, afazeres domésticos, cuidado com os filhos e cuidado de si mesma.

Como nem tudo é perfeito (mesmo em se tratando de modelos), resta apontar três efeitos colaterais do ideal da “mulher superpoderosa” ou da “mothen” (a “mãe moderna” com ar de heroína dos quadrinhos), capazes de dar conta de tudo e mais um pouco. Nos dias de hoje a mulher “batalhadora”, “guerreira”, condensa o ideal daquela que trabalha e obtém conquistas profissionais sem se descuidar de seus afetos e deveres de mãe. (Pinsky, 2013, p.536)

Invertendo um pouco o passado, a mulher “dona de casa” é classificada como inferior as que trabalham e dão conta de tudo, contudo, o trabalho doméstico e os cuidados familiares continuam sendo inviabilizados e sem rentabilidade.

E quando a mulher necessita partilhar o cuidado com os filhos, a mesma recorre as avós, tias, madrinhas, vizinhas, amigas, babás, ou seja, a outras mulheres, sendo assim, a dimensão do cuidado ainda se encontra com veemência vinculada ao papel feminino, como se fosse algo inato a condição de ser mulher.

Apesar das conquistas no campo da emancipação feminina “o fato é que o domicílio e a família permanecem como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana. E as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por essa produção.” (Araújo & Scalón, 2005, p.20)

Além disso, a mulher entra num nível de exigência ainda maior, mediante aos novos padrões que impõe a mesma ser “deusa na cama”, “corpo esculpido”, “bem vestida e cuidada”, “atualizada nas novas tendências”, “profissional bem-sucedida”, “mãe exemplar”, “administradora do lar”, “feliz, sobretudo, sexualmente” e “mulher bem realizada”.

Esses modelos demonstram como os valores patriarcais ainda estão arraigados na sociedade e diferente dos séculos anteriores, onde isso era fiscalizado por todos explicitamente, atualmente é tão internalizado e exigido simbolicamente, e/ou até, de forma subliminar no imaginário social.

Vale ressaltar que mesmo a mulher sendo aceita no mercado de trabalho, ainda há grande desigualdade em termos de remunerações entre homens e mulheres, sobretudo, que desempenham a mesma função no trabalho. (Assis, 2012)

Em vista disso, fica nítida no Brasil a distância de uma divisão sexual de trabalho realmente igualitária, além da profunda desigualdade nas relações de gênero.

Entretanto, para além dos papéis masculinos e femininos que vão se adaptando às demandas históricas, sociais, político, econômicas e culturais, faz-se necessário refletir sobre como a família conjugal moderna ainda predomina no imaginário da sociedade como modelo a ser seguido.

1.2. Famílias: concepções e práticas

Conforme já abordado anteriormente, a família conjugal moderna, também conhecida como família nuclear burguesa, construiu um conjunto de regras e padrões acerca da concepção de família, enquadrando qualquer outra forma de organização familiar, como amoral, viciosa, incompleta, desestruturada, promíscua, etc. Sendo assim, as diversas organizações familiares eram marginalizadas, condenadas e culpabilizadas pela sua estrutura.

As interpretações das inter-relações passaram a ser feitas no contexto da estrutura proposta por aquele modelo e, quando a família se afastava da estrutura do modelo, era chamada de “desestruturada” ou “incompleta” e consideravam-se os problemas emocionais que poderiam advir da “desestrutura” ou incompletude. O foco estava na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações. (Szymanski, 2003, p.24)

A estrutura familiar, conforme a idealizada sobrepõe às relações de afeto estabelecidas entre os membros, não importando a qualidade das práticas de cuidado, mas sim, a padronização das funções, ou seja, se esse cuidado é exercido pela mãe e se o pai é o provedor do lar.

Essa dimensão deve ser considerada na reflexão do objeto, pois da mesma forma que a idealização de família tem por base a estrutura, no cuidado a padronização das funções sociais constrói os papéis de cuidar, presentes no imaginário da sociedade, onde a mulher é considerada detentora desse espaço.

Conforme já sinalizado os dados do IBGE desde 1980 apontam uma crescente redução de arranjos familiares nucleares. Alves & Cavenaghi (2012) apresentam dados de 2010 que detalham a constituição dos arranjos familiares por domicílio, e retratam a família nuclear burguesa ou conjugal moderna (composta por casal com filhos) representa 43,2% do conjunto de arranjos familiares do Brasil.

Esses dados colaboraram para o reconhecimento dos diversos arranjos familiares, que por sua vez, saem do campo da marginalização e são concebidas como Família nas leis, políticas públicas, campo científico, e conseqüentemente, iniciam a mudança de olhar e a forma de intervenção junto as mesmas.

No entanto, apesar do reconhecimento da diversidade de arranjos familiares, o tipo de família nuclear burguesa ainda é vislumbrado e naturalizado como modelo ideal de organização familiar⁸.

No senso comum e até mesmo no discurso de muitos profissionais que atendem as famílias, nas várias organizações em que trabalham (escolas, postos de saúde, empresas), a família que se referem segue o modelo da família nuclear burguesa, vista numa perspectiva naturalizada e a histórica que pressupõe uma habilidade inata das pessoas (em especial as mulheres) para educar e criar crianças e adolescentes. (Szymanski, 2003, p.35)

Diferente do século XIX e XX, onde esse modelo era explicitamente exigido com um viés “sagrado” e “natural”, atualmente é internalizado e reproduzido nas relações sociais, sendo aceito de forma irrefletida e repassado de forma implícita pela educação, mídia, cultura, política, etc.

Supõe-se ou aceita-se, irrefletidamente, um modelo imposto pelo discurso das instituições, da mídia e até mesmo de profissionais, que é apresentado, não só como jeito “certo” de se viver em família, mas também como um valor. Isto é, indiretamente, é transmitido e captado, o discurso implícito de incompetência e de inferioridade, referindo-se àqueles que não “conseguem” viver de acordo com o modelo. Essa sensação de ser “diferente”, “menos do que” e “incompetente” aparece no discurso daqueles que desviam da norma. (Gomes, 1988, apud, Szymanski, 2003, p.25)

Nota-se que essa condição de idealização da família e da habilidade da função materna de cuidar, aponta para perpetuação da visão subjacente da mulher como referência, ou melhor, dever de cuidado e formação dos filhos, sendo inquestionável, óbvio e até natural, estando imbuído de forma implícita, extremamente presente, no imaginário das famílias e dos profissionais, por mais que na realidade o arranjo familiar não seja dessa maneira e o cuidado aconteça de forma diversa. Esse processo Szymanski (2003) identifica e conceitua como família pensada e vivida⁹.

Essa concepção de família pensada e vivida consiste numa ferramenta de análise de grande relevância para compreensão dos significados e práticas de cuidado nas dinâmicas familiares.

⁸ No que tange a naturalização das famílias, sugerimos também o referencial teórico de Miotto (1997, 1998 e 2004).

⁹ Ver também Szymanski (1988).

A família pensada compreende o conjunto de normas e diretrizes que supostamente deveriam ser seguidas no decorrer da vida, sendo passado por gerações, tendo como base as regras e arranjo da família nuclear burguesa e sendo caracterizada como:

Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto dentro de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai-mãe-filhos estável. (Gomes, 1988, apud, Szymanski, 2003, p.25)

A autora identifica que as famílias inadequadas a esse ideal acabam podendo ser percebidas ou tendo a sensação, por elas mesmas e pela sociedade em geral, de diferentes, desestruturadas, inferiores e anormais, sendo resquício do processo histórico anterior que perseguia e condenava esses arranjos familiares.

Para tanto, a família vivida, é aquela que é vista na realidade nos seus conjuntos de arranjos, onde o afeto sobrepõe à estrutura, diferindo do modelo nuclear burguês.

Um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e eles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto. (Gomes, 1988, apud, Szymanski, 2003, p.26)

A família vivida é a perpetuação das diversas formas de organização familiares que sempre existiram no decorrer da história.

De acordo com Szymanski (2003) a família vivida, acaba sendo vista como aquela possível. Aparece como um caminho indesejado, que não foi escolhido, mas imposto pelos acontecimentos da vida. Sendo implicitamente ‘não aceita’ e desvalorizada pela idealização que a sociedade possui sobre a mesma, denominada de ‘família pensada’ que continua impondo normas de conduta e menosprezando quem foge desse padrão.

Dentro dessa perspectiva, da mesma forma que há uma idealização de família que se difere da vivida no cotidiano, supõe-se que há também um cuidado que é pensado e idealizado de acordo com os moldes da família nuclear, ou até

mesmo, os diferentes modos de entendimento das formas de cuidar, que pode se diferenciar do cuidado vivido que corresponde ao vivenciado de forma peculiar no cotidiano das dinâmicas familiares.

Szymanski instrumentaliza e fundamenta teoricamente o conceito dessa pesquisa, pois traz elementos que subsidiam a analogia realizada entre família pensada e família vivida, para apontar a existência de um cuidado que é pensado, que se difere do cuidado vivido nas dinâmicas familiares.

Nessa direção, podemos notar que para entender as famílias e as práticas de cuidado na contemporaneidade é preciso olhar para sua historicidade integrada ao contexto temporal, demográfico, cultural, socioeconômico em que as mesmas estão inseridas, pois como vimos anteriormente, valores, crenças, ideais e práticas do passado podem se fazer presente através de uma nova roupagem, num processo dinâmico de mudanças e permanências.

Souto (2013, p.21) cita autores que abordam a concepção das famílias atrelada à construção e mudanças históricas.

Morgado (2001) demonstra-se partidária da concepção de família como instituição que se modifica em consonância com as transformações históricas e que adquire particularidades em diferentes sociedades. A autora resgata Bruschini (1993) para propor a dissolução da aparência de naturalidade das organizações familiares, percebendo-a como criação humana mutável. (Souto, 2013, p.21)

Mediante a isso destaco a concepção de famílias da autora Elsen, (2002):

Uma unidade dinâmica constituída por pessoas que se percebem como família que convivem por determinado espaço de tempo, com estrutura e organização para atingir objetivos comuns e construindo uma história de vida. Os membros da família estão unidos por laços consanguíneos de adoção, interesse e ou afetividade. Tem identidade própria, possui e transmite crenças, valores e conhecimentos comuns influenciados por sua cultura e nível socioeconômico. A família tem direitos e responsabilidades vivem em um determinado ambiente em interação com outras pessoas e familiares em diversos níveis de aproximação. Definem objetivos e promove meios para o crescimento, desenvolvimento saúde e bem estar de seus membros. (Elsen, 2002, p.6)

Apesar da autora Elsen não abordar a dimensão da família unipessoal, essa definição elucida a complexidade e diversidade que os arranjos familiares possuem, contendo dinâmicas e redes de significados específicos arraigados de crenças e valores.

Stamm e Miotto (2003) afirmam que as dinâmicas familiares são únicas, fruto da construção singular de cada uma delas. E Szymanski (2003, p.27) nos lembra que o mundo familiar se apresenta de diversas formas, crenças, valores e estratégias de lidar com as vicissitudes da vida. “Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa de força de uma única forma de emocionar, interpretar e comunicar”.

Diante dessa reflexão sobre as famílias podemos presumir que as formas de cuidado não são uniformes, mas sim, peculiares a cada dinâmica familiar, ocorrendo a partir da rede de significados que cada um dos seus membros desenvolve durante a sua vida, atrelado ao contexto cultural, histórico e socioeconômico.

Entender o significado de cuidar e como se desenvolve no cotidiano familiar é, portanto, um desafio, pois o mesmo está imbuído de um universo cultural de valores, crenças e vivências.

Para tanto, antes de adentrar no universo das concepções de cuidado, com a finalidade de ilustração da realidade de família pensada e vivida faz-se necessário abordar a polêmica discussão sobre o Estatuto da Família que está posto na sociedade brasileira e foi grande alvo de embates em 2015 colocando em evidência a idealização de família que se encontra reificada e profundamente internalizado no imaginário social.

1.2.1.

Notas sobre a discussão do Estatuto da Família no Brasil

A concepção de família pensada e vivida refletida na seção anterior é concretizada a partir da discussão acerca do Estatuto da Família na sociedade brasileira, onde se evidencia o acirramento entre a defesa dessa família presente no imaginário social que se difere da vivenciada no cotidiano, cujo os dados do IBGE apontam para um cenário onde os diversos arranjos familiares sobrepõe o modelo nuclear burguês.

Assim, de forma bastante sumária, vale realizar uma reflexão acerca do atual projeto de lei denominado Estatuto da Família, que tem sido polemizado, além de estar gerando inúmeros embates dentro do poder legislativo e da sociedade, apresentando uma temática considerada inquestionável e natural.

Para tanto, faz-se necessário revisitar na história a década de 1930. Segundo Schwartzman (1981), momento no qual se discutiu o Projeto de decreto lei denominado Estatuto de Família, tendo como autoria Gustavo Capanema, que gerou polêmica na época e polarizou opiniões entre as autoridades, onde eram analisados elementos fundamentais da normatização das famílias frente a um Estado autoritário.

Em 19 de abril de 1941, Getúlio Vargas assina o Decreto de Lei de número 3.200, que “dispõe sobre a organização e proteção da família”. O decreto regula o casamento de “colaterais do terceiro grau”, dispõe sobre os efeitos civis do casamento religioso, estabelece incentivos financeiros ao casamento e à procriação, e facilita o reconhecimento de filhos naturais. (Schwartzman, 1981, p.71)

As medidas são inteiramente voltadas para o enquadramento da mulher na família, prevendo a criação do Dia Nacional da Família, a restrição do trabalho feminino, que não fosse próprio da sua natureza feminina, em decorrência da divisão dos papéis sexuais, limitando a mulher somente ao espaço privado, com dedicação exclusiva ao casamento, a proibição de informações sobre qualquer prática anticoncepcional. No âmbito da educação o Estatuto previa uma diferença nos moldes de educação formal para homens e mulheres, no qual era denominado educação para a família, o favorecimento de homens casados em serviços públicos, entre outras.

No Estatuto, a moral é vista como pilar fundamental da família definida por um casamento indissolúvel com a finalidade de gerar, criar e educar sua prole, sendo assim a instituição família era considerada o primeiro alicerce da nação, contudo, o Estado tinha receio da mesma ser ameaçada pela corrupção e degradação das modernidades.

Entretanto, o Estatuto da Família, apesar de ser assinado, não chega a ser promulgado, devido às vozes de discordância dentro do próprio governo e o temor de serem associados ao eixo doutrinário e ideológico.

Operando um salto histórico, a partir da Constituição Federal de 1988 nos artigos 226 a 230, o paradigma familiar é profundamente remodelado mediante ao contexto histórico, cultural, social, político e econômico da época. De acordo com Pinsky (2013), nas três últimas décadas do século XX, nenhum ramo do direito foi tão transformado quanto o Direito de Família.

Rumo a esse avanço de transformações em 25 de outubro de 2007 é apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2285/2007 de autoria do Deputado Sergio Barradas Carneiros, intitulado de Estatuto das Famílias.

Nota-se que a denominação de Famílias encontra-se no plural, pois aponta para a ampliação do reconhecimento acerca das diversas organizações familiares presentes no Brasil.

Nesse Estatuto algumas questões adquirem especial relevância como: ampliação da definição de entidade familiar e o respeito à diversidade de orientação sexual nos artigos 1º a 9º, onde a família tem por finalidade a convivência familiar, independente da sua modalidade.

O reconhecimento da união homoafetiva, art. 68º, tendo as mesmas regras da União estável e validadas como constituição familiar, com acesso aos direitos de guarda e adoção de filhos, direito a previdência e a herança.

A legitimação das relações de parentesco é concebida pela consanguinidade, socioafetividade ou afinidade, art. 10º a 14º, havendo entre os integrantes da entidade familiar igualdade de deveres e direitos no cuidado com as crianças, art. 15º a 20º, além de conter um parágrafo único admitindo a pluralidade domiciliar para as famílias.

O casamento é entendido pela união entre nubentes, art. 21º e 22º, não havendo restrição a pessoas do mesmo sexo; há também o reconhecimento como entidade familiar de pessoas do mesmo sexo, parental, monoparental e pluriparental, art. 69º, entre outros.

É importante ter claro que há contradições nesse Estatuto, contudo, pode-se constatar por meio dos argumentos acima desenvolvido, que existe um avanço no reconhecimento de parte dos diversos arranjos familiares presentes na sociedade Brasileira, sobretudo, a mudança de paradigma do entendimento que sai do estrutural para conceber as famílias pelo aspecto afetivo.

Apesar do Estatuto das Famílias ser amplamente discutido, votado e aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família em agosto de 2009, votado e aprovado, com alterações, em meio a divisão de opiniões pelo setor jurídico, na Comissão de Constituição e Justiça em dezembro de 2010, o primeiro Projeto de Lei, após a Constituição Federal de 1988, foi arquivado desde fevereiro de 2011 na Câmara dos Deputados.¹⁰

Tendo em vista a inércia da PL 2285/2007 os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica elaboram o polêmico Projeto de Lei 6583/2013 contendo 15 artigos, de autoria do deputado Anderson Ferreira e protocolado na Câmara dos Deputados.

Segundo o site da Frente Parlamentar Evangélica, o primeiro Estatuto foi motivo de inúmeras discussões frente à carga ideológica e a tentativa de ameaçar a família tradicional, sendo considerado inapropriado a sociedade, mediante isso, um novo projeto de lei foi elaborado.

O Projeto de Lei 6583/2013 intitulado de Estatuto da Família, como o próprio título denota o aspecto singular da palavra, que por sua vez, restringe o conceito de família a nuclear burguesa, e não reconhece os diversos arranjos familiares como família.

De acordo com a Frente Parlamentar Evangélica em seu Projeto de Lei no art.2º “Para fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Como se pode constatar, essa definição configura-se no retrocesso histórico, onde parte do Estado continua com o discurso da normatização das famílias imbuídos da lógica de naturalização, ratificando um único modelo que contradiz o cenário atual brasileiro dos diversos arranjos familiares.

Cabe indagar a que interesses e objetivos este projeto de lei está servindo, e de acordo com a realidade brasileira com base nos dados estatísticos do IBGE já

¹⁰ Informações retiradas do site da Câmara dos Deputados. http://www.camara.gov.br/proposicoes/Web/prop_mostrarintegra?codteor=517043&filename=PL+2285/2007, acesso em janeiro de 2016.

explicitado em seções anteriores, o acesso aos direitos estará sendo ampliado ou restringido?

Com tais argumentos, fica claro que o projeto de lei visa restringir o acesso das diversas formas de organizações familiares aos direitos e políticas públicas voltadas para a família. Mioto (2010) faz uma reflexão acerca das famílias capazes e incapazes, que contribui para elucidação da ideologia implícita a discussão acerca desse polêmico e contraditório Estatuto da Família.

Nessa direção, estão embutidos um estereótipo de família que ainda inclui um ideal de estrutura (pai-mãe-filhos) e uma concepção naturalizada de obrigações e papéis familiares. Alinha-se claramente ao revigoramento da proposta liberal, articulando a proteção social nos moldes do pluralismo de bem-estar social, típica do neoliberalismo. Este projeto, atualmente hegemônico, tem como base muito forte a ideologia. Ideologia, como falsa consciência, à medida que está pautada na ideia secular de que os valores e funções imanescentes à família, como instituição social, são suficientes ou senão os mais importantes tanto para a provisão de proteção como para a produção de ‘cidadãos de bem’. (Mioto, 2010, p.57)

Evidencia-se, a partir de tal definição, ao menos duas questões, sendo elas: o cunho unicamente estrutural, que não abrange a qualidade das relações, e contradiz o afeto, que por sua vez, constitui no principal fundamento de valor das famílias brasileiras na contemporaneidade, onde encontramos maternidades e paternidades afetivas, que são tão importantes quanto às consanguíneas. Outra questão é a de gênero onde “o masculino e feminino não estão necessariamente na figura do homem e da mulher” (Rebelo, 2015, p.9¹¹), esses papéis sociais são encontrados nos diversos arranjos familiares independente de sua forma de organização.

Outro aspecto importante a ser destacado no Estatuto da Família é a introdução do cunho moral na educação, onde segundo a previsão dos art. 10 a 12 serão introduzidos como obrigatórios no currículo do ensino fundamental e médio. A disciplina “Educação para a Família”, além de a escola formular e implantar medidas de valorização da família em seu ambiente, com a determinação de elaborar e divulgar anualmente um relatório especificando as relações dos estudantes com as suas famílias.

¹¹ Retirado da matéria “Aprovação do Estatuto da Família ameaça direitos humanos” da Revista Práxis nº85, CRESS/RJ – Setembro e outubro de 2015.

Desse modo, as velhas ideias se adaptam as novas realidades, pois se observam as perpetuações do Estatuto de Família proposto na era Vargas, sobretudo, no que tange a educação e o grande receio do Estado das famílias se corromperem, que gera a criação de medidas para normatizar e fiscalizar essa família aos padrões de moralidade, sendo a educação utilizada como principal instrumento para reprodução da ideologia dominante.

E para consagração de tal retrocesso em seu art. 13 estabelece o Dia Nacional de Valorização da Família em 21 de outubro, onde devem ocorrer celebrações e promoções de atividades no âmbito escolar público e privado que visem fomentar reflexões ditas contemporâneas acerca da importância da família no meio social.

Numa tentativa de adaptação, o Projeto de Lei 6583/2013 retoma alguns aspectos do Estatuto de Família de 1941 do Governo Vargas, que apesar de não ser promulgado, preconizou o Dia Nacional da Família e a inserção da matéria educação para família nas escolas.

Vale ressaltar que o projeto de lei sendo aprovado e entrando em vigor na sociedade brasileira, provocará profundas transformações nas dinâmicas e práticas de cuidado das organizações familiares, sobretudo, das famílias pobres, nos seus diversos arranjos, que não serão mais reconhecidas como famílias, tendo seu acesso restrito ao campo dos direitos e da cidadania.

Tendo em vista a profunda discussão e a grande polêmica, foi criada no site da câmara dos deputados, em fevereiro de 2014, uma enquete sobre o Estatuto da Família, com a finalidade de avaliar se os cidadãos são favoráveis ou contrários, a partir da seguinte pergunta: “Você concorda com a definição de família com núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família? ”.

A enquete bateu recorde de acesso ao site câmara e foi alvo de notícias que apontavam fraude no resultado que afirmava a reprovação da maior parte da sociedade, contudo, o site da Câmara não divulgou a página com o resultado final das pesquisas.

No plenário a tramitação está acontecendo de forma bem polarizada, sendo a favor todos os parlamentares que compõe a Frente Parlamentar Evangélica, o que facilita o andamento do processo. Atualmente, depois de sofrer alteração com a

inclusão de algumas ementas, o projeto encontra-se na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Assinala nessa discussão a profunda contradição de argumentação, pois o fato do primeiro Estatuto das Famílias (2011) não ser reaberto, mediante a afirmação do discurso de cunho “ideológico”, defendido pela Frente Parlamentar Evangélica, que por sua vez, elabora o Projeto de Lei 6583/2013 que evidencia o pleno cunho “ideológico, doutrinário e anacrônico” contendo um texto muito preocupante à sociedade.

Todavia, no mesmo período, datado em 12 de novembro de 2013 é protocolado no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) 470/2013 com 303 artigos, denominado Estatuto das Famílias de autoria da Senadora Líndice da Mata, que foi colocado em votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal em novembro de 2014.

O referido Estatuto das Famílias atualiza e amplia o primeiro Estatuto que foi arquivado em 2011, com algumas diferenças, como por exemplo, a união estável sendo reconhecida sem definição de união entre homem e mulher em seu art.187, além de legitimar as famílias parentais, monoparental, pluriparental e recompostas no art. 69 a 74, e abrangendo a alienação parental e abandono afetivo, onde a palavra cuidado vincula-se a responsabilidade dos responsáveis e a assistência afetiva, nos artigos 36/62/90 e 109.

Nesse Estatuto há o reconhecimento das diversas organizações familiares como entidade familiar, ou melhor, como famílias.

De acordo com o site do Senado¹², o PLS 470/2013 foi aprovado em setembro de 2015 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Secretaria de Apoio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) e encontra-se desde então em estado de Audiência Pública.

Assim o Congresso Nacional se depara com dois Projetos de Lei tramitando acerca da mesma temática, porém, com caminhos totalmente distintos, sendo que um ratifica a esfera da família pensada, e o outro se aproxima do campo da família vivida.

¹² <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242> acesso em janeiro de 2016.

Mediante tais considerações constata-se a complexa teia que se encontra envolvida a temática família no âmbito do legislativo, onde os velhos paradigmas e valores patriarcais confrontam os novos paradigmas e oportunizam reflexões que desafiam e impulsionam o olhar para o que era visto como tão óbvio natural e dogmático.

1.2.2.

Redescoberta das famílias como espaço de cuidado

Conforme já refletido nas seções anteriores as transformações das famílias brasileiras ocorrem de acordo com os períodos históricos contextualizados a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais.

A partir de um olhar macro sob a realidade, destaca-se nesse percurso histórico a organização das políticas públicas brasileiras e sua relação com as famílias. Faz-se necessário a reflexão acerca dessa relação para o objeto de estudo, pois subsidia o entendimento do processo de supervalorização das famílias como provedoras de cuidados e a culpabilização e desqualificação das mesmas.

De acordo com Carvalho (2010) as funções das famílias e políticas públicas são similares, pois visam promover a proteção social e o bem-estar dos grupos que encontram sob sua tutela.

Tendo em vista que a história está em permanente movimento e mudança, as políticas públicas brasileiras fazem parte da mesma e estão permeadas de transformações.

A relação das políticas públicas com as famílias divide-se em dois momentos, sendo o primeiro no século XX, correspondente ao período de 1930 a 1980¹³, onde, segundo Teixeira (2015) as famílias ocupavam papel secundário no cenário das políticas públicas, mediante as atenções e ações estarem voltadas para os indivíduos, com enfoque nos pobres. Os paradigmas da incapacidade familiar e da institucionalização eram subjacentes às políticas públicas.

¹³ Período marcado pela Era Vargas onde há consolidação da segunda fase do capitalismo industrial economicamente marcado pela substituição dos produtos importados pelos da indústria nacional.

Ao não se considerar a família na sua totalidade, o indivíduo torna-se protagonista das ações do Estado, que por sua vez, avalia a incapacidade da família sob o viés da estrutura de acordo com o modelo da nuclear burguês, desqualificando qualquer outra forma de arranjo familiar e desconsiderando as qualidades das inter-relações da mesma.

Nessa lógica os indivíduos são retirados de suas famílias e institucionalizados e/ou internados, como medida de segurança, devido ser considerados riscos para a sociedade. Além das famílias serem desqualificadas como “desestruturadas”, “fracassadas”, “patológicas”, “promíscua”, entre outros adjetivos de culpabilização.

Apesar dessa desvalorização, algumas famílias também utilizavam o Estado como um recurso de retirar seus filhos da miséria e “encaminhá-los na vida”, para ter um futuro.

Mioto (2009) discorre que na relação entre família e Estado “O Estado não é visto apenas como um vínculo autoritário com a família, mas também como um recurso” (p. 49). Recurso este utilizado tanto para a autonomia das famílias frente à comunidade e parentes, quanto para a autonomia dos indivíduos em relação à autoridade familiar.

O segundo momento inicia no final do século XX, a partir de 1980, se estendendo até o século XXI, esse período é marcado por intensas crises e transformações que geram a redescoberta da família como principal agente privado provedor de proteção social¹⁴ e bem-estar dos indivíduos.

As transformações políticas e econômicas são também decorrentes da consolidação do pensamento neoliberal no Brasil, nos anos 1970, que provoca mudanças significativas no papel do Estado, onde as famílias passam ser protagonistas, ocupando papel central nas ações do mesmo.

Além disso, a partir do final da década de 1970 há um avanço organizativo da sociedade civil, sobretudo, dos movimentos sociais na luta pela redemocratização na retomada do Estado de direito que garanta os direitos civis, políticos e sociais. (Dagnino, 1994)

¹⁴ Na reflexão desenvolvida a proteção social é entendida como uma forma de cuidado, contudo, no sentido de efetivação da obrigação constitucional, atribuído ao Estado, de fornecer suporte às famílias pelo exercício de sua função protetora e garantidora de direitos de seus integrantes.

De acordo com Gohn (2005) esse movimento intensifica em todo território nacional na grande conquista da Constituição de 1988, marco histórico da luta pela garantia dos direitos civis, políticos e sociais.

No entanto, a Constituição Brasileira é promulgada numa conjuntura econômica dramática, que vê crescer sua situação de endividamento, dominada pelo crescimento da desigualdade social e tensionada pela consolidação do modelo neoliberal. (Gohn, 2005)

Em contraste ao grande avanço nas lutas sociais pela garantia e formalização legal dos direitos civis, políticos e sociais com caráter universal, o capitalismo neoliberal ganha força e amplitude no campo econômico e financeiro, gerando entraves e tensão na efetivação dos direitos sociais.

De acordo com Pereira (2009) há uma retração do Estado e o esvaziamento das políticas públicas em prol do alargamento das privatizações das responsabilidades públicas e o enfraquecimento da garantia dos direitos.

A autora prossegue denominando esse processo como Pluralismo de bem-estar, ou, liberal, onde o Estado transfere a responsabilidade para a sociedade civil e mercado, com base na privatização, através do processo de descentralização, de modo, que as ações são frutos da interação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

O Estado não mais reivindica o posto de condutor-mor da política social; pelo contrário, dele se afasta. O mercado, por sua vez, nunca teve vocação social e, por isso, a despeito de praticar a filantropia como estratégia de marketing, prefere aprimorar-se na sua especialidade, que é a de satisfazer preferências, visando ao lucro, e não necessidades sociais. Ambos – Estado e mercado -, denominados por Habermas de “reino do sistema” (1981), cedem cada vez mais espaço à sociedade e (“o reino da vida”, segundo o mesmo autor) para que esta exercite a sua “vocação solidária” e emancipe-se da tradicional colonização do Estado. Em vista disso, está-se diante da construção de uma fórmula pragmática e asséptica de solução dos problemas sociais, que não prevê responsabilidades cativas ou obrigações exclusivas e, muito menos, adesões ideológicas. Seu grande intento declarado consiste em incrementar índices de emprego, reduzir a pobreza e exclusão social e promover a coesão social com imaginação e conjunção de atores e recursos. Com isso, inaugura-se um “novo pacto social” em que as classes sociais, subsumidas que estão nos conceitos amorfos de Estado, mercado e sociedade, perdem a identidade ou a razão de ser. (Pereira, 2009, p. 34)

Nesse cenário as políticas públicas subjacentes ao Sistema de Proteção Social¹⁵ sustentam-se na tríade Estado, Mercado e Família, onde o primeiro encontra-se como coadjuvante, atuando somente na falência da família junto ao mercado.

Mioto (2009) trabalha com a definição de “neoliberalismo familiarista” conceituada por De Martinho (2001) para elucidar a crise e retração do Estado “implicou na adoção de uma “solução familiar” para a proteção social, quando se encaminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a “redescoberta” da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades” (p.139).

Na mesma obra a autora utiliza o conceito de Familismo, que constitui na definição de Esping-Andersen (2000), e apreendido como a adaptação do Estado a lógica do capital encontrando na família a chave para a principal provisão de proteção e bem estar, nesse modelo as políticas públicas atuam somente de forma pontual no fracasso da família e na sua impossibilidade de consumo no mercado.

Os conceitos de “neoliberalismo familiarista” e Familismo são fundamentais na reflexão acerca da constituição do Sistema de Proteção Social brasileiro, onde se constata que o mesmo se formou a partir de um Estado Familista que sobrecarrega a família e ratifica a sua função protetiva, como um cunho de “naturalização”, reforçando os papéis sociais do modelo idealizado nuclear burguês, onde o pai constitui-se no provedor e a mãe a fiel dona de casa e cuidadora.

Dessa forma, as políticas familiares, de caráter familista, tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença “secundária” da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional. (Mioto, 2009, p. 140)

Cabe considerar que quando se trata de sobrecarga familiar, corporifica na figura da mulher, por possuir a principal sobrecarga, pois a provisão de cuidados

¹⁵ A Constituição de 1988 torna-se um “divisor de águas” no âmbito do Sistema de Proteção Social Brasileiro, com a definição da Seguridade Social em seu artigo 194 como “conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Configura –se o tripé do Sistema de Proteção Social brasileiro.

continua sendo um trabalho não remunerado, desvalorizado e invisível, sendo somente visto como cunho “natural” a função materna.

No final das contas o cuidar ainda é visto de forma naturalizada e intrínseca às famílias como papel exclusivo da mulher. Contudo, o cuidar demanda tempo, trabalho e dedicação, com custos de natureza financeira, emocional, mental e física, pressupondo um “gerenciamento de tempo, responsabilidades, afetos, emoções, redes, trabalho e lazer, participação, elementos difíceis de classificar em espaços separados” (Carloto, 2015, p.194), que não deveria ser somente promovido pelas famílias.

A responsabilização das famílias tem sido realizada, essencialmente, através de um nebuloso campo de indefinições e negociações que podemos denominar de “campo do cuidado”. É justamente nesse campo que ocorre, no cotidiano dos serviços, os deslizamentos em torno de atribuições de responsabilidades na provisão de bem-estar. Sob a égide do cuidado se articulam diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado para as famílias. Tais custos situam-se tanto no arco dos custos financeiro, como emocionais e de trabalho. (Mioto & Prá, 2015, p. 150)

Ainda segundo Mioto & Prá (2015), vale salientar que esse “campo do cuidado” necessita de muito estudo, pois não há definição conceitual de cuidado, sendo assim, essa categoria fica solta, pois tudo e nada pode ser considerado como cuidado. Tal questão adquire especial relevância quando há o desenvolvimento de trabalhos junto às famílias, pois pode haver no imaginário uma idealização de cuidado conforme os pressupostos da família nuclear que se diferencia da prática do cuidado vivido no cotidiano.

A falta de definição acerca do cuidado pode revelar algumas armadilhas a serem consideradas e enfrentadas ao pensar e trabalhar com as relações familiares, sobretudo, nas categorizações acerca do certo/errado e do bom/ruim, que tangenciam caráter normatizadores e negligenciam leituras e práticas mais democráticas/humanas.

Dessa forma, as relações estabelecidas entre famílias e cuidado é o elemento central do objeto de estudo, tanto em virtude a análise dos significados atribuídos às práticas de cuidado vivido nas dinâmicas familiares, quanto da indagação de haver um cuidado pensado, que se difere de um cuidado vivenciado no cotidiano.

Vale ressaltar que o cuidado ainda é concebido como uma ação da mulher, de modo que deveria ser conjugado no feminino, implica relação e vínculo entre quem dá e recebe o cuidado, podendo haver afeto e emoção, não possuindo nenhuma valorização, muito menos remuneração, contudo, demanda de muito tempo e trabalho, sendo somente visto e evidenciado, de forma negativa, quando a família “pede ajuda”.

Por outro lado, a responsabilização das famílias está legitimada e legalizada no sistema de proteção social, onde o cuidado que já é naturalizado como função familiar, torna-se obrigatório e exigido pelo poder público, podendo haver punição do mesmo caso seja identificado a falta de cuidado denominado atualmente por negligência. Entretanto, cabe indagar, quem pune o poder público por não viabilizar condições para o exercício compartilhado desse cuidado?

No Estado Famílista esse cuidado não é partilhado com o poder público, sendo as famílias responsabilizadas unicamente pela provisão desse bem-estar, com a ressalva do mercado, onde vivenciam a escassez de ações públicas, que quando existe, ocorre de forma seletiva, focalizada e pontual.

O que se percebe, entretanto, em relação ao sistema de proteção social, é a invisível adoção do princípio da subsidiariedade da intervenção do Estado que, nunca exclusivamente estatal, e só aparece quando a famílias falha na proteção e cuidados. Sua intervenção em nível de proteção social básica, preventiva e promocional é sempre para potencializar e valorizar as funções protetivas de cuidado na família, para que a assistência seja realizada na e pela própria família. (Carloto, 2015, p. 217)

Em contrapartida, o cuidado ao invés de ser compartilhado entre Estado, nas suas políticas, ações e equipamentos, e as Famílias na sua dinâmica, é na realidade transferido para as famílias e as iniciativas privadas não governamentais (privatizando as responsabilidades públicas), que por sua vez, tem menos estrutura para partilhar ações de cuidado, sobrando, então, para as famílias toda a responsabilidade de promoção do bem-estar, sob um contexto de insuficiências e precarização.

Ao analisar as transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família, a autora Alencar destaca:

O Estado tende a se desobrigar da reprodução social, persiste a tendência de transferir quase que exclusivamente para a família responsabilidades que, em nome da solidariedade, da descentralização ou parceria, a sobrecarregam. Todavia é importante considerar que, se no Brasil a família sempre funcionou como anteparo social, diante do vazio institucional de políticas públicas que assegurassem a reprodução social, as mudanças sociais nas últimas décadas, e em particular na última década, modificaram profundamente o cenário social no qual se movem as famílias. Cumpre, pois, refletir se a família, no atual contexto da sociedade brasileira, tem condições efetivas para funcionar como anteparo social. (Alencar, 2009, p.64)

Ao invés do paradigma ser em torno da partilha de responsabilidades na provisão de cuidados e bem-estar, entre Estado e Família, que implica a universalização dos serviços à família, o posicionamento do Estado está na potencialização e capacitação das famílias para assumirem de forma privada a função do cuidado.

Além disso, as famílias ainda enfrentam um contexto social de precarização do trabalho, marcado pelo desemprego e a dificuldade de obtenção do trabalho assalariado com carteira de trabalho, resultando nas mais diversas situações de precariedade social e no acirramento da luta cotidiana pela sobrevivência e proteção de seus membros. Todavia, esse cenário gera insegurança, estresse, redução de tempo nos cuidados materiais e imateriais das famílias para os seus membros.

Fonseca (2013) assinala a sobrecarga familiar, frente ao dilema de sobreviver, e/ou cuidar de seus filhos, onde as famílias criam estratégias recorrendo à rede de apoio formada por diversos atores como: parentes, vizinhos, madrinhas, amigos, entre outros.

Dessa forma, alguns aspectos das antigas realidades vivenciadas pelas famílias pobres no século XX, retornam através de um novo cenário no século XXI, onde as mesmas ainda precisam compartilhar o cuidado de seus filhos com a rede de apoio e são culpabilizadas caso não consigam “dar conta”.

Outro resquício vivenciado pelas famílias é a categorização das mesmas como capazes ou incapazes, segundo Mioto (2009) famílias capazes são as que via trabalho, dinâmica interna e externa, e via mercado, conseguiram executar com êxito as funções de cuidados materiais e imateriais que lhe são exigidas pela sociedade e o Estado. As classificadas incapazes são aquelas que não conseguiram via mercado, trabalho e organização interna e externa, de atender as exigências

feitas pela sociedade e Estado, descumprindo sua função, “requerem a interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção de seus membros. Ou seja, são merecedoras da ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção de seus membros” (p.51)

Nessa perspectiva estão embutidas as naturalizações dos papéis sociais femininos e masculinos vinculados à idealização de família nuclear burguesa composta pela estrutura de pai, mãe e filhos. Alinha-se a retificação da ideologia proposta pelo neoliberalismo, nos moldes do Pluralismo de bem-estar.

Em contrapartida, a autora Pereira (1995), trabalha a definição de Pluralismo Coletivista, onde há atuação das iniciativas privadas não governamentais, contudo, também existe a presença do Estado na promoção de políticas públicas universais que garanta os direitos.

Nesse ponto mais uma vez é possível o diálogo com Mioto (2009) que utiliza a definição “desmercadorização” de Esping-Andersen (1991), que ocorre quando as famílias conseguem se manter sem necessitar do Mercado, sendo os serviços recebidos pelas famílias, percebidos como direitos e não favores. “Assim o Estado torna-se o agente primordial da proteção social e ao assumir esse papel possibilita a autonomia dos indivíduos e também se torna força ativa de ordenamento das relações sociais” (p.134) Nesse sentido, haveria políticas públicas que partilhassem junto com as famílias a provisão de cuidado e bem-estar dos indivíduos.

Na mesma obra, atrelado a esse conceito a autora utiliza a definição de desfamiliarização de Esping-Andersen (1991), que se refere à redução da sobrecarga familiar em relação à provisão de cuidados e bem-estar de seus membros, onde Estado e/ou mercado compartilham dessa promoção.

Tais definições contribuem para a reflexão realizada acerca da redescoberta das famílias como espaço de cuidado, pois viabiliza o olhar acerca da possibilidade de haver a partilha da provisão desses cuidados que sobrecarregam as famílias, sobretudo a mulher.

Além disso, não é o foco da proposta de estudo, porém, cabe indagar quais seriam as estratégias utilizadas para que haja a mudança de paradigma na concepção da oferta de serviços as famílias, de forma que, saia do pressuposto de

fortalecer as mesmas nas suas funções de cuidado, para a finalidade de promover junto com elas ações de cuidados compartilhados.

Vale lembrar que esta garantia desse direito está vinculada a efetivação de relações de gêneros mais equitativas.

A partir da reflexão realizada acerca das famílias em sua perspectiva histórica, na construção dos papéis sociais, na sua diversidade de concepções e a sua redescoberta na função quase que exclusiva do cuidar, será aprofundada compreensão de suas relações de cuidado, na qual será abordado a seguir.

2 Cuidados

2.1. Aproximações teóricas

Torralba (2009) aponta o cuidar como uma terminologia polissêmica “(...) A polissemia revela a riqueza conceitual de um termo, mas obriga o intérprete a demarcar os distintos sentidos do vocábulo”. Dessa forma, para Torralba (2009, p.119) “O cuidado é uma tessitura de extraordinária densidade antropológica e moral...” e também “o cuidar é uma arte porque integra técnica, intuição e sensibilidade” (p. 144).

Nessa perspectiva, a terminologia cuidar está imbuída de uma complexidade composta por múltiplas dimensões, que contempla uma diversidade de noções atravessadas por um conjunto de significados impregnados pelos campos antropológico, filológico, filosófico, mitológico, cultural e relacional.

Waldo (2008, p.2) afirma que “o cuidado é um fenômeno existencial, relacional e contextual”.

Existencial porque faz parte do Ser, lhe confere a condição de humanidade, relacional porque ocorrem relação com outro Ser, se revela na coexistência com outros seres; contextual porque assume variações, intensidades, diferenças nas maneiras e expressões de cuidar conforme o meio em que ocorre. (Waldow, 2008, p.2)

Assim, a dimensão existencial concerne na perspectiva filosófica¹⁶ do cuidar, a nível ontológico; a dimensão relacional está atrelada a relação consigo mesmo e com o outro; a dimensão contextual, apreende a conjuntura cultural, econômica, política, social, simbólica, entre outros, em que o indivíduo está inserido levando em conta o universo de significados (de valores, crenças e vivências) que o mesmo adquire na sua interpretação do mundo.

¹⁶ Para aprofundar a discussão no âmbito filosófico ver os autores Soren Kierkegaard , Martin Heidegger , Milton Mayeroff e Nel Noddings , que abordam o cuidado nessa perspectiva.

No que tange a dimensão existencial faz-se necessário resgatar os múltiplos olhares da filologia, mitologia e filosofia sob o cuidado.

Na perspectiva filológica podem-se observar duas derivações de significações da terminologia cuidado que estão interligadas.

No campo filológico, ao analisar a palavra cuidado verifica-se sua derivação do latim cura ou (ou coera) que significa cuidar e tratar, (Boff, 2012). No entanto, há também estudos que apontam outra origem para a palavra cuidado, onde sua derivação advém de “cogitare-cogitatus, que significa cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse, revelar uma atitude de desvelo e de preocupação” (Zoboli, 2004, p.22).

No aspecto mitológico do cuidado sua origem é pautada em dois olhares: Torralba (2009) que utiliza o autor Reich para descrever que a fonte do mito é encontrada num antigo relato sobre a criação numa remota cultura do Mediterrâneo; e Boff (1999) que pontua que é de progénie latina de base grega, denominado Mito de Higino.

Certo dia, ao atravessar um rio, Cuidado viu um pedaço de barro. Logo teve uma ideia inspiradora. Tomou um pouco do barro e começou-lhe a dar-lhe forma. Enquanto contemplava o que havia feito, apareceu Júpiter. Cuidado pediu que lhe soprasse espírito nele. O que Júpiter fez de bom grado.

Quando, porém, cuidado quis dar um nome à criatura que havia moldado Júpiter o proibiu. Exigiu que fosse imposto o seu nome.

Enquanto Júpiter e o Cuidado discutiam, surgiu, de repente, a Terra. Quis também ela conferir o seu nome à criatura, pois fora feita de barro, material do corpo da terra. Originou-se então uma discussão generalizada.

De comum acordo pediram a Saturno que funcionasse como árbitro. Este tomou a seguinte decisão que pareceu justa: Você, Júpiter, deu-lhe o espírito; receberá, pois, de volta este espírito por ocasião da morte dessa criatura. Você, Terra, deu-lhe o corpo; receberá, portanto, também de volta o seu corpo quando essa criatura morrer. Mas como você, cuidado, foi quem, por primeiro, moldou a criatura, ficará sob seus cuidados enquanto ela viver.

E uma vez que entre vocês há acalorada discussão acerca do nome, decido eu: esta criatura será chamada HOMEM, isto é, feita de húmus, que significa terra fértil. (Boff, 1999, p.43)

O mito do Cuidado traz para a reflexão o que Heidegger (2001, §41, 165; 262, apud, Boff, 2012) “explicitamente diz em Ser e tempo: o cuidado significa um fenômeno ontológico existencial básico e por esta razão comparece como a constituição ontológica sempre subjacente à existência humana”.

Corroborando com essa conceituação Boff (2012) cita o poeta romano Horácio que descreve o cuidado como aquela sombra que sempre acompanha o homem e nunca o abandona, pois é feito a partir dele.

Torralba (2009) delinea o cuidar e a sua ação compõe a gênese do humano, sendo o mesmo que cria e protege o homem, revelando sua íntima constituição.

Vale ressaltar que, um ponto bastante comum de Boff (2012) e Torralba (2009) na reflexão dessa mitologia, concerne no Cuidado, a origem do homem, que por sua vez, se constitui numa relação onde o mesmo é objeto e sujeito do cuidado.

Contudo, Boff (2012) enriquece essa visão relacional, onde o homem precisa cuidar de outro humano para desenvolver sua humanidade, mas da mesma forma, necessita ser cuidado por outros para superar as dificuldades da vida humana.

Portanto, a partir da reflexão sobre a mitologia do cuidado, pode-se verificar que o cuidado é o início e o fim, ou melhor, é um fim em si mesmo, pois se expressa em dois movimentos inerentes à condição humana e indissociáveis que são a vontade de cuidar e de ser cuidado, ou seja, o ser humano é sujeito e objeto do cuidado.

A dimensão relacional é um elemento essencial da noção de cuidado, pois pressupõe alteridade¹⁷, onde o cuidado só existe em relação, pois tanto no âmbito individual (consigo mesmo), e coletivo (com os outros), há interação.

É necessário enfatizar que essa dimensão é imprescindível para a reflexão teórica de famílias e cuidado, sobretudo, para estudo do objeto da pesquisa que possui a finalidade de analisar os significados e práticas de cuidado nas dinâmicas familiares.

Waldow (2008) afirma que as relações de cuidado ocorrem a nível sujeito – sujeito, podendo se apresentar na forma de sujeito-self e sujeito-outro, abrangendo o cuidado de si e o cuidado do outro, além disso, há também a relação sujeito-coisa abarcando o cuidado com objetos, animais, plantas, etc.

¹⁷ Alteridade refere a aceitação do outro como ele é, dessa forma, se oferta o que o outro precisa e não o que eu acho melhor para ele. (PEREIRA, 2009)

As relações de cuidado podem se caracterizar por relações a nível de sujeito-sujeito e sujeito-isto ou sujeito-coisa, considerando que não se cuida apenas de pessoas, mas de coisas, objetos, plantas, animais. As relações de cuidado na dimensão sujeito-sujeito podem se apresentar de duas formas: sujeito-self e sujeito-outro. O sujeito-self se caracteriza pelo cuidado pessoal e compreende o cuidar de si. Esse cuidar de si inclui o conhecimento de si, de suas potencialidades, necessidades e limitações. Compreende também o cuidar da saúde, do espírito, do intelecto, de seu tempo, do lazer e assim por diante. Ainda no âmbito pessoal ou privado encontra-se a forma de relação sujeito-outro e que incluem as relações genuínas ou de cuidado natural e que se caracterizam por relacionamentos mais íntimos, com a família e amigos. (Waldow, 2008, p.19)

A relação sujeito-outro pode ser dividida de duas formas, tipo social ou público e compreende as relações com as pessoas em que não há vínculo afetivo ou consanguíneo, porém há respeito e consideração. A autora postula que dentro da relação sujeito-outro do tipo social ou público pode ocorrer uma relação sujeito-objeto, onde o outro não é visto nem tratado como sujeito, mas sim como objeto.

Na esfera estritamente relacional do cuidado Costa (2013, p.1) desenvolve a definição de Ética Biofílica (Bio – vida e fílica – amor/amizade), ou seja, “aquela que coloca a vida e sua dignidade em todas as suas manifestações como o mais amplo, profundo e universal dos valores”. Essa concepção do cuidado traz consigo quatro aspectos que o autor denomina como autocuidado, altercuidado, ecocuidado e transcuidado.

A Ética Biofílica é expressa por meio da relação de cuidado que cada pessoa estabelece consigo mesma (autocuidado); na relação com as outras pessoas a sua volta (altercuidado); na preocupação com as redes que sustentam a vida, como o meio ambiente em que estamos inseridos (ecocuidado); e com tudo aquilo que dá sentido à nossa vida os grandes temas da existência humana - como a questão da fé, do sentido da vida, os valores transcendentais e os grandes ideais humanos (transcuidado). (Costa, 2013, p.1)

Vale lembrar que, Mayeroff (1971), Noddings (1984) e Boff (1999 e 2012) em suas abordagens sobre noção de cuidado, desenvolvem e aprofundam seu trabalho na dimensão relacional, sobretudo, no âmbito de sua constituição, formas e sentidos.

Madeleine Leininger¹⁸ foi pioneira na inclusão da concepção de cultura na abordagem do cuidado, construindo a Teoria do Cuidado Cultural, porém, tempos depois, elabora a Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural, onde, a partir da identificação de que o cuidado está presente nas culturas (universal), contudo, é desenvolvido de formas distintas (Diversidade), mediante as singularidades, valores, crenças, significados, etc, de cada grupo, comunidade e/ou região. Ratti et al. (2005).

Essa teoria apresentada por Leininger constitui numa ferramenta de análise que instrumentaliza a pesquisa na concepção do cuidado no âmbito macro de sua Universalidade, constituído pela cultura, a partir de seu contexto social, simbólico, político e econômico, além de abranger a esfera micro (Diversidade) do núcleo familiar que possui sua dinâmica específica envolvida de singularidades, valores, crenças de cada indivíduo no grupo familiar.

Elsen (2002) cita a Teoria da Diversidade e Universalidade do cuidado humano de Leininger (1991):

(...) identifica o cuidado humano como parte integrante do cuidado popular. Com base em pesquisas realizadas em diferentes culturas, a autora aponta inúmeros constructos que fazem parte do que denomina de cuidado cultural, afirmando serem o cuidado universal para os seres humanos, porém com especificidades decorrentes de cada cultura, e necessários ao crescimento e desenvolvimento humano. (Elsen, 2002, p. 12)

É importante destacar que o fundamento de sua análise sob o cuidar, ocorre a partir da dimensão cultural.

Dessa forma, para Leininger et al. (1984, apud, Waldow 1999, p.131) “as pessoas desenvolvem comportamentos de cuidar e a forma como expressam está ligada a padrões culturais”.

Waldow (1999) destaca o cuidado como valor decorrente do significado que cada um atribui a ele, perpassando pela dimensão cultural como fio condutor do olhar. Duarte Jr. et al. (1988, apud, Waldow 1999, p.162) abordam a atitude valorativa do ser humano como o ato de dar significado as coisas. “Este, procura

¹⁸ Membro da Academia Americana de Enfermagem e Fundadora do subcampo Transcultural da enfermagem.

interpretar o mundo a partir do significado que ele adquiriu para a sua sobrevivência”.

Assim, a dimensão cultural está imbuída no campo do cuidado como elemento que compõe a percepção do sujeito, sendo formado por significados singulares e coletivos, construídos no seu desenvolvimento.

Corroborando com essa reflexão, destaco Torralba (2009):

A partir da teoria de Leininger a prática dos cuidados entre seres humanos é um fenômeno universal, **mas as expressões, processos e modelos de cuidado variam de uma cultura para outra**. Os cuidados têm dimensões biofísicas, culturais, psicológicas, espirituais e ambientais que devem ser explicadas para proporcionar cuidados de natureza verdadeiramente holística às pessoas. (Torralba, 2009, p.115, grifo nosso)

A dimensão contextual do cuidado traz elementos fundamentais, sobretudo, a cultura, para o entendimento acerca da concepção de cuidar, pois embasam olhar (sentido) para a compreensão do significado de cuidado para um indivíduo ou grupo.

Nesse sentido, a realidade está atrelada a dimensão contextual, que por sua vez, apreende a conjuntura cultural, econômica, política, social, simbólica, religiosa, entre outros, em que o indivíduo está inserido, levando em conta, o universo de significados (de valores, crenças e vivências) que o mesmo adquire na sua interpretação do mundo, imbuídos no processo de contextura.

A fim de contribuir com essa reflexão sobre as dimensões existenciais, relacionais e contextuais que envolvem a noção de cuidar, será realizada uma reflexão acerca dos sentidos, expressões, atitudes e formas de cuidar.

Torralba (2009) fundamenta-se em Pellegrino, e no âmbito da saúde define os quatro sentidos da terminologia cuidado.

O primeiro sentido biocentista atrela o cuidar à compaixão, o segundo refere-se à ação, onde cuidar de alguém é contribuir para a autonomia do indivíduo. No terceiro há vinculação da perspectiva de convidar a compartilhar, ou seja, estabelecer uma relação de confiança. E o quarto consiste em colocar toda a técnica, serviço e procedimento à disposição do indivíduo.

Apesar de ser estritamente vinculada ao campo da saúde, esta definição colabora com a reflexão, pois postula elementos que segundo o autor compõem o cuidado.

Entretanto, Boff (1999, p.95, 2012, p.57) discerne sentidos, atitudes, expressões e formas de cuidar.

Dessa forma há quatro sentidos e atitudes de cuidar, onde no primeiro o cuidado está atrelado a relação amorosa e protetora nos níveis de realidade pessoal, social e ambiental. O segundo diz respeito a qualquer tipo de preocupação e medo para com as pessoas e a realidade no qual se está afetivamente envolvido. No terceiro o cuidado refere-se à vivência da relação entre a necessidade e vontade de cuidar que gera um conjunto de proteções a nível pessoal, social e com todos os seres. E no quarto o cuidar está vinculado a relação, que são subdivididos em precaução (imprevisibilidade das consequências) e prevenção (previsíveis das consequências).

As expressões do cuidado são definidas como natural objetivo constituído por aquele que é inerente à própria existência, onde os significados já são caracterizados, e o ético consciente consiste no cuidado natural que é assimilado, interiorizado e apropriado de forma consciente.

Em relação à expressão do cuidado natural objetivo e ético consciente, Noddings, (1984), corrobora com esse entendimento, trazendo os elementos de instintivo e ‘moral’ para diferenciar as concepções de cuidado natural e cuidado ético.

No que tange às formas de cuidar, Boff (2012) descreve que o cuidado não acontece de maneira uniforme, ou até mesmo, única, pois há maneiras saudáveis e patológicas que o cuidado é assumido. A forma saudável constitui no equilíbrio da patológica.

Assim, em relação à patológica, há três formas de cuidar, onde, na primeira ocorre a negação do cuidado essencial e a rejeição da própria existência, por meio do depredar, excluir e maltratar a si, as pessoas e o planeta, tendo como resultado o processo de desumanização e embrutecimento das relações.

A segunda refere-se ao excesso de cuidado, a obsessão, constituída pela exacerbação e a preocupação demasiada em cuidar de tudo e todos, gerando uma insatisfação permanente que imobiliza. E a terceira consiste na carência de

cuidado, ou seja, o descuido, caracterizado pelo cuidado de menos, que não coloca empenho nas ações, ou assumem coisas demais, tendo como consequência a displicência e impaciência.

Ainda em relação às formas de cuidar, Heidegger, (2001, apud, Boff 2012, p.49) apresenta a diferença entre cuidado autêntico e inautêntico, sendo o primeiro aquele que a priori olha para si, numa perspectiva de autocuidado com liberdade e realiza as possibilidades de se auto ajudar, e ajudar o outro. Já o inautêntico constitui em cuidar de si de maneira ilusória, mascarando a realidade, ocupando-se de tudo menos de si mesmo, ou até, cuidando do outro de modo a torná-lo dependente e até submisso, impedindo que esse outro cuide de si mesmo.

Em consonância ao aspecto do cuidado autêntico e inautêntico, Szymanski (2002) corrobora expressando que o cuidado pode ser orientado pela consideração, respeito, tolerância e esperança, porém, também pode orientar-se de forma deficiente, pela desconsideração, impaciência, intolerância, indiferença e negligência.

Finalizando com a reflexão acerca das formas de cuidar, Waldow (2008) aborda essa questão como capacidade de cuidar, onde vincula ao histórico de cuidado da pessoa.

A capacidade de cuidar será mais ou menos desenvolvida de acordo com as circunstâncias, dependerá da forma como as pessoas foram cuidadas durante as etapas da vida. Vários fatores intervêm nesse processo: ambiente, cultura, economia, política, religião, entre outros. (Waldow, 2008, p.3)

Assim, as famílias terão sua capacidade de cuidar mais ou menos desenvolvidas em decorrência da história de vida de cada integrante do grupo familiar e suas interações internas e externas, que estão atreladas as interfaces cultural e relacional do cuidado. Essa perspectiva dialoga diretamente com o objeto da pesquisa, pois os significados e práticas de cuidado são inerentes às vivências e interpretações de cada sujeito que juntos construirão a cultura familiar vinculada a uma dinâmica específica da família.

Sendo assim, agregar essa perspectiva histórica do sujeito na sua relação com o cuidado enriquece e amplia a análise e compreensão sobre os processos que envolvem o cuidar.

Portanto, identifica-se a partir da reflexão acima desenvolvida que as múltiplas dimensões do cuidar (existencial, relacional e contextual), perpassam pelos sentidos, expressões, atitudes e formas de cuidar.

Contudo, a pesquisa utilizou a noção de cuidado como um fenômeno socialmente construído, nas suas dimensões relacional e contextual, por dialogar mais com o objeto de estudo.

Vale lembrar que como o cuidar é um termo polissêmico e ainda pouco aprofundado, e o levantamento bibliográfico ainda não apontou para uma conceituação dessa categoria, diferindo da categoria famílias em que há conceitos diversos definidos.

2.2.

Famílias e Cuidado: um espaço em construção

Ao refletir sobre famílias, faz-se necessário partir do processo de desconstruções e rompimento de alguns paradigmas como a ‘sacralidade’ e naturalização em que a mesma se encontra envolvida. É fundamental entender as famílias como fenômeno historicamente construído, constituído de diversas formas a fim de responder as demandas sociais, sobretudo, para apreender suas relações de cuidado.

O padrão de organização familiar não é, de forma alguma estático ou sagrado. A despeito da superstição popular, o casamento não é feito no céu, a família não é um sistema perfeito, estabelecido por Deus. Nem é a família o pilar da sociedade. Ao contrário, a sociedade molda a função da família para seu maior proveito. (Ackerman, 1986, p. 29)

As famílias são o primeiro espaço de intermediação entre o indivíduo e a sociedade, onde, através das funções protetivas, de cuidados e socialização, as gerações são concebidas e desenvolvidas a fim de produzir uma nova geração.

Ackerman (1986, p.31) corrobora descrevendo o ciclo de vida que cada família desenvolve “a família possui uma história de vida natural própria – um período de germinação, nascimento, crescimento e desenvolvimento, uma

capacidade de adaptar-se à mudança e crise, um declínio mínimo e, finalmente, a dissolução da família antiga dentro da nova”

Nessa perspectiva, o espaço familiar é composto por uma complexidade de paradoxos complementares no âmbito dos sentimentos (amor, raiva, afeto, ciúme, dores, alegrias, etc), na formação de identidade individual e grupal, na produção de relações com a mediação entre os projetos individuais e coletivos (familiares), no universo de valores, crenças, simbolismos, significados que são permeados pela cultura de cada um na construção de um universo familiar, entre outros.

A família é uma unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha e também unidade básica de saúde e doença. A família é uma entidade paradoxal indefinível. (...) Mensageira de elementos que predispõe a doença mental e a saúde mental. Os graus de sucesso e falha de adaptação dos papéis familiares se relacionam diretamente à questão de permanecer bem ou ficar doente. (Ackerman, 1986, p. 29/111)

Assim, as famílias são o alicerce do processo de humanização dos indivíduos imprescindível para sua inserção na sociedade. Segundo Miotto (1997, p.120) “até o momento ainda não descobriram outra forma mais eficiente de se ensinar gente a ser gente”.

Cada família é única e desenvolve seu processo de construção essencial da humanidade no homem, a partir de uma dinâmica familiar específica, oriunda do universo de crenças, valores, significados individuais e coletivos, que influencia e é afetada pelo contexto cultural, social, econômico e político da sociedade.

Não existem duas famílias iguais, assim como não existem dois indivíduos iguais. Contudo existem dimensões de dinâmicas familiares como de dinâmicas individuais que são inerentes à história de vida de todas as famílias. Precisamos conhecer os universos na estrutura e funções das famílias, e precisamos saber como os processos familiares variam com a cultura. À medida que nos movemos da sociedade mais ampla para famílias nas subculturas, encontramos mais conjunto nos padrões. (Ackerman, 1986, p.308)

Para tanto, é preciso fazer esse movimento de transpor os limites de compreensão das dinâmicas intrafamiliares, incluindo as condições extrafamiliares, no qual, as famílias são afetadas. Oliveira (2011, p.60) afirma que “trata-se de compreender e avaliar o nível de (im) permeabilidade do grupo familiar a fatores e agentes que lhe são exteriores”.

Nesse sentido, ampliar a apreensão sobre famílias é ter o entendimento das mesmas como um sistema de desenvolvimento humano nas suas diversas interfaces, que interage com os sistemas extrafamiliares nas suas inúmeras esferas e conexões.

Bronfenbrenner (1996) corrobora na fundamentação desse entendimento a partir da elaboração do Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano, segundo o qual há um ambiente ecológico que se estrutura em 4 sistemas (micro, meso, exo e macro), que se interconectam, perpassando e influenciando o desenvolvimento do sistema familiar.

De acordo com Bronfenbrenner (1996, p.5) o ambiente ecológico é o espaço constituído por “uma série de estruturas encaixadas uma dentro da outra, que por sua vez, se dividem em níveis, onde em cada um existe uma subcultura, sendo o nível mais interno composto pelo ambiente imediato que contém a pessoa em desenvolvimento”.

Dentro do ambiente ecológico se estruturam os sistemas, onde o primeiro nível, e por sua vez, o mais imediato, é definido como microssistema, nele, a pessoa em desenvolvimento experimenta os padrões de papéis, atividades e relações interpessoais num ambiente com características específicas. Sendo assim, a família na sua dinâmica intrafamiliar encontra-se, ou pode-se dizer que, é o microssistema.

Entretanto, existem mais três sistemas que compõe esse ambiente ecológico: o mesossistema constituído por um sistema de microssistemas, ou seja, é a “inter-relação entre dois ou mais ambientes nos quais as pessoas em desenvolvimento participam ativamente.” Bronfenbrenner (1996, p.21), tendo como exemplo a escola e a vizinhança, que são espaços onde as famílias possuem interação contínua e ativa.

O Exossistema é composto por ambientes em que a pessoa em desenvolvimento não está envolvida diretamente como participante ativo, porém a mesma afeta partindo do seu microssistema, ou é afetada pelo exossistema.

Portanto, para demonstrar a operação do exossistema como um contexto que influencia o desenvolvimento é necessário estabelecer uma sequência causal envolvendo pelo menos duas etapas: a primeira conectando eventos no ambiente externo aos processos que estão ocorrendo no microssistema da pessoa em desenvolvimento, a segunda ligando os processos do microssistema às mudanças

desenvolvimentais numa pessoa dentro daquele ambiente. A sequência causal também pode se dar em direção oposta. A pessoa em desenvolvimento pode acionar processos dentro do microssistema que têm reverberações em locais distantes. (Bronfenbrenner, 1996, p. 182)

Assim, um exemplo de exossistema é a rede social e a televisão, pois entra no espaço familiar, e compõe o exossistema da criança, ou até mesmo, o espaço profissional de um dos membros da família.

E por fim, o macrosistema composto pela cultura que estrutura os demais sistemas (micro, meso e exo) envolvendo o contexto social, político e econômico. Bronfenbrenner (1996, p.21) defini como “à consistência observada dentro de uma dada”.

Cultura ou subcultura na forma e conteúdo de seu micro – meso e exossistema constituintes, assim como qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a estas consistências.

No âmbito familiar pode-se olhar o macrosistema como o campo dos direitos e políticas sociais voltadas para as famílias.

Vale ressaltar que as famílias no seu microssistema interagem com os demais sistemas, e seus membros transitam por esses ambientes desempenhando diferentes papéis, atividades e padrões de inter-relacionamento.

A compreensão das famílias como sistema, em que há interações que as afetam e são afetadas, as retira do lugar de imutável e as atém como fenômeno historicamente construído.

Na cena contemporânea, a família está mudando seus padrões em um ritmo extraordinariamente rápido, está se acomodando de forma notável à crise social que é a marca de nosso período na história. Não há nada fixo ou imutável sobre a família, exceto que ela está sempre conosco. (Ackerman, 1986, p. 29)

Para Ackerman (1986) a família é produto de evolução, que detém uma flexibilidade adaptável de forma suave às influências que agem sobre elas externamente e internamente. No campo externo há uma modulação aos costumes predominantes atrelados ao contexto cultural, religioso, social e econômico. E na esfera interna há negociações e acordos estabelecidos nas relações familiares.

Cabe destacar que ao resgatar o processo histórico das famílias fica evidente que a sociedade molda a função da família para seu maior proveito, sobretudo, em sua relação com o Estado.

Dessa forma, a definição de família por Miotto (1997) elucida a reflexão, sobretudo, na relação dialética que a família estabelece com a estrutura social que se encontra inserida.

A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção dos seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social no qual está inserido. (Miotto, 1997, p. 120)

De acordo com Ackerman (1986), as famílias possuem objetivos sociais que estão vinculados às suas funções, dentre eles, promover a proteção de seus membros, desenvolver união social e afetiva, a identidade pessoal e familiar, o processo de aprendizagem criativa, prover recursos materiais que supram as necessidades de seus membros, uniformizar os papéis sexuais e realizar uma educação voltada para a integração dos papéis sociais.

Apesar de o autor estar realizando sua reflexão no século XX, esses objetivos ainda são desenvolvidos pelas famílias, às vezes, até com uma nova roupagem no século XXI, onde o contexto cultural, demográfico, social, político e econômico é diferente.

No entanto, a função familiar é descrita para colaborar com um dos pontos da reflexão, que é o funcionamento das fases de desenvolvimento nas famílias.

Para Winnicott (1999) a função familiar está voltada para construção de um ambiente satisfatório, onde a figura da mãe ou substituta tem o foco central na provisão harmoniosa dos cuidados e frustrações necessários a sobrevivência do bebê, por meio da função da maternagem¹⁹, como determinante para o seu desenvolvimento sadio.

¹⁹ “O conceito winnicottiano de maternagem, o qual alude à capacidade do meio – representado pela (s) pessoa (s) que cuida (m) da criança – de prover de forma equilibrada cuidados e frustração (...)” (OLIVEIRA E AMERICANO, 2005, p. 17)

O ambiente satisfatório “é aquele que facilita as várias tendências individuais herdadas, de tal forma que o desenvolvimento ocorre de acordo com elas”. Winnicott (1999, p.4)

Parafraseando Oliveira e Americano (2005), nesse ambiente ocorre a adaptação as necessidades do bebê, onde o desenvolvimento da relação mãe e bebê é composto por três fases.

A primeira fase corresponde a dependência absoluta, no período dos 6 primeiros meses em que a maternagem possui o papel central no desenvolvimento dos cuidados físicos e a preocupação materna primária²⁰ que assegura a boa maternagem, e contribui para a formação da identidade e personalidade do bebê, que está imerso na ilusão de onipotência desenvolvendo sua autoconfiança, nestes estágios iniciais. Dentro dessa fase há o apego a um objeto denominado como objeto transacional, elemento de mediação entre o mundo interno e externo do bebê, que o tranquiliza na ausência da mãe, e por sua vez, faz parte do processo de frustração do bebê, no qual o desenvolve para transição da próxima fase.

Quando na primeira fase não ocorre essa provisão de um ambiente satisfatório pela mãe ou substituta, havendo a privação dos cuidados maternos, há um comprometimento do desenvolvimento emocional do sujeito e desdobra em consequências profundas na sua relação com o mundo.

A segunda fase é denominada de Dependência Relativa no qual favorece a transição do bebê através de pequenas doses de frustração e na ilusão do objeto transacional, e há fenômenos transacionais em que por meio do brincar ocorre a diminuição do impacto de desligamento da mãe, sem isso parecer uma perda total.

A terceira fase é a Independência que constitui a maturidade e a autonomia.

Winnicott apresenta mãe ou substituta como o elemento central no processo de desenvolvimento do bebê, onde a qualidade dessa relação determinará a forma que a criança se relacionará com o mundo.

²⁰ “Para chegar-se ao aspecto essencial é necessário examinar-se a mãe ou figura materna. Dela é necessário, no começo, um estado especial a que mais uma vez apliquei o meu próprio termo descritivo. Chamo-o “preocupação materna primária”, um estado de coisas em que a mulher foi capaz de se permitir tornar-se temporariamente orientada para o bebê que ela gradualmente reconhece com um fato dentro de sua estrutura física.” (WINNICOTT, 1994, apud, OLIVEIRA e AMERICANO, 2005, p.24)

A família possui a função de prover uma atmosfera de afeição e segurança, satisfazendo suas necessidades animais imediatas alimentação, calor, abrigo e proteção, proporcionando um ambiente no qual possa desenvolver ao máximo suas capacidades físicas, mentais, sociais para poder lidar eficazmente, quando adulta, com o seu meio físico e social. (Bowlby, 2006, p.77)

No âmbito da função da família Bowlby (2006) se aproxima bastante do pensamento de Winnicott, onde a base do desenvolvimento da personalidade e saúde mental do bebê encontra-se na qualidade de sua relação com a mãe ou substituta, na experiência familiar primária²¹.

Nessa perspectiva há um elemento interessante abordado pelo autor que amplia o entendimento sob essa relação entre a criança e o ambiente familiar.

Não se deve esquecer que mesmo os maus pais, que negligenciam seus filhos, estarão, não obstante, proporcionando-lhes muita coisa, isto porque, executando os piores casos, eles estarão fornecendo alimentação e abrigo, confortando-os na angústia, ensinando-lhes pequenas coisas e, acima de tudo, estarão proporcionando a continuidade nos cuidados humanos, indispensáveis para que uma criança se sinta segura. Mesmo que a criança seja pessimamente alimentada e abrigada, mesmo que viva suja e doente, mesmo que seja maltratada, ela se sentirá segura (a não ser que os pais a rejeitem totalmente) por saber que tem algum valor para alguém que se empenhará em cuidar dela, mesmo que inadequadamente, até que consiga se arranjar por si mesma. (Bowlby, 2006, p. 70)

Essa visão é essencial, pois por mais que a função não esteja totalmente sendo atingida, o funcionamento ocorre na esfera da relação no ambiente familiar.

No âmbito das famílias, a partir da observação de campo foi identificado alguns adolescentes relatando que as relações familiares cotidianas são um “inferno”, mediante as intensas brigas, conflitos, confusões e pressões, contudo, os mesmos afirmam que não mudariam nada na sua realidade, por entenderem que sua família constitui num espaço seguro de proteção, atenção e cuidado.

Embora não esteja diretamente relacionado ao objeto de estudo, será abordada a seguir, as fases de desenvolvimento do bebê, descritas com a finalidade de ampliar as referências teóricas acerca do funcionamento das famílias no âmbito de seu ciclo e dos diversos estágios que as mesmas perpassam, e

²¹ “A experiência familiar primária é aquela em que o meio se adapta às necessidades especiais do bebê ou da criança pequena, e sem a qual não se formarão as estruturas básicas para a saúde mental. Se não houver uma pessoa especificamente voltada para a satisfação das suas necessidades, o bebê não poderá alcançar uma relação operativa com a realidade externa”. (Bowlby, 2006, P. 170)

contribuir para o olhar das mudanças de quantidade e qualidade de tempo investido no cuidado a cada fase.

No que tange as fases de desenvolvimento da criança, Bowlby (2006) aponta que muda de uma criança para outra, como também variam os estágios, sendo descritos da seguinte forma:

A primeira fase ocorre entre os cinco a seis meses de idade, onde o bebê inicia a formação de uma relação com uma pessoa que identifica como sua mãe. A segunda fase vai até o terceiro aniversário, onde o bebê precisa da presença permanente da mãe. A terceira fase ocorre entre os quatro e cinco anos em que a criança estabelece a relação com a mãe mesmo com sua ausência.

Para Ackerman (1986) há oito fases em que perpassam os estágios de desenvolvimento da infância, sendo a primeira constituída pela fase Intra-uterino de simbiose fetal, onde a mãe e o filho vivem uma só vida. A segunda fase é Neonatal do pós-parto. A terceira fase ocorre a Identificação primária em que se estabelece a união emocional primária com a mãe. A quarta fase – Individuação, onde há separação gradativa do ‘self’ da criança do ‘self’ da mãe. A quinta fase diz respeito a diferenciação sexual (estado edípico) em que se “reflete as expressões mutantes das necessidades de amor da criança aos pais de acordo com o sexo, uma diferenciação de “self” de acordo com o reconhecimento das diferenças sexuais, e o padrão de relação entre os dois pais.” (p.150)

Na sexta fase há o desenvolvimento extrafamiliar que se refere quando a criança amplia sua dimensão emocional e social de interação com o ambiente imediato (família) e o ultrapassa e sofre influência do ambiente extrafamiliar no processo de aprendizagem. A sétima fase é a Adolescência, onde há puberdade e a adaptação a sociedade, realinhando papéis individuais e grupais. E a oitava fase constitui ao Ingresso na vida adulta.

Carter & McGoldrick (1995), apud, Peres (2001)²², adotam a abordagem de ciclo familiar para refletir sobre as fases de desenvolvimento das famílias, sendo divididos em seis estágios, em que são vividos de forma separada ou simultânea.

O primeiro estágio constitui no início do ciclo familiar por meio do jovem adulto, sendo aquele que é autônomo, capaz de fazer suas escolhas e próximo a

²² A autora Peres (2001) em *Desenhos de famílias* aborda o ciclo familiar a partir de uma pesquisa realizada com famílias de Goiânia.

formar um novo sistema familiar. O segundo estágio corresponde a formação de uma família a partir da união de duas pessoas que formam um novo sistema familiar, onde a família de origem e amigos se realinham ocupando um outro lugar.

O terceiro estágio é formado quando nesse novo sistema familiar há inclusão de novos membros, como filhos pequenos, nesse momento há uma redefinição de papéis e o realinhamento das relações com as famílias extensas com o foco na educação e cuidado com os filhos. O quarto estágio acontece com o crescimento dos filhos e a entrada dos mesmos na adolescência que exige uma nova mudança nos papéis e nas relações entre os membros.

O quinto estágio é composto pela inserção dos filhos no mundo adulto, onde os mesmos buscam independência e vida própria, denominado como ‘ninho vazio’. No sexto estágio há redefinição dos papéis geracionais da família, marcado pelo envelhecimento.

Nessa perspectiva cada estágio do ciclo familiar é formado por uma composição familiar que possui uma peculiar base e apoio contendo eventos considerados significativos à vida das famílias.

Vale ressaltar, que todas essas variedades de fases de desenvolvimento familiares acima descritos constituem num fenômeno complexo, impossível de ser padronizado, contudo, é fundamental para ser utilizado como referência no exercício de compreensão da evolução das famílias no cotidiano de suas práticas e relações de cuidados.

Sendo assim, os diversos olhares sobre o funcionamento das famílias e seus estágios de desenvolvimento contribuem para a reflexão sobre as práticas dos cuidados familiares, de modo que, elucida os elementos que fazem parte do processo de cuidado familiar, e as diferentes fases que envolvem o cuidado.

Esse olhar para os diferentes estágios de desenvolvimento familiar subsidia o entendimento do objeto de estudo no aspecto referente à quantidade e qualidade de tempo empregados nas formas de cuidar, pois quanto mais dependência houver do sujeito cuidado, maior a quantidade de tempo e trabalho empregado. A fim de ilustrar essa realidade, no campo empírico da pesquisa é nítida as diferenças de cuidados de uma criança em relação ao adolescente e ao jovem, muda se as prioridades e preocupações.

Na dimensão do cuidado, Miotto (1997, p.121) evidencia que “a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm nos contextos sociais nos quais são inseridos”.

A capacidade do bom desenvolvimento dos estágios de cuidado das crianças realizada pela família no microssistema está atrelada a qualidade dos demais sistemas (meso, exo e macro).

Para tanto, é necessário adentrar mais nesse universo para entender como acontecem as relações e seus papéis sociais no âmbito familiar.

Bronfenbrenner (1996, p.46) define que existe relação “sempre que uma pessoa em um ambiente presta atenção às atividades de outra pessoa, ou delas participa”.

No campo das relações familiares Winnicott (1999, 2011) e Bowlby (2006) irão concentrar sua análise na relação mãe ou substituta com o bebê.

Ackerman (1986, p.36) irá definir as relações familiares como instrumento que “regulam o fluxo de emoções e controla a qualidade e quantidade de expressão emocional. Além de fornecer modelos de fracassos ou sucessos nos desempenhos pessoais e sociais”.

No âmbito do desempenho da função materna e paterna Ackerman (1986), Winnicott (1999) e Bowlby (2006) convergem enfatizando a importância do mesmo para o desenvolvimento sadio da criança, além de afirmar que a maternidade é relativamente de origem biológica e possui a função de prover as necessidades imediatas do bebê, a paternidade está relativamente relacionada à inserção da criança no meio social, cabe a função paterna contribuir para o processo gradual de frustração do bebê para a sua inserção em outros ambientes que se estende a família e para além desta.

Nesse sentido, por mais que não seja a mãe e o pai biológico a exercerem as funções de maternagem e paternagem, a criança criará e estabelecerá em seu processo de desenvolvimento suas referências materna e paterna, ou refletirá sua ausência.

Essa dimensão é fundamental para o objeto de investigação, pois no campo empírico, é muito comum os adolescentes identificarem suas referências de cuidado que divergem do pai e mãe biológicos, sobretudo, as que não têm muito

contatos com os mesmos, denominando, por vezes, tias, vizinhas, avós, madrinhas, como suas mães e pais.

No campo dos papéis sociais Bronfenbrenner (1996, p.68) traz a definição de papel como “uma série de atividades e relações esperadas de uma pessoa que ocupa uma determinada posição na sociedade e de outros em relação àquela pessoa. São identificados pelos rótulos usados para designar várias posições sociais numa cultura. ”

Além disso, existem as expectativas do papel que são as formas, atitudes e relações com que determinada pessoa numa posição deve ter e como os outros devem agir em relação a ela. Há também a transição de papel, no qual, modifica seu comportamento a partir de uma determinada posição que a pessoa adquire.

Está claro que o conceito de papel envolve uma integração dos elementos de atividade e relação em termos de expectativas sociais. Uma vez que essas expectativas são definidas no nível da subcultura ou da cultura como um todo, o papel, que funciona como um elemento do microssistema, na verdade tem suas raízes no macrossistema de ordem mais elevada e em suas estruturas institucionais e ideologias associadas. (Bronfenbrenner, 1996, p.69)

Assim, é notório que os papéis sociais desenvolvidos pelas pessoas são diretamente influenciados pelos padrões estabelecidos pela sociedade. Mediante a isso, emerge a indagação acerca do impacto das ideologias do macrossistema na concepção de cuidado e nas formas de cuidar.

Para Ackerman (1986, p.65) papel social é concebido como “sinônimo das operações do “self social” ou identidade social da pessoa no contexto de uma situação de vida definida”. Além de indicar “a capacidade da personalidade, modificar sua forma em graus variáveis, de acordo com as exigências adaptativas da posição do indivíduo na sociedade”.

Nessa perspectiva, o autor elucida ainda mais a reflexão definindo os papéis sociais desenvolvidos no âmbito familiar.

Os fenômenos do papel familiar constituem a ponte entre os processos internos a personalidade e o padrão grupal da família. Os papéis familiares de marido e esposa, pai e mãe, pais e filhos, filhos e irmãos, são intrinsecamente interdependentes e recíprocos. Cada membro da família deve integrar-se em papéis múltiplos e também nos papéis extrafamiliares. Devemos preocupar – nos aqui com diversas questões: o relativo excesso ou fracasso da adaptação aos papéis familiares exigidos, como cada papel afeta todos outros, como um par da família

influência um outro, e o grau com que a adaptação em um papel reforça ou impede a adaptação em um outro. (Ackerman, 1986, p. 37)

Vale ressaltar que, a construção e exigências dos papéis familiares são atravessadas pela idealização de um modelo familiar definido por Szymanski (2003) de família pensada, que determina a idealização do cuidado que denomino de cuidado pensado, sendo imerso de expectativas e exigências sociais, sobretudo, no âmbito feminino, onde, de acordo com este modelo, é detentora desse espaço e saber de cuidar.

Tendo em vista a diversidade de arranjos familiares na contemporaneidade, onde há queda constante do percentual demográfico da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, os papéis familiares constituem um campo a ser observado e compreendido.

Retornando a questão colocada no primeiro capítulo: De que forma as mudanças demográficas, sociais, culturais, política e econômica, implicaram nas transformações dos papéis e práticas de cuidados no seio das dinâmicas familiares?

Mediante a tais considerações, podemos assinalar que a família é moldada pela sociedade e ao mesmo tempo em que a mesma padroniza os papéis sociais por meio do processo educacional e de socialização de seus membros, num movimento mútuo, a dimensão temporal é fundamental para visualizar as transformações e reificações desses papéis ao longo da história.

Essa indicação leva as seguintes indagações: A mudança de paradigma acerca dos papéis sociais vem ocorrendo no interior das famílias? De que forma esses papéis são perpassados ao longo das gerações?

O rompimento da desigualdade das relações de gênero que ratificam os papéis sociais femininos e masculinos pode ter como base, ainda que invisível, o cuidar nas suas dinâmicas familiares, onde a apreensão e o ensinamento do cuidado possam ser realizados com todos, sobretudo, o homem, a fim de transformar essa lógica machista e excludente, dito de outra forma, da mesma maneira que a mulher ocupou o espaço externo do trabalho produtivo, a partir de sua inserção no mercado de trabalho, o homem precisa adentrar e ocupar o espaço interno (privado) dos afazeres domésticos e o trabalho, ainda invisibilizado, dos

cuidados familiares, objetivando se aproximar de relações mais equitativas de gênero.

Diante do exposto acima, parece que família e cuidado é um espaço em construção composto por uma complexidade de sistemas que interagem numa interconexão contextual.

Desnaturalizar a concepção de famílias e cuidado, a partir do pressuposto que são fenômenos historicamente construídos, é fundamental para dar partida a qualquer estudo relacionado ao universo de famílias e cuidado, em especial, na análise das práticas de cuidado nas dinâmicas familiares.

2.2.1. Cuidado Familiar

Para iniciar uma aproximação da definição de ‘cuidado familiar’ faz se necessário abordar o conceito de família elaborado por Sarti.

A família para os pobres, associa-se aqueles em quem se pode confiar. (...) Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenvolvam dentro da dinâmica das relações (...). (Sarti, 2009, p. 85)

Nessa perspectiva, a definição de família como uma rede de obrigações e de apoio é indispensável para o entendimento de cuidado familiar, pois ultrapassa a consanguinidade e as relações de parentesco, atingindo a noção de bases de apoio que constituirão e fortalecerão os vínculos afetivos.

Desse modo, as relações de cuidados em famílias irão perpassar pelo conjunto de pessoas em que há relação de confiança, podendo ser os vizinhos, os avós, amigos, madrinhas e padrinhos, etc.

Esse aspecto revela uma importante dimensão para o objeto de estudo, onde nas famílias atendidas na Instituição as práticas de cuidados são partilhadas, entre a rede de apoio, formada por irmãos mais velhos, avós, tias, madrinhas, vizinhas,

amigas, etc., marcadas pelos vínculos afetivos, sendo as mulheres predominantes nos referenciais de cuidados.

Vale lembrar, as famílias são constituídas por crenças, valores, significados, símbolos, práticas e saberes construídos, compartilhados e ressignificados nas interações sociais do ambiente político, econômico e sociocultural em que se encontra inserida, sendo influenciada e influenciando esse contexto.

Diante desta constituição, cada família constrói uma cultura específica, definida por Elsen (2002) como cultura familiar.

A família, em seu processo de viver, constrói um mundo de símbolos, significados, valores, saberes e práticas, em parte oriundos de sua família de origem, do seu ambiente sociocultural e, em parte, decorrentes do viver e do conviver da nova família em suas experiências e interações cotidianas intra e extrafamiliares. Este mundo de significados é próprio de cada família, embora contenha elementos do contexto no qual ela está inserida. (Maurin, 1983; Elsen, 1984; Althoff, 2001, apud, Elsen, 2002, p.15)

Ackerman (1986) corrobora com essa reflexão, salientando que o indivíduo ao formar uma nova família, pode haver a perpetuação do padrão familiar de origem, tendo predominância ou não na relação da família, dialogando ou não com o padrão familiar de origem do parceiro, ou também pode defensivamente fugir para um radicalmente diferente. Contudo, cada membro num processo simultâneo influencia e é influenciado no ambiente intra e extrafamiliar.

De qualquer forma ao constituir uma nova família há construção/nascimento de uma cultura familiar específica.

A partir da cultura familiar ocorre a estruturação da dinâmica familiar, que por sua vez, é o movimento, ou seja, a prática dessa cultura no cotidiano familiar.

Nesse sentido, as relações e práticas de cuidados no âmbito familiar advêm do universo de significados de cada família, ou melhor, de sua peculiar cultura familiar que é movimentada a partir de sua dinâmica desenvolvida ao longo de seu processo de vida.

As famílias no seu processo de vida perpassam por fases de desenvolvimento, onde sua dinâmica sofre mudanças específicas, em decorrência de cada estágio singular e/ou simultâneo, sob o contexto do ambiente sociocultural e das características individuais dos seus membros.

Relembrando a abordagem anterior, acerca dos estágios do desenvolvimento familiar, Peres (2001) define o ciclo familiar as seis fases de evolução das famílias.

Nos estágios de desenvolvimento das famílias, o processo de cuidado intrafamiliar ocorre de diversas formas, sobretudo, entre as gerações, podendo ser intergeracionalmente, onde os mais velhos cuidam dos mais novos e em outros momentos ou simultaneamente os mais novos cuidam dos mais velhos, e/ou intrageracionalmente, em que o cuidado acontece entre a mesma geração.

No campo das famílias atendidas na Instituição o aspecto intergeracional e intrageracional de cuidado intrafamiliar acontece de forma separada e/ou simultânea, onde os avós cuidam de seus netos e também há os irmãos mais velhos cuidando dos mais novos, ou, os mesmos juntamente dos avós se cuidando mutuamente, enquanto as responsáveis trabalham. Há casos em que as avós assumem a função de cuidar de maneira integral, onde as mesmas entram num conflito acerca de, ao mesmo tempo em que cuidam se questionam pelo fato de já ter exercido esse papel de “mãe” com seus filhos, não cabendo a elas novamente desenvolver essa função com os netos.

Essa ilustração evidencia a demarcação das funções familiares articuladas aos papéis socialmente demarcados como masculinos e femininos, ou seja, dentro da família existem as funções de “mãe”, “pai”, “avós”, “tios”, “madrinhas”, etc., que por sua vez, estão vinculados ao imaginário do cuidado pensado composto por uma série de idealizações relacionadas ao modelo da família conjugal moderna.

Corroborando com essa reflexão Freitas et al., (2011) destacam a noção definida por Costa (2002) de ‘maternidade transferida’ referindo-se à transferência de tarefas de casa e de cuidado, a outras mulheres, por motivos diversos, mas, sobretudo, devido a necessidade de trabalhar.

(...) dentro das casas sempre podemos encontrar a empregada, ou aquela pessoa que ‘dá uma ajudazinha’, a tia solteirona ou a avó que nos ajuda a partilhar as responsabilidades de criação dos filhos e da manutenção da casa. Outra realidade bastante comum em nossas classes populares é também o modo como as irmãs mais velhas vão lentamente assumindo as atividades ‘típicas das mulheres’ e passam a gerenciar a casa e os cuidados com os irmãos menores – não usufruindo, dessa forma, da infância que teriam direito, ao partilhar essas responsabilidades. Trabalhamos muito com nossos alunos a noção de ‘maternidades partilhadas’.

(Freitas et al., 2011, p.22)

A noção que se adequa e instrumentaliza mais a reflexão é de maternidades partilhadas, pois quando os responsáveis, que na maior parte é exercido pelas mulheres, retornam do trabalho para suas residências, são exercidas as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, sendo assim, não há uma transferência, de modo que, seja exercido somente por uma pessoa, porém existe um compartilhamento que pode ser intergeracional e/ou intrageracional.

Em vista disso, as relações e práticas de cuidado na família também acontecem no âmbito extrafamiliar constituído pela rede de apoio formada pelas pessoas em que a família possui uma relação de confiança, e que desempenham papel importante no cuidado dos membros familiares, sobretudo, da prole.

Para ilustrar o cuidado no âmbito extrafamiliar, Fonseca (2006) utiliza a expressão ‘circulação de crianças’ que se refere à transferência ou partilha de responsabilidades e cuidados das crianças entre os responsáveis e demais adultos.

A circulação envolve, deve-se enfatizar, aspectos econômicos e culturais, sendo uma das estratégias de sobrevivência possíveis às nossas classes trabalhadoras. É dentro dessa experiência que ganham sentido nossas noções de parentesco e de relações familiares – que se nutrem das várias relações sociais travadas ao longo de nossas vidas. Porém, devemos lembrar que essas redes formadas por meio da circulação das crianças entre adultos – parentes ou não – não são completamente harmônicas. Outra característica importante dessa prática é a formação de redes sociais em função da sobrevivência da criança, que, com isso, contribui para o fortalecimento de outras redes existentes. (Freitas et al., 2011, p.23)

Dessa forma, a rede de apoio extrafamiliar tem imprescindível papel nas famílias, que por sua vez, influenciam e são diretamente influenciadas nessa textura.

O emprego das noções de maternidades partilhadas e circulação de crianças elucidam a lógica de compartilhamento das práticas de cuidados presentes entre as famílias, sobretudo, das pobres, encontradas nitidamente nas famílias atendidas na Instituição.

Com vistas no entendimento sobre cuidado, as autoras Araújo e Scalon (2005, p. 22) percebem por cuidado “(...) a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas”. Nessa lógica, mesmo sendo numa perspectiva de saúde, destaco a autora Elsen, (2002, p.15) que conceitua as relações estabelecidas entre famílias e cuidado como ‘cuidado familiar’, sendo

este definido a partir do universo de significados que cada família desenvolve ao longo da sua vida, o que lhe dá um caráter de especificidade ocorrendo segundo as demandas e as características da família.

Sendo assim, o cuidado familiar é um processo que perpassa pela cultura familiar e as suas dinâmicas específicas, que são construídas e apreendidas pela família em sua trajetória, contudo é mutável a partir das vivências e interpretações de seus membros. Para Elsen (2002) o cuidado familiar “é multidimensional, isto é, contempla, entre outras, as dimensões de relações tempo/espço e físico/simbólicas.

Segundo a autora o cuidado familiar concretiza-se

Nas ações e interações presentes na vida de cada grupo familiar e se direciona a cada um dos seus membros, individualmente ou ao grupo como um todo ou em parte, objetivando seu crescimento, desenvolvimento, saúde e bem estar, realização pessoal, inserção e contribuição pessoal. (Elsen, 2002, p.17)

O cuidado familiar acontece num processo contínuo de interações oriundo da convivência dos membros da família, que geram reflexões, interpretações e ações, resultando na elaboração de um universo de significados sobre si, outro e o meio em que vivem.

O cuidado familiar está contido nesse processo. Os membros da família, ao tornarem parte desta ação, definem as suas próprias maneiras de agir, de acordo com a compreensão que têm da situação. Isso inclui as interpretações das ações individuais e de grupo, para que seus significados sejam compartilhados. Desse modo, o processo interpretativo conduz a ação conjunta da família para o cuidado. (Elsen, 2002, p.17)

Essa compreensão é importante para o entendimento do cuidado intra e extrafamiliar, pois a noção de cuidado dependerá da cultura familiar e sua dinâmica específica, constituindo a diversidade de cuidado, contudo, há elementos que são universais e perpassam as famílias.

Para Elsen (2002) há elementos que constituem o cuidado familiar, sendo alguns deles, a presença, inclusão, promoção de vida e bem-estar, promoção e orientação para a vida.

O cuidado como presença pressupõe as ações, interações e interpretações de cuidados que a família estabelece entre seus membros, sendo fundamental para o

crescimento e desenvolvimento integral, sobretudo, nos primeiros anos de vida, como já explicitado no subitem anterior acerca das fases de evolução familiar.

O cuidado familiar apresentado como forma de promoção de vida e bem-estar corresponde ao estímulo e facilitação do processo de desenvolvimento das capacidades individuais dos membros da família, como também do grupo familiar, por meio da provisão de um ambiente físico e simbólico que favoreçam o crescimento mútuo.

A proteção no cuidado familiar configura-se no suprimento de ações que garantam a efetiva segurança física, psicológica, emocional e social dos membros da família e do seu grupo.

O cuidado familiar como inclusão refere-se aos elementos que propiciam os indivíduos a se sentirem fazendo parte do grupo familiar, sendo assegurada por meio jurídico e social. De acordo com Althoff (2001), apud, Elsen (2002, p.19), a convivência é um instrumento de promoção da inclusão na família “podendo ser traduzida pelo respeito à individualidade, aceitação das diferenças, o reconhecimento dos direitos de cada um, estímulo ao diálogo e garantia de um espaço físico, social, emocional que incentive a participação e a troca”.

E a orientação para vida no cuidado familiar constitui na construção de caminhos interpretados pelas famílias como bons ou ruins, que por sua vez, são orientados aos seus membros, para serem utilizados no seu cotidiano e no enfrentamento de situações difíceis.

Assim, parafraseando Elsen (2002, p.20) o cuidado familiar é um fenômeno socialmente construído na trajetória familiar, a partir de sua cultura e dinâmica familiar específica, “que inclui movimento de retorno ao passado e à família de origem, ao interior da família atual e ao seu mundo exterior, além de projetar o futuro em seu cotidiano”, imbuídos de um contexto biopsicossociocultural, no qual interage, influenciando e sendo influenciada.

Finalizando o entendimento acerca do cuidado familiar a autora Elsen (2002, p.19) ilustra essa definição, num movimento cíclico, por meio de uma simples analogia com uma árvore “cujo tronco é formado pela multiplicidade de ações e interações já descritas, cujas raízes representam o universo de significados, valores e crenças apreendidos, compartilhados e transmitidos que compoem a cultura familiar que alimentam o tronco os galhos e frutos”.

Desse modo, a capacidade de cuidar das famílias será facilitada ou dificultada através de um histórico familiar individual atrelado as suas condições de vida e ao contexto econômico, político, social e cultural, no qual se encontram inseridos.

A partir desta reflexão, nota-se o universo complexo de especificidades e universalidades que as famílias e o cuidado estão imbuídos, atrelados e integrados.

2.3.

Cuidados Familiares: idealizações pensadas e realidades vividas

No processo de análise sobre as relações de cuidados em famílias, é interessante investigar se há diferença entre as idealizações e práticas vivenciadas nos cuidados familiares.

Diante da necessidade de lançar luz sobre as múltiplas dimensões das vivências de cuidado nas dinâmicas familiares, parte-se do pressuposto que tanto as famílias, quanto o cuidado são frutos de construções históricas constituídas por um processo relacional e contextual, que apesar de poderem se diferir na prática, mediante, as diversas culturas familiares, se igualam no campo do pensamento (idealizações).

De acordo com Monteiro e Cardoso (2001) a família tende a constituir o primeiro espaço de socialização das pessoas, onde tonar-se o principal responsável por essa tarefa.

Por ter esse privilégio as famílias são principais alvos de idealizações, imbuídas da ideia de um modelo nuclear e burguês fincado nos valores patriarcais, sob a estrutura de relações estáveis em que a mulher é a chefe da casa e o pai é considerado o chefe da família, sendo autoridade e responsável pela relação com o mundo externo.

A partir desse modelo as relações e práticas de cuidado também são profundamente idealizadas e demarcadas como papéis inerentes à essência masculina e feminina, cabendo ao homem o espaço externo, o mundo do trabalho produtivo e remunerado, a autoridade e responsabilidade pela respeitabilidade

familiar; a mulher naturalizada no campo privado, responsável pelo trabalho reprodutivo e não remunerado, emanado de cuidado de todo o grupo familiar e da casa, imbuídos dos valores “boa mãe”, “boa esposa” e “dona de casa ideal”.

Parafraseando Oliveira (2011), as famílias brasileiras nas suas práticas de cuidados são reificadas no campo da idealização pelo modelo nuclear burguês, marcadas pelas desigualdades da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero e geração, onde os papéis socialmente construídos de feminilidade e masculinidade, adulto e criança, ainda possuem resistência a mudanças de padrões, a fim de aproximar do caminho da equidade.

Relembrando Szymanski (2003) que traduz esse fenômeno no conceito de família pensada, onde inclui o vínculo ao cuidado pensado que refere à generalização e idealização do cuidar.

Essas idealizações encontram-se presentes, e até, dominantes no imaginário da sociedade brasileira, onde foram minuciosamente construídos nos diferentes processos históricos, no qual é concebido o pensar sobre si e suas relações sociais. Cabe destacar o entendimento acerca de imaginário:

Entende-se aqui por imaginário o conjunto de concepções sobre o homem, sobre o ser e sobre o conhecimento que orientam a atividade humana no mundo, isto é, a construção da sociedade, das modalidades das relações humanas e do homem com a natureza. É importante sublinhar que conceber o homem e as relações sociais como construídos a partir de uma representação no mundo e da vida (imaginário) é afirmar a radical *historicidade* do homem e de sua vida social. (Plastino, 2009, p.55)

No imaginário as concepções de famílias e cuidados estão vinculadas a espaços de felicidade e estabilidade, com papéis socialmente demarcados e naturalizados, não havendo espaços para conflitos, disputas, etc.

Embora haja a predominância do imaginário que assombram os diversos arranjos familiares, no âmbito da realidade, que Szymanski (2003), define como família vivida, sendo aquela que foi possível constituir, existe a cultura familiar imbuída por suas contradições e paradoxos que é formado pelo humano. Ao conceito de família vivida, faço uma analogia elaborando o termo cuidado vivido, sendo aquele constituído pelo que é possível a realidade da família, sendo singular a cada dinâmica construída que responde aos estágios do ciclo de vida familiar. O

conceito cuidado familiar de Elsen (2002), abordado na seção anterior, elucida e fundamenta teoricamente o termo cuidado vivido.

Assim, no âmbito do vivido, as definições atribuídas às famílias, podem contradizer o que a mesma atribui num discurso de si própria, pois, embora historicamente construída, comporta singularidade e subjetividades, que formam sua história, seu particular mito e simbolismo que expressam uma cultura familiar repleta de significados e explicações da realidade vivida, onde se entrelaçam idealizações, fatos cotidianos e possibilidades de transformações e permanências.

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizados pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente. (...) O componente simbólico apreendido na linguagem, não é apenas parte integrante da vida humana, é seu elemento constitutivo. Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação espetacular. Assim acontece na família. O discurso social a seu respeito se reflete nas diferentes famílias como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, e cada uma delas, por sua vez, devolverá ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. Assim, cada uma constrói seus mitos segundo o que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si mesma que inclui também sua elaboração, objetivando sua experiência subjetiva. (Sarti, 2007, p.27)

Essa reflexão instrumentaliza a análise realizada sob o objeto de estudo, pois o simbolismo constitui a construção de significados acerca de si, de suas famílias e das relações do cuidado, componentes da dimensão da cultura familiar, entender esse universo simbólico contribui para diferenciar o imaginário do real vivido nas relações de cuidados contidas nas dinâmicas familiares.

Entretanto, no âmbito do caminho conceitual, a concepção de família possui longas trilhas contendo bastantes produções e reflexões, contudo, a compreensão acerca do Cuidar, ainda carece de muitos estudos, pesquisas e reflexões, sobretudo, na esfera das relações sociais de cuidados.

Em vista disso, há autores já trabalhados como Waldow, Torralba, Boff que se debruçaram sobre o cuidado, e são importantes chaves de análise para o objeto

de estudo. Existem também outras definições que contribuem para a reflexão realizada.

O cuidado é uma atividade específica que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso mundo, de maneira que possamos viver tão bem quanto for possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nosso ser e nosso ambiente, tudo o que buscamos para tecer uma completa rede de sustentação da vida. (Fisher & Tronto, 1990, citado em, Tronto, 2006, p.5, apud, Montañó, 2010, p.27, tradução nossa).²³

Esta definição inclui as dimensões do autocuidado e do cuidado com o outro, que é fundamental para a compreensão da sobrecarga, sobretudo, feminina, nas relações de cuidado em família. Com base nas reflexões de Boff sobre o cuidado, Duarte (2011) corrobora com o entendimento acerca do cuidado com o outro, onde envolve toda sua dimensão humana, tanto subjetiva, quanto objetiva, no âmbito dos pensamentos, emoções e ações, e defende que a atitude do cuidar pode provocar preocupação e inquietação e sentido de responsabilidade. “Por sua própria natureza, cuidado inclui, pois, duas significações básicas, de solicitude a atenção para com o outro, e, a outra de preocupação e inquietação, porque a pessoa que tem cuidado se sente envolvida e afetivamente ligada ao outro” (p.77)

Navarro e Enríquez (2010) divide o cuidado em três tipos, sendo, cuidado espontâneo que é realizado de forma voluntária pressupondo uma relação constante, cuidado necessário se refere a uma relação de dependência e obrigação, por exemplo, com crianças e pessoas enfermas, e o serviço personalizado é aquele que o cuidado é terceirizado, onde se contrata uma pessoa para exercer essa função.

No entanto, em todos os três tipos de cuidado perpassam questões de gênero, onde a mulher é vista como detentora do saber que envolve a função de cuidar.

Vale ressaltar que Duarte (2011), Montañó (2010), Aguirre (2009) e Lyra et al., (2007) demarcam nas suas reflexões a leitura do cuidado sob o viés da

²³ El cuidado es una actividad específica que incluye todo lo que hacemos para mantener, continuar y reparar nuestro mundo, de manera que podamos vivir en el tan bien como sea posible. Ese mundo incluye nuestros cuerpos, nuestro ser y nuestro ambiente, todo lo que buscamos para entretejer una compleja red del sostenimiento de la vida. (Fisher y Tronto (1990) citado em Tronto (2006, pag. 5). Fuente: Joan Tronto, “Vicious circles of privatized caring”, *Socializing Care: feminist Ethics and Public Issues*, Maurice Hamington y Dorothy Miller (eds.), Lanham, Rowman and Littlefield Publishers, 2006.

categoria de gênero, onde é concebido como uma atividade feminina, não remunerada e desvalorizada.

Lyra et al., (2007) agregam pontuando as dimensionalidades do cuidado.

Certamente, compreender o cuidado implica uma leitura da categoria de gênero incluída num contexto de complexidade, que pode ser vislumbrada em diferentes dimensões: a *dimensão cultural*, quando nos referimos aos símbolos disponíveis nos diversos discursos de um povo, os quais trazem consigo representações carregadas de atribuições dicotômicas, afirmando as características e hierarquizando os valores em certas imagens masculinas e femininas; a *dimensão social* das instituições que regulam, (re)produzem e atualizam os significados desses símbolos, tais como famílias, religiões, seitas, escolas, universidades, instituições jurídicas e políticas, etc.; a *dimensão da identidade* subjetiva, das identidades de gênero atualizadas por homens e mulheres, de como ambos tomam para si os conteúdos das imagens simbólicas do discurso cultural e institucional. (Lyra et al., 2007, p.86)

No campo da dimensão cultural articulo a autora Madeleine Leininger por meio de sua Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural, onde analisa o cuidado pelo viés cultural, e o identifica nas culturas, atrelando o caráter universal, entretanto, constata o seu desenvolvimento de formas diferentes específicos aos contextos regionais, sendo assim, diversificado. Dessa forma, em contextos onde a desigualdade de gênero é latente, as relações de cuidado são profundamente impactadas pela disparidade entre papéis masculinos e femininos, estando longe da equidade, ou até, igualdade de gênero.

Na esfera da dimensão social há articulação com Figueiredo (2009) que denomina as instituições como agente de cuidados, que precisam ter alteridade e presença para estar nessa função.

Em relação à dimensão da identidade ainda vivemos a realidade, em que os processos educacionais dos papéis sociais “naturalizados” por um processo socialmente, culturalmente e historicamente construído são reificados e perpassam a cultura familiar no decorrer das reproduções das relações sociais, contribuindo para o aumento da desigualdade de gênero e a sobrecarga da mulher na provisão de cuidados. Isso não significa que não haja avanços, contudo, a inserção do homem no papel de cuidado ainda é muito pequena.

A construção e internalização de modelos masculinos e femininos, em registro aparece no qual a distribuição de cuidados e responsabilidades, e baseia-se em

valores símbolos que não deixam margem para dúvidas: a dor está simbolicamente integrada ao gênero feminino, desde a maldição bíblica, como inerente ao parto, até as históricas habilidades femininas históricas: a administração do lar e do cuidado dos filhos. Ao homem lhe cabe a transformação da natureza através do trabalho, e prover o sustento material da família. Enquanto isso, através de diferentes mensagens culturais, se incentivam o sacrifício e a abnegação feminina em relação ao cuidado dos membros doentes e dependentes em geral. Assim se limita e inibe o desenvolvimento das mulheres em suas outras capacidades e possibilidades, para que se resignem a atender as necessidades dos outros. (Krmpotic & Ieso, 2010, p.97)²⁴

Nesse sentido, as distribuições das atividades de cuidado em famílias possuem papel central na desigualdade das relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, as mulheres assumem majoritariamente o papel de cuidadoras e quando necessitam recorrem a outras mulheres para desenvolverem a função do cuidar. Ao assumirem unicamente essa função as mulheres possuem abnegações e colocam em jogo sua saúde, qualidade de vida, oportunidades de emprego e carreira profissional, impacto no tempo, autoestima, dependência, além do aspecto econômico familiar.

Retomando uma questão abordada nos capítulos anteriores, porém, crucial para essa reflexão, a separação do espaço público, dito masculino e concebido como produtivo, remunerado e valorizado, em contraste, do espaço privado, naturalizado como feminino, definido como reprodutivo, não remunerado e desvalorizado, demarca a divisão sexual do trabalho.

Montaño (2010) inclui nessa reflexão o pensamento feminista, onde aponta duas vertentes, a primeira retrata o cuidado como atributo das mulheres mediante os anos de dedicação a esta atividade, onde os homens desenvolveram a moral de acordo com essa relação, já a segunda, critica o determinismo biológico, defendendo que essa desigualdade de gênero é fruto de uma cultura

²⁴ La construcción e interiorización de modelos masculinos y femeninos, en los cuales parece inscribirse la distribución de los cuidados y responsabilidades, se nutre de valores y símbolos que no dejan lugar a dudas: el dolor está simbólicamente integrado al género femenino, desde la maldición bíblica, como necesario en el parto, hasta las históricas habilidades femeninas: el gobierno del hogar y el cuidado de los hijos. Al varón le queda reservada la transformación de la naturaleza a través del trabajo, y proporcionar cuidados basados en el sustento material de la familia. Por su parte, a través de distintos mensajes culturales, se alientan el sacrificio y la abnegación femenina en relación con el cuidado de los enfermos y miembros dependientes en general. Así se limita e inhibe el desarrollo de las mujeres en sus otras capacidades y posibilidades, las cuales son resignadas para atender a los demás.

dominantemente masculina que internaliza sua ideologia nos indivíduos. No que tange aos cuidados familiares, a segunda vertente dialoga mais com o entendimento das raízes históricas da desigualdade relações de gênero.

Ao considerar o cuidado restrito ao espaço privado e feminino, as atividades de cuidar ainda não são vislumbradas nas suas implicações de trabalho e custos, que demandam de tempo, dedicação, disponibilidade, presença, atenção e responsabilidades.

O trabalho do cuidado, geralmente, como todas e quaisquer atividades na esfera privada, não tem importância por não portar valor econômico, por ser marcado pela invisibilidade na lógica da produção de valores posta pelo capital nos ditames do mercado e de um Estado que não reconhece esse investimento e os agenciamentos coletivos. No entanto, é nesse cotidiano bem particular, no miúdo mesmo das relações singulares entre os sujeitos, que a economia e a política devem entrar, pois é nesse cenário que se produzem e reproduzem comportamentos socialmente construídos, uma arena de conflitos, disputas, cooptações, refúgio de um mundo sem coração, sem suma, uma oficina das relações sociais. (Duarte, 2011, p.78)

A invisibilidade da atividade de cuidar como trabalho afeta diretamente a sua distribuição no cotidiano familiar, onde essa desvalorização está imbuída pelo fato de ser considerada uma função feminina, e desdobra no latente não reconhecimento, devido não produzir valores econômicos, entretanto, sua ação implica custos econômicos (alimentação, educação, higiene, etc.), custos psicológicos (vínculos afetivos, emocionais e mentais), custo físico (saúde física), custo de tempo (dedicação, disponibilidade), em prol do desenvolvimento físico, emocional, mental, psíquico e social do outro.

Apesar de na prática a ação de cuidar ainda não ser vista como trabalho, Aguirre (2009) aborda as diferentes formas de trabalho, sendo divididas em remunerados/produtivo e não remunerados/reprodução social.

O trabalho remunerado/produtivo de valor econômico e social concerne aquele relacionado ao mundo externo e masculino, embora também seja ocupado pelas mulheres, dentro de um aspecto ainda desigual.

Por outro lado, o trabalho não remunerado/reprodução social que possui desvalorização econômica e social, refere se aquele entorno do mundo interno, privado, e dito feminino, apesar do masculino ter pouquíssima inserção e não ser bem visto, este se divide em quatro tipos denominados por Aguirre (2009) como:

trabalho de subsistência, trabalho doméstico, trabalho de cuidado familiares e trabalho voluntário a serviço da comunidade.

A partir desses tipos de trabalho será detalhado o trabalho doméstico e de cuidados familiares, por dialogarem diretamente com o objeto de estudo.

Assim, o trabalho doméstico diz respeito às típicas atividades de gestão, organização e execução das tarefas de casa como cozinhar, limpar, lavar, passar, fazer compras e pagar contas, entre outras, que por sua vez, demandam tempo, dinheiro, saúde física e mental. Diferente do fazer doméstico, o trabalho de cuidados familiares envolve as ações de cuidar de pessoas, com diferentes níveis de dependência, por exemplo, uma criança, diferencia-se de um idoso, ou um adolescente, etc., porém, implica na proteção e no cotidiano desenvolvimento físico (alimentação, higiene, saúde), emocional (sentimentos e afeto), mental (valores e psíquico), espiritual (com sentido atribuído a vida) e social (socialização) da pessoa cuidada.

Dessa forma, requer da cuidadora um trabalho material, econômico, temporal, psicológico, afetivo e emocional que demandam tempo, dinheiro e serviços. (Aguirre, 2009)

Nessa perspectiva, o trabalho não remunerado envolve múltiplas dimensionalidades, responsabilidades, sendo a base do desenvolvimento dos seres humanos, sobretudo, na sua inserção social, pois sem o trabalho de reprodução social, não há como haver trabalho produtivo, assim, pode se concluir que o trabalho produtivo é desdobramento do trabalho de reprodução social.

Embora haja a invisibilidade, Aguirre (2009) pesquisa a utilização do tempo como ferramenta capaz de informar acerca da integração do trabalho remunerado e não remunerado, com isso, constrói a concepção de “carga global de trabalho” para inter-relacionar o emprego do tempo nas ambas formas de trabalho.

O tempo é considerado um ponto central para a reflexão acerca da organização da vida das pessoas, sobretudo, nas suas dimensões que perpassam sobre sua utilização nos ciclos de vida, destinados ao trabalho remunerado e não remunerado, no tempo ócio e no seu uso para atividades cívicas e políticas.

Em relação ao objeto de estudo o tempo é um elemento fundamental para reflexão dos cuidados familiares, pois o emprego do mesmo varia de acordo com estágio de ciclo de vida familiar, por exemplo, a utilização de tempo das

cuidadoras nas atividades de cuidado com bebê, difere-se, de um adolescente, de uma criança, de um jovem, ou idoso, além do fator enfermidade, também ser crucial nas formas e tipos de cuidados desenvolvidos. Além do uso do tempo também se manifestar de diferentes formas entre homens e mulheres, devido ao contexto sociocultural.

A desigualdade da distribuição dos afazeres domésticos e dos cuidados familiares, e do trabalho produtivo, entre homens e mulheres, é reflexo dos valores patriarcais que submetem as mulheres à lógica masculina, reificada por um processo educacional e cultural.

Todavia, o aumento das mulheres no trabalho produtivo, o reconhecimento e aumento dos diversos arranjos familiares, a queda de natalidade e a redução dos núcleos familiares, põe em questão a democratização da vida laborativa e familiar, exigindo do homem o aumento da participação no trabalho de reprodução social, com a distribuição de tarefas domésticas e de cuidados familiares.

Reformulam o debate sobre a conciliação da vida profissional e familiar; procurando democratizar as responsabilidades familiares e promovendo a participação dos homens nas atividades de cuidado, questionam os sistemas de seguridade social/ que, em geral, não reconhecem a contribuição das mulheres no âmbito reprodutivo e, portanto, não compensam o tempo do "não" trabalho que elas dedicam aos cuidados de crianças, doentes, idosos e outros membros do lar. O cuidado ou tempo de cuidado das mulheres compete com o tempo do lazer, da participação política, da atividade remunerada e demanda, portanto, uma compreensão da variedade de vínculos com as políticas de emprego, de proteção e de mudança cultural. Em última instância, este debate remete à necessidade de modificar o velho contrato patriarcal baseado no homem provedor de sustento material e na mulher como cuidadora e moralmente obrigada a cuidar dos demais. (Montaño, 2010, p.28)²⁵

Essa situação coloca em evidência a distribuição da responsabilidade de cuidar necessita ir para além do nível micro composto pelos membros do núcleo

²⁵ Replantan el debate sobre la conciliación entre la vida laboral y familiar; procurando democratizar las responsabilidades familiares y promoviendo la participación de los varones en las actividades de cuidado, cuestionan los sistemas de seguridad social —que, en general, no reconocen la contribución de las mujeres desde el ámbito reproductivo y, por tanto, no compensan el tiempo del “no” trabajo que ellas dedican a cuidar niños, enfermos, ancianos y otros miembros del hogar. El cuidado o el tiempo de cuidado de las mujeres compete con el tiempo del ocio, de la participación política, de la actividad remunerada y demanda, por tanto, una comprensión de la variedad de vínculos con las políticas laborales, de protección y de cambio cultural. En última instancia, este debate remite a la necesidad de modificar el viejo contrato patriarcal basado en el hombre proveedor de ingresos monetarios y la mujer como cuidadora y moralmente obligada a cuidar de los demás.

familiar, sendo visto a nível macro, compartilhado com o Estado, mercado e a sociedade civil, assim, vislumbrado como uma expressão da questão social e um direito próprio e universal.

Ao se considerar os níveis micro e macro de cuidados, é importante retomar a reflexão iniciada no primeiro capítulo acerca da redescoberta da família como espaço de cuidado.

Em contrapartida, há uma mudança de paradigma, quando o cuidado é visto sob a ótica de direito, onde essa perspectiva garante o direito ao cuidado, dentro e fora do seu núcleo familiar, ou seja, direito de cuidar, cuidar-se e de ser cuidado, e condensa um grupo de direitos que inclui os direitos sociais, seguridade social, entre outros.

Para tanto, a efetivação desse direito demanda disponibilidade de tempo e dinheiro para cuidar, além de serviços de cuidado. De acordo com Krmpotic e Ieso (2010) os cuidados familiares podem ser considerados um problema público que afeta mais as mulheres do que os homens, porém, implica serem colocados nas agendas das políticas públicas.

No contexto de Pluralismo Liberal, marcado por um Estado com ações Familista, onde as famílias são invocadas e evocadas como principais e quase que únicas responsáveis pelo cuidado, sendo consideradas também como objeto de cuidado, onde as políticas públicas só intervirem mediante constatação da falência das famílias, torna-se complicado a ampliação e efetivação do cuidado na perspectiva de direito.

Nesse cenário há uma retração das ações do Estado e uma ampliação da atuação do mercado, por meio da oferta do trabalho produtivo, e da sociedade civil com as ações sociais, no suporte às famílias, contudo, num campo de precarização das relações de trabalho e das ações sociais, as famílias, principalmente, as mulheres, ficam praticamente sozinhas nas provisões de cuidados e sobrecarregadas, aprofundando ainda mais as desigualdades de gênero e geracional na esfera micro dos cuidados.

Isso posto, depreende-se conceber a nível macro dos cuidados, que a concepção do cuidado como direito envolve um processo de “desfamiliarização” e “desmercantilização”, onde o Estado garanta esse direito a partir da oferta de serviços de qualidade de educação, saúde, seguridade social, habitação, cultura,

entre outros. Que integrantes ao trabalho de reprodução social via família, possam subsidiar o campo dos cuidados familiares, se aproximando de uma equidade de gênero e geracional.

As políticas públicas têm convertido a responsabilidade das mulheres em obrigação exclusiva e excludente. Por isso é fundamental a) fortalecer o acesso ao emprego com igualdade de oportunidades; b) desfamiliarizar a política social e mudar o foco sobre as mulheres como beneficiárias para reorientá-la a quem necessita de cuidados, desde uma perspectiva de direitos. O cuidado de terceiros não é assistência às mulheres, é um direito de cidadania; c) realizar mudanças nas políticas de direitos reprodutivos, incluindo os homens como sujeitos; d) realizar mudanças nos serviços públicos (educação, transporte, saúde), de maneira que o trabalho de cuidados sejam compatíveis com horários de trabalhos de pais e mães; e) realizar mudanças na carga de cuidados familiares dos filhos, mediante políticas explícitas de conciliação e responsabilidade compartilhadas com as licenças parentais. (Montaño, 2010, p.32)

Nesse contexto Enríquez (2010) elucida a reflexão a partir da construção do conceito de “economía del cuidado” que concerne num “conjunto de atividades, bens, serviços necessários para a reprodução social e diária de mulheres e homens, produzindo avanço especialmente ligando o desenvolvimento econômico a relações sociais de gênero”. (p.72)

Em vista disso, a “economia del cuidado”, ou seja, a economia de cuidados refere-se à distribuição de cuidados entre quatro agentes, sendo eles, Estado, mercado, sociedade civil e as famílias, ofertados em formas de serviços e gerenciado a nível micro pelos arranjos familiares. Os serviços de cuidado são relativos às necessidades básicas e relevantes para o desenvolvimento das pessoas em sociedade.

Essa concepção de economia do cuidado agrega valor econômico e social ao cuidar, que por sua vez, passa a ser visto como trabalho de grande valor produtivo e com reconhecimento.

A partir desse olhar o cuidado torna-se elemento essencial do funcionamento do sistema econômico e social, sem renegar sua constituição multidimensional de sustento da vida, contendo aspectos econômicos, sociais, psicológicos, culturais e políticos. (Navarro & Enríquez, 2010)

O cuidado constitui na base invisível da sociedade, tanto a nível micro das relações entre os integrantes dos arranjos familiares, quanto a nível macro de proteção social nas relações e sua forma de distribuição entre os agentes de

cuidado, que necessita ser visibilizado a partir da produção de conhecimento sobre o tema que demanda uma exploração de estudo e investigação.

Mediante tais considerações, pode se vislumbrar que o cuidado possui múltiplas dimensões e está imerso numa complexidade multifacetada, permeando a construção das relações de cuidado em famílias e são envolvidas por um universo de significados e práticas diversas.

Dessa forma é fundamental compreender o olhar das famílias sobre seus significados à família e práticas de cuidados. Tais aspectos serão objeto da discussão do próximo capítulo.

3

Significados atribuídos às práticas de cuidado nas dinâmicas das Famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto

Nesta seção será apresentado o caminho metodológico escolhido para a construção e desenvolvimento da pesquisa, que por sua vez, possui o objetivo de, analisar significados atribuídos à família e cuidados cotidianos por famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto.

3.1. Metodologia

A metodologia utilizada tem como abordagem qualitativa que permite identificar as histórias sociais, suas relações e interpretações de uma realidade sob visão dos sujeitos pesquisados, sendo primordial para a proposta da pesquisa.

Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. (Minayo, 2006, p.57)

No âmbito da pesquisa esse método contribuiu para desvelar um campo, ainda pouco estudado, sobretudo no Serviço Social que são as práticas de cuidado nas dinâmicas familiares.

A técnica empregada para seleção dos sujeitos da pesquisa foi a saturação teórica que é utilizada em pesquisas qualitativas. De acordo com Fontanella et al., (2008, p.25) a saturação “é uma ferramenta conceitual de inequívoca

aplicabilidade prática, podendo, a partir de sucessivas análises paralelas à coleta de dados, nortear sua finalização”

Dessa forma, Fontanella et al., (2008, p.18) utilizam a definição de Glaser & Strauss (1967) para descrever o conceito de saturação teórica, como sendo a “constatação do momento de interromper a captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa sociológica”

O conceito encontra respaldo científico no pressuposto da constituição social do sujeito que, na Teoria das Representações Sociais, reflete-se no conceito de determinação social das representações individuais e, na Análise do discurso, no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala. (Fontanella et al, 2008, p.25)

Nessa perspectiva, o encerramento da seleção dos sujeitos da pesquisa por saturação teórica ocorreu quando as informações obtidas no processo de coleta de dados começam a se repetir, apontando para a interrupção da inclusão de novos sujeitos.

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados. (Fontanella et al., 2008, p.17)

Devido à utilização da amostra por saturação teórica, não houve a delimitação do quantitativo de sujeitos que participaram da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados adotado pela pesquisa constituiu na entrevista semiestruturada.

O roteiro da entrevista semiestruturada (apêndice B) foi aplicado junto às famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano da Instituição, com a finalidade de identificar os significados atribuídos às práticas de cuidado em famílias nas suas dinâmicas familiares.

3.1.1.

Escolha do campo e identificação das famílias

O universo da pesquisa foi composto pelas famílias atendidas no núcleo de Desenvolvimento Humano da instituição Centro Cultural A História Que Eu Conto (CCHC). Que é uma Organização da Sociedade Civil, localizada na divisa de Vila Aliança – sub-bairro de Bangu - e Senador Camará, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.

O campo da pesquisa era composto por um universo de 50 famílias atendidas na Instituição, onde os critérios de seleção foram as configurações dos arranjos familiares. Ressaltando que técnica utilizada para quantificação dos sujeitos ter sido a saturação teórica, não houve delimitação do quantitativo de entrevistas, todavia, a pesquisa foi realizada com 5 famílias. Dessas famílias os potenciais sujeitos da pesquisa foram as/os cuidadoras/res considerados principais, ou seja, as referências de cuidado do grupo familiar.

Vale ressaltar que a escolha do tema e do campo de pesquisa emergiu da vivência ao longo de cinco anos (2011 – 2016) como profissional de Serviço Social no trabalho com famílias e da experiência de coordenação do núcleo de Desenvolvimento Humano do CCHC.

Uma vez definido o objeto, o campo e os sujeitos da pesquisa, foi realizado um encontro com o presidente da Instituição, no qual, reforcei o interesse e objetivo como pesquisadora. Após a aprovação do projeto de qualificação foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC - Rio, com parecer favorável (Anexo) por estar em consonância com os critérios éticos pertinentes a realização da pesquisa.

Esses fatores foram determinantes para a inserção diferenciada no campo de pesquisa, no qual, foi desenvolvida a função de pesquisadora.

Em relação às estratégias de entrada em campo, Minayo (2006) salienta que esse processo requer cuidado e preparação, pois consiste na aproximação do pesquisador com as pessoas e interlocutores do campo, e possibilitam constituir uma rede de relações, para isso, é necessário estabelecer uma relação de respeito e confiança, deixando claro todo o procedimento desenvolvido na pesquisa, inclusive, seus riscos e desdobramentos do processo de investigação.

É evidente pelo fato da Instituição, a ser pesquisada, constituir-se no espaço de minha atuação como Assistente Social, a aproximação do campo torna-se facilitada.

Contudo, nesse processo foi realizada uma restrição dos afazeres profissionais, sobretudo, no que concerne o atendimento às famílias, no intuito de haver um pouco de distanciamento da realidade social, no qual, estava muito imersa, para de fato poder exercer o papel de pesquisadora.

A estratégia de entrada e exploração do campo, desenvolvendo a função de pesquisadora ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro constituído pelo agendamento de uma reunião com a diretoria da Instituição, com a finalidade de apresentar a proposta de estudo e obter a autorização para a realização da pesquisa.

No segundo momento, um encontro com a equipe do núcleo de Desenvolvimento Humano, para me apresentar como pesquisadora e expor a proposta de estudo, a fim de conseguir a aprovação para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1.2. Realização da pesquisa

O processo de desenvolvimento da pesquisa foi permeado por fatores desafiadores como as intensas e recorrentes intervenções policiais que impediram por diversas vezes a realização das entrevistas.

Um fator emocionante foi a abertura, disponibilidade e atenção das famílias ao aceitarem o convite para a entrevista. Uma entrevistada participou no dia de seu aniversário, por exemplo. A média de tempo de duração da entrevista teve uma variação de vinte minutos a uma hora.

A cada entrevista foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), onde foram esclarecidos os objetivos do estudo e os procedimentos da entrevista como sigilo e preservação do anonimato, além da

utilização dos dados apenas na pesquisa, enfatizando o caráter voluntário da participação e dando a liberdade de interrupção a qualquer momento que desejar. Em seguida houve a solicitação das suas assinaturas, bem como a permissão para gravar. Foram realizadas cinco entrevistas gravadas no aplicativo do celular e tiveram duração total de cento e quarenta e dois minutos, sendo posteriormente efetivadas as transcrições das mesmas.

No que tange aos possíveis riscos que toda pesquisa possui e suas múltiplas dimensões (física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual), conforme previsto na Resolução 466/12, esta pesquisa apresentou uma dimensão de risco mínimo, ainda que tenha havido momentos de choro e emoções devido as lembranças relatadas pelas entrevistadas. Neste momento, a pesquisadora pausou a entrevista e só deu prosseguimento a partir da autorização da entrevistada, entretanto, não houve a necessidade de fazer encaminhamento para os serviços de psicologia existentes na rede pública de saúde.

3.1.3. Análise dos dados

Após as fases do trabalho de campo e transcrições das entrevistas, foi iniciado o processo de análise de dados do material empírico produzido.

No que tange à interpretação e reflexão dos dados coletados a pesquisa utilizou a técnica análise de conteúdo, em sua modalidade temática, a qual, Campos (2004, p.611) “compreende como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”.

De acordo com Minayo (2006) a análise temática é constituída pela identificação de núcleos de sentidos, cuja presença ou frequência apontem alguma significação para o objeto analítico.

Tradicionalmente, a análise temática era feita pela contagem de frequência das unidades de significação, definindo o caráter do discurso. Para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso. (Minayo, 2006, p.316)

Nessa lógica a utilização da análise de conteúdo, em sua modalidade temática foi composta por três categorias analíticas²⁶, sendo elas: famílias, cuidado e cuidado familiar.

O processo de análise de dados dividiu-se em três etapas, conforme Minayo (2006) denomina de Pré-Análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação.

Assim, a primeira etapa foi constituída por uma pré-análise, a partir de uma leitura inicial de todo o material coletado nas transcrições das entrevistas a fim de ter uma visão generalizada.

Na segunda etapa houve a exploração do material, onde foram construídas tabelas contendo as respostas de cada pergunta feita às famílias, a fim de identificar as ideias centrais que compõe a fala dos sujeitos da pesquisa. Em seguida teve a identificação de núcleos de sentido, advindos da classificação dos conteúdos que se repetiam com frequência no relato das famílias entrevistadas.

Na terceira etapa ocorreu a interpretação dos resultados obtidos nas entrevistas e a reflexão dos núcleos de sentidos articulados as categorias analíticas explorados nos capítulos I e II, assinalando as dimensões teóricas e interpretativas do material coletado.

Dessa forma as análises serão apresentadas nas próximas seções que compõe o capítulo III, nessa fase serão expostos segmentos dos relatos das famílias, a fim de ilustrar e corroborar com a reflexão.

Numa tentativa de facilitar a compreensão do relato das famílias entrevistadas, serão utilizados os seguintes recursos.

O uso de “negrito” para assinalar segmentos merecedores de destaque, posto pela pesquisadora em partes das respostas das entrevistas. O recurso de “caixa alta” foi utilizado para sinalizar a ênfase da fala (como aumento de entonação da voz). Além disso, os trechos considerados insuficientes para ilustrar as análises realizadas foram excluídos, sendo demonstrados pela inserção de reticências entre parênteses.

²⁶ Para Minayo (2006, p.178) “as categorias analíticas retêm historicamente, as relações sociais fundamentais, servindo como guias teóricos e balizas para o conhecimento de um objeto nos seus aspectos gerais. Elas comportam vários graus de generalização e aproximação”.

Vale ressaltar que para identificar os relatos das famílias entrevistadas foi utilizado o seguinte código alfabético: Família A, Família B, Família C, Família D, Família E.

3.2. Caracterização do campo da pesquisa

Conforme já mencionado a escolha do CCHC, como campo de realização da pesquisa, ocorre pelo fato de uma significativa parte da minha experiência profissional ter se consolidado na referida Instituição e subsidiaram as problematizações que delimitaram a temática estudada.

Além disso, o CCHC fica localizado na divisa de Vila Aliança – sub bairro de Bangu - e Senador Camará, sendo este último, o bairro de meu nascimento e criação, por conta disso, torna-se muito especial e relevante, poder trabalhar e contribuir com a minha militância na luta pela garantia do acesso aos direitos, sobretudo, à cultura desse território.

Nesse sentido, a definição do campo de pesquisa, constitui num movimento em prol de evidenciar a partir da produção acadêmica um território invisível.

O bairro de Senador Camará é formado por um conjunto de favelas (Rebu, Cavalo de Aço, Coréia, Sapo, etc.) e Vila Aliança (sub-bairro de Bangu), situado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, a região é conhecida pelo alto nível de violência, marcado por constantes intervenções policiais, sendo vista pela população como "faixa de gaza".

De acordo com o portalgeo²⁷ da Prefeitura do RJ o bairro de Senador Camará ocupa o 105º lugar na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,768, tendo uma população de aproximadamente 150 mil habitantes.

A Vila Aliança apesar de não ser considerada um bairro, porém, um sub bairro de Bangu, possui uma importante trajetória histórica.

²⁷ portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas . acesso em janeiro de 2016.

A Vila Aliança foi o Conjunto Habitacional da América Latina, proveniente da política remocionista do Governo de Carlos Lacerda, em 1960. Nesse período o processo de desfavelização das áreas valorizadas pela especulação imobiliária conduziu os Favelados aos conjuntos construídos no subúrbio e Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, a falta de políticas públicas voltadas a esta população segregada causou transtornos irreversíveis à cidade em consequência da favelização do entorno, onde proliferaram sucessivas ocupações nas áreas adjacentes aos conjuntos habitacionais.

A CPIB vendeu a área onde se localiza Vila Aliança a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), para a construção do Conjunto Habitacional, o recurso para a compra e construção proveio da parceria com o governo dos Estados Unidos, através da “Aliança para o Progresso” que visava evitar o avanço do comunismo na América Latina. Com esta parceria ainda foram construídos os conjuntos de Vila Kennedy, Cidade de Deus e Vila Esperança. Curiosamente, os nomes de Vila Aliança e Vila Progresso (hoje Vila Kennedy) fariam alusão à parceria, entretanto, com o falecimento do presidente americano John Kennedy, foi realizada a homenagem póstuma pondo o seu nome neste conjunto habitacional. (Silva²⁸, 2010, p.1)

Para facilitar o entendimento do campo, faz-se necessário realizar um sucinto resgate histórico da Instituição.

O CCHC é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 23 de junho de 2008, por meio da ocupação numa antiga escola municipal de madeira do RJ que foi abandonada pelos profissionais devido ao alto índice de periculosidade do local e as constantes trocas de tiros entre policiais e o tráfico.

A Instituição é concebida a partir da história de vida de um egresso do sistema penal e emergiu a partir do “Encontro de Sonhos” de três moradores da Comunidade de Vila Aliança, conhecidos como os “três loucos” que idealizaram uma Instituição que surgisse como referência de dentro da Comunidade para promover o acesso à Cultura, contribuindo para o desenvolvimento humano, local e social, do Complexo de Senador Camará e Vila Aliança. Em 2010 o CCHC conseguiu junto a Prefeitura do RJ a cessão de uso do espaço pelo período de 10 anos.

Em 2011 foi implantado na Instituição o núcleo de Desenvolvimento Humano (DH) que é um espaço reservado para abordagens, atendimentos, capacitações, encontros, oficinas socioafetivos e socioeducativas²⁹ com a equipe, adolescentes e famílias.

²⁸ Documento institucional elaborado pelo presidente da Instituição Jeferson Alves da Silva, mediante projeto financiado pela União Europeia.

²⁹ De acordo com a Política Nacional de Assistência, conforme descrito na seção de introdução do referido trabalho.

Áreas de atuação do D.H. são: **Implantar** espaço de referência de construção de saberes, diálogo e mediação através de oficinas socioafetivas e socioeducativas acerca dos conteúdos de direitos, valores humanos, e cultura de paz, estimulando o protagonismo e reconhecendo a liberdade dos adolescentes.

Desenvolver ações de integração com os educadores, por meio de capacitações, estudos de casos, atendimentos e encontros vivenciais, a fim de estreitar a relação de confiança e facilitar sua participação no acompanhamento com os adolescentes.

Mobilizar o grupo familiar na sua inserção e participação reflexiva no processo de acompanhamento e desenvolvimento dos adolescentes, a fim de fortalecer seus laços afetivos, através de encontros vivenciais e atendimentos individualizados.

Articular a rede pública e privada para realização de parcerias, encaminhamentos conforme a necessidade, por meio da participação nos conselhos de direitos, mapeamento da rede do sistema de garantia de direitos e construção do catálogo de recursos comunitários. (Site³⁰ CCHC, grifo nosso).

A partir da implementação do núcleo de Desenvolvimento Humano, a Instituição centra suas ações no acompanhamento humanizado aos moradores de Vila Aliança e Senador Camará, colocando em prática a metodologia de atendimento às crianças, adolescentes e famílias, criada por Samuel Muniz³¹ ao longo de sua história no trabalho social.

O DH tem como base a metodologia Ética Biofílica do Cuidado³², e instrumentalizada pela metodologia participativa³³, além das experiências de atendimento que os educadores compartilham com o núcleo.

Vale ressaltar que as atividades socioeducativas desenvolvidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do CCHC, tem por referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no âmbito da segurança de convivência, fazendo parte do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

No núcleo do DH foi realizado um aprofundamento teórico dos documentos normativos que detalham a PNAS (2004) e o Sistema Único de Assistência Social/SUAS (2004), onde podemos verificar que:

A discussão sobre as provisões de sobrevivência e acolhida foram mais facilmente compreendidas pelos profissionais, gestores, usuários e especialistas. Contudo, a segurança de convivência tem tido maior dificuldade de entendimento e

³⁰ Dados retirados do site: www.ahistoriaqueeuconto.com.br

³¹ Educador social e Idealizador do CCHC.

³² Explicitado na seção 2.1.

³³ Segundo Sérgio Cordioli (2010) metodologia participativa é um conjunto de ferramentas, instrumentos, técnicas e ações que permitem o desenvolvimento de um processo participativo numa interação interdisciplinar e multissetorial, facilitando o surgimento de soluções criativas advindas da realidade.

apropriação por se tratar de um conteúdo novo no escopo da proteção social de assistência social. As formulações existentes nos documentos normativos e de orientação técnica ainda não foram totalmente compreendidas e incorporadas nas intervenções dos agentes do SUAS e exigem inclusive maior diálogo para explicitação coletiva sobre a direção que se quer assegurar. Em outras palavras, o que antes parecia consenso, hoje são questões cujo o entendimento não foi plenamente compartilhado. Cabe ressaltar que a segurança de convívio é direito reconhecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, e mais recentemente na Lei 12.435/2011, que atualizou a redação da LOAS, Lei 8.742/1993, à luz das regulamentações do SUAS. (MDS, 2014, p.13, grifo nosso)

Esse caráter da segurança de convivência, no âmbito do fortalecimento de vínculos, é inovador e desafiador na Proteção Social Básica no campo da assistência, estando intrinsecamente atrelado às questões de famílias e cuidado. Nesse sentido, cabe a seguinte indagação: Como atuar no âmbito do fortalecimento de vínculos, sem a apreensão acerca dos significados atribuídos as práticas de cuidado em famílias?

A compreensão sobre as categorias famílias, cuidado e cuidado familiar pode subsidiar a construção de estratégias que viabilizem o fortalecimento do eixo segurança de convivência no campo de fortalecimento de vínculos.

3.3. Construção do roteiro de pesquisa

A construção do roteiro de pesquisa constituiu num processo importante para o trabalho de campo, sobretudo, na realização das entrevistas. Cabe ressaltar que o roteiro foi estruturalmente organizado no momento da qualificação, onde a contribuição dos pesquisadores presentes foi de suma importância para a preparação do mesmo.

Segundo Minayo (2006) o roteiro deve ser um guia e não um obstáculo, pois sua função é nortear e facilitar a aproximação com o objeto, num processo de mediação a realidade empírica dos marcos teórico e metodológico.

Por roteiro se entende uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação. Essa lista deve ter, como substrato, um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visar, na sua

forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados. (Minayo, 2006, p.189)

Nessa lógica, para a realização da entrevista foi utilizado um roteiro semiestruturado, contendo vinte e seis itens de análise, subdivididos em 4 partes, sendo composto por: Composição Familiar, Famílias, Cuidado e Cuidado Familiar.

Na primeira parte correspondente a composição familiar foi elaborada uma tabela contendo nome, idade, sexo, parentesco, escolaridade, situação ocupacional, renda financeira e responsável pela renda familiar dos integrantes do espaço, a fim de facilitar a caracterização e o conhecimento dos arranjos familiares pesquisados.

O preenchimento da composição familiar possibilitou haver a identificação de algo que foi considerado um elemento surpreendente, no campo, no qual, suscitou algumas análises que serão expostas nas próximas seções.

A segunda parte consiste na esfera das Famílias, onde foram abordados os seguintes pontos: Como era a sua família? Como é a sua família hoje? Como você gostaria que fosse sua família? Que família você tem? Quem você considera sua família?

Esses pontos foram estruturados com o objetivo de identificar a trajetória histórica da família de origem da entrevistada e a realidade vivida atualmente pela mesma, além de adentrar no âmbito dos desejos atrelando em seguida à realidade e perpassando pelo imaginário. No processo de análise foram percebidos vários núcleos de sentidos acerca dos significados, desejos, trajetórias e realidades das famílias pesquisadas.

A terceira parte concerne no Cuidado, construído a partir dos seguintes tópicos: O que é cuidar? Como você gostaria de ter sido cuidada (o)? Como você foi cuidada (o)?

Este campo tem como finalidade apreender o universo simbólico de significados acerca da concepção de cuidado, além de identificar os desejos e a realidade em que possui a entrevistada. Foram selecionados alguns núcleos de sentidos envolvendo as concepções, desejos e realidades de cuidado.

A quarta parte constitui no Cuidado Familiar, sendo estruturados diversos itens como: O que é cuidar da família? Quais são as formas de cuidar da família?

Como cuida hoje? Como se sente cuidando do jeito que cuida? Como você gostaria de cuidar? Você mudaria algo na forma de cuidar? O que mais gosta e menos gosta na sua forma de cuidar? Sente falta de algo na sua forma de cuidar?

O objetivo dessa parte é conseguir adentrar nas práticas de cuidado em famílias, a fim de perceber a dinâmica familiar, cultura familiar, o universo simbólico, além de constatar se há de fato um cuidado que é pensado que se difere do cuidado vivido pelas famílias entrevistadas. Essa parte subsidiou a assimilação de diversos núcleos de sentidos que foram classificados e selecionados, sendo apresentada nas próximas seções.

A utilização do roteiro foi essencial no desenvolvimento das entrevistas, pois as respostas que pareciam ser superficiais, na pergunta seguinte eram detalhadas com um nível de profundidade, que por sua vez, elucidou bastante o processo de análise dos dados.

3.4. Conhecendo as famílias pesquisadas

Com o intento de conhecer as famílias pesquisadas nesta seção serão apresentadas as famílias entrevistadas descrevendo de forma sucinta suas composições familiares, o tempo de relacionamento com seus respectivos cônjuges/companheiros/parceiros, escolaridade dos membros do grupo familiar, parentesco, situação ocupacional, renda financeira, responsável pela renda familiar, e alguns elementos da sua vida cotidiana, a fim de subsidiar uma mínima compreensão de seus arranjos familiares que serão descritos e analisados nas próximas seções.

Na família A, a entrevistada tem 52 anos, está cursando o 4º período de graduação em enfermagem, não trabalha e vive com seu companheiro há 18 anos, possui gêmeas com 14 anos, cursando o 9º ano do ensino fundamental. Reside com seu companheiro, suas filhas e a enteada de 37 anos com ensino fundamental incompleto, com a qual, não possui uma boa relação. Seu companheiro tem 68 anos, ensino fundamental incompleto, aposentado e responsável pela renda

familiar, que a mesma desconhece o valor recebido pelo companheiro. Ela é beneficiária do Programa Bolsa família.

A família B, foi entrevistado o casal³⁴, composto pela mulher de 42 anos e o companheiro de 56 anos, casados há sete anos. O nível de escolaridade do casal corresponde ao ensino fundamental incompleto. Seu companheiro encontra-se desempregado, fazendo biscates na função de manutenção. Ela manteve um relacionamento anterior com quem permaneceu por dez anos e desta união teve dois filhos, hoje com idades de 13 e 15 anos, que residem com a mesma e o seu atual companheiro. Sendo responsável pela renda familiar, trabalha como balconista de padaria no horário de 5h30min da manhã às 14h, além de ser beneficiária do Programa Bolsa Família.

Na família C, a entrevistada tem 35 anos, ensino médio incompleto, casada há 14 anos com seu marido de 37 anos, que está desempregado, fazendo biscates na função de pedreiro. Seu marido possui nível de escolaridade o ensino fundamental incompleto. Possuem três filhos, sendo um menino de nove anos e duas meninas de 12 e 13 anos. Na sua casa residem ela, o marido, seus três filhos, a enteada de 18 anos e o sobrinho de 17 anos. Atualmente, trabalha como balconista de padaria no horário de 5h30min às 14h, ganhando um salário mínimo e sendo a responsável pela renda familiar, tendo a colaboração de sua enteada e seu sobrinho que trabalham. Ela é beneficiária do Programa Bolsa Família.

Na família D, a entrevistada tem 39 anos, casada há 15 anos com seu companheiro de 67 anos. O nível de escolaridade do casal corresponde ao ensino fundamental incompleto. Seu companheiro é aposentado recebendo um salário mínimo, sendo o responsável pela renda familiar. Ela teve dois relacionamentos anteriores e destas breves uniões nasceram dois filhos, uma menina de 14 anos e um menino de 18 anos que foram criados pelo seu companheiro atual, que o reconhecem como pai. Na casa residem o marido, a filha e ela. O filho no momento está morando com a avó materna, próximo de sua residência. Ela atualmente não trabalha devido à doença do marido, dedicando-se integralmente a cuidar dele.

³⁴ Na análise realizada da família B a diferença dos relatos é demarcada somente pela idade, sendo descritas da seguinte forma: Família B, 42 anos e Família B, 56 anos.

Na família E, a entrevistada tem 52 anos, com escolaridade correspondente ao ensino médio completo. Reside com seu filho de 35 anos com ensino médio completo, e sua neta de 13 anos que está cursando o 8º ano do ensino fundamental. Atualmente trabalha como vendedora informal, e o filho exerce a função de vigilante, sendo o responsável pela renda familiar. A neta está sob os cuidados da avó desde os nove meses, onde a mesma se refere à avó como mãe. Embora a menina resida e esteja sob os cuidados da avó paterna, sua mãe é quem recebe o benefício do Programa Bolsa Família e não repassa para a avó.

3.4.1.

Famílias: trajetórias, significados, desejos e suas realidades

Trajetórias:

Em relação às trajetórias das famílias entrevistadas, faz necessário descrever resumidamente sua história, a fim de subsidiar a compreensão acerca de seus significados e desejos.

História da Família de origem da entrevistada A.

Ela não teve família, foi abandonada pela mãe aos três anos de idade, e o pai faleceu quando tinha seis anos, contudo, não teve convívio com o mesmo. Foi criada pela tia materna e avó, que não a considerava como parte da família. Trabalha desde os oito anos de idade em casa de família, aos 14 anos iniciou o trabalho como doméstica na casa de um juiz que a “tratou como se fosse filha”, a partir daí, passou a estudar em colégio particular, terminou o ensino médio e se formou técnica em contabilidade.

História da Família de origem da entrevistada B.

Ela teve família, nasceu e foi criada em Arapiraca – Alagoas no meio rural. Começou a trabalhar cedo em casa de família para ajudar os pais, veio para o Rio de Janeiro junto com a mãe para visitar uma tia e devido não ter suportado a viagem, a mãe retornou para Alagoas e a mesma ficou no RJ.

História da Família de origem da entrevistada C.

A família (avó, mãe, pai e ela) migrou do Norte para o Rio de Janeiro, ao chegar à cidade, o pai abandonou a mãe e a filha recém-nascida. Mediante isso, a mãe teve de trabalhar em casa de família em período integral, retornando para casa somente nos finais de semana, deixando a filha sob os cuidados da avó materna.

História da Família de origem da entrevistada D.

A família era composta pela mãe e seis irmãos, o pai faleceu muito cedo, fazendo com que a mãe fosse trabalhar em casa de família, deixando a filha sob os cuidados dos irmãos e afazeres domésticos da casa.

História da Família de origem da entrevistada E.

A família composta por mãe, pai e dois filhos, sendo o pai alcoólatra e a mãe doméstica, trabalhando em casa de família, no qual, os filhos moravam junto com ela na casa dos patrões e o pai não trabalhava e residia sozinho. A filha trabalha desde os sete anos na casa da família ajudando a mãe nas tarefas domésticas.

Um ponto aparece com frequência na história da família de origem das mulheres entrevistadas, consiste no abandono e/ou ausência da figura masculina, em seu papel social de pai, seja por motivos de dependência química, separação conjugal e falecimento. Reforça a questão de cuidado dos filhos ainda ser nessas histórias uma função eminentemente feminina.

Outro elemento presente em todas as histórias se refere ao trabalho feminino doméstico, em casa de família, onde as mulheres deixam a prole sob cuidados da rede de apoio (avó, tia, irmãos, etc.) e/ou carregam seus filhos para o ambiente de trabalho. Nesse espaço as meninas são inseridas bem cedo no trabalho doméstico, como uma questão de sobrevivência, mas os meninos, não.

Levando em consideração a dimensão temporal, numa média de 40 anos atrás, nota-se nitidamente a diferença entre as famílias pobres e ricas, onde apesar da implantação do modelo da família conjugal, a mulher tem a função da maternidade e do lar, esse processo ocorre de formas variadas. A família rica somente administra o lar, e as pobres constituem na mão de obra dos trabalhos de

cuidado dos filhos das “madames” e dos afazeres domésticos, com a finalidade de contribuir para a sobrevivência da prole.

Significados:

Os significados acerca de famílias confirmaram a definição de Sarti (2009), pois família se constitui naquele em que se pode confiar e considerar, sendo o valor afetivo o ponto de definição de família, independente das pessoas que residem na casa.

Minha família verdadeira são eles, minhas duas filhas, meu caquinho de velho. Não tenho mais ninguém que considero como família, minha enteada eu não considero, mas não considero, pois ela não gosta de mim, não posso considerar, não deixo de ajudar se um dia precisar, né, porque aí vou fazer a minha parte humana, mas a gente tem que considerar aquelas pessoas que nos consideram. (Família A, 52 anos)

Em contrapartida se olhar pelo viés da estrutura, percebe-se que a concepção de família está envolvida pela composição pai, mãe e filhos, que remete ao conceito de (Szymanski, 2003) família pensada composta pela idealização advinda da naturalização da família burguesa.

Ao indagar sobre o que é família, as respostas sinalizam sempre esse lugar de segurança, estabilidade, aconchego e acolhimento, que nos remete a Bowlby (2006) quando reflete sobre a função da família e sinaliza o provimento de uma atmosfera segura.

Família é tudo, é o nosso porto seguro né, nossa família. (Família, C, 35 anos)

O conflito entre a família pensada e a família vivida é ilustrado no relato abaixo da família D, quando é questionada sobre a família que tem hoje.

Não vou dizer uma família normal, mas uma família... como dizer... não sei como explicar a minha família, hã... É uma família normal, não é como qualquer família, não é? Uma família normal! (...) Minha família, minha família são meus filhos e minha mãe. (Família D, 39 anos)

No significado de família D, a família vai para além dos muros de sua residência, pois apesar da composição familiar no domicílio ser composto pela

mãe, companheiro e filha, a mãe entrevistada não considera o companheiro como sua família, e engloba seu filho e sua genitora, ratificando que o valor afetivo e a confiança sobrepõem a composição do arranjo familiar e merece atenção e reconhecimento.

Dessa forma, os integrantes residentes do domicílio se diferem da consideração de família, podendo supor a partir desses relatos a necessidade de haver duas perguntas diferentes sendo elas: quem é sua família? Quais são os integrantes de sua residência?

Portanto, família é concebida como aquela que ultrapassa os muros da casa, e vai para além, abrangendo aquele em que há confiança, afeto, no sentido, de afetar e ser afetada, preocupação, entre outros elementos, que estão sempre numa via de mão dupla.

Esses relatos acerca da concepção de famílias estão em consonância à reflexão de Sarti (2007), pois ao pensar na família como realidade deve se levar em consideração os discursos produzidos pela própria sobre si, imersos de singularidades, subjetividades, imbuídos num universo de simbolismos que são paradoxais e complementares, numa mistura de idealizações com realidades advindas das experiências vividas.

Desejos e Realidades:

Os desejos e realidades das famílias entrevistadas estão entrelaçados e são complementares, onde o valor união apareceu com frequência como desejo, e sua ausência consistem num fator de grande incômodo das famílias.

Tipo assim a minha família do jeito que está eu gosto, mas é o que falo eu queria que minha família fosse mais unida, a família assim em geral, eu queria que todo mundo fosse mais unido. (Família C, 35 anos)

Aí, eu queria que fosse todo mundo mais unido. (Família B, 42 anos)

Eu queria que nós fossemos mais unidos, sabe. (...) Eu queria que nossa família fosse mais... (Família A, 52 anos)

Mais unida. Por que eles não são muito unidos. (Família E, 52 anos)

A união em que as famílias se referem aos laços de parentescos das suas famílias de origem (irmãos, sobrinhos, primos...), não se restringindo ao núcleo

familiar. Esse fato remete ao imaginário imbuído dos valores patriarcais da família conjugal moderna, em que apesar da nuclearização dos arranjos familiares, há o momento dos encontros com os parentes, naquele grande almoço de família formado por um ambiente de amor, carinho, afeto, ou seja, só de sentimentos bons, que são incutidos como ideal de família.

O campo do desejo está intrinsicamente relacionado a um lugar idealizado, onde não há conflito, divergências, disputas de poder, fofocas, porém, na família pensada só há coisas boas, como passa nos comerciais que a mídia difundi, da “família margarina”.

Em contrapartida, família vivida (Szymanski, 2003), consiste naquilo que foi possível se constituir dentro das suas possibilidades, podendo visualizar a realidade das relações humanas que são contraditórias e complexas, sendo composto de amor, afeto, entre outros sentimentos bons e ruins que geram conflitos, disputas de poder, etc...

Eu sou uma pessoa muito família, gosto sempre de estar todo mundo junto, mas todo mundo se destacou, a gente não tem mais contato com os parentes da gente, muita gente sumiu, uns porque tem uma condição melhor, se desfazem das pessoas, eu não sou assim, então, eu também não procuro, meu marido fala, e eu respondo que sinto falta e ela fala: “mas ninguém te procura”, então ele fala: “sua família sou eu, sua mãe, sua prima e nossos filhos”, fala assim para mim. Eu até tenho contato pelo Facebook, mas não tenho muita intimidade. (Família C, 35 anos)

A realidade trazida pela família vivida é fantástica, pois corresponde o concreto e desmistifica a sacralidade e naturalização de família, além de retirar desse lugar ideal em que o campo do pensado constituído pelo imaginário social reifica.

Ackerman (1986) corrobora com a reflexão acerca da família vivida, pois concebe a família como uma unidade paradoxal indefinível, que pode facilitar a saúde ou a doença mental dos seus membros.

Desconsiderar a família vivida, concreta, em prol, de uma idealização pensada que enquadra e padroniza as relações, sem desvelar, compreender e reconhecer as trajetórias, significados, desejos e realidades advindos de experiências singulares que formam a real cultura e dinâmica familiar, é como afirma Szymanski (2003) ter a vã pretensão de colocar essas múltiplas dimensões sob uma camisa de força, anulando todas as diversidades de formas.

3.4.2.

“Mulher é a Dona da Casa”. Será?

A indagação realizada conduz a reflexão acerca dos papéis sociais desempenhado pelas mulheres, sendo alvo de muitas discussões e correlação de forças que ilustra a profunda desigualdade de gênero que ainda estamos imersos.

No âmbito intrafamiliar esse lugar da mulher é naturalizado e concebido de forma irrefletida, sendo transmitido de geração em geração, através do universo simbólico e chamado atenção quando há falhas no desenvolvimento desse papel.

(...) às vezes a casa fica uma bagunça, aí eu cobro deles, falo as coisas, elas duas são muito relaxadas, assim de conservar as coisas, deixa tudo bagunçado, aí eu vou arrumo, **meu marido, às vezes fala: “hã eu sei que elas têm que lhe ajudar, mas às vezes você cobra responsabilidades delas que é sua, a dona de casa é você”**, aí eu falo: “mas eles também tem que me ajudar, porque elas já são grande, entendeu, eu falo com elas, mas....” (Família C, 35 anos)

Embora na família C, a responsável pela renda familiar seja a mulher e o homem fique mais tempo em casa, devido fazer somente alguns biscates, ela é cobrada a desempenhar “seu papel de dona de casa ideal”, ou seja, aquela que realiza os afazeres domésticos (limpeza, higiene, cozinha...), administra a casa, gerencia os gastos de forma econômica e garante um espaço de conforto e aconchegante.

(...) meu marido é assim, mais sereno do que eu, e tenho um péssimo defeito, que é se eu vou começar a falar, eu falo gritando, ele sempre fala: “filha porque você está gritando? Fala calma, chama conversa”, mas eu falo gritando, a gente discuti muito por causa disso, às vezes eu falo com as crianças gritando, **e ele me fala: “por que que você fala com seus filhos assim?”**, **ele cobra muito isso de mim.** (Família C, 35 anos)

Os relatos elucidam as permanências contidas na cultura em que há desigualdade de gênero na divisão sexual do trabalho, mesmo após todas as conquistas advindas da luta pela emancipação feminina, houve pouco avanço na transformação do papel da mulher em relação ao trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Ainda prevalecem no imaginário social as concepções implantadas

pela família conjugal moderna, acerca da função da mulher “dona de casa” e “boa mãe”.

Entretanto esses valores que antes (Século XIX) eram impostos por um ordenamento externo, atualmente, são reproduzidos por meio de uma internalização desses papéis, concebidos como naturais e indiscutíveis, desqualificando quem não os segue (Pinsky, 2013).

Nessa lógica o espaço privado ainda fica restrito ao feminino, apesar da mulher estar inserida no externo, ambiente considerado produtivo, a mesma tem que dar conta do lar, onde o homem não entra, somente com algumas ressalvas evidenciadas no relato abaixo.

Meu marido não faz as tarefas domésticas, muito difícil, assim, ele me ajuda muito, vamos supor, se eu trabalhar a tarde, igual dia de domingo, eu trabalho, ele que faz o almoço, porque geralmente eu faço a janta e deixo para o almoço, mas dia de domingo, ele faz almoço, e é as 14hs que chego, **ele deixa mesa montada, tira a foto e tudo,** e não deixa as crianças mexerem, só quando eu chegar, para eu ver o que ele fez, todo domingo ele faz almoço para mim... (Família C, 35 anos)

Por mais que a mulher tenha ganhado mais espaço na negociação das tarefas doméstica, ainda há uma imposição sobre o papel da mesma, sendo colocado como “coisa de mulher”, onde o homem somente entra como um auxílio, na impossibilidade da mulher estar exercendo essa função. Contudo isso não significa uma alteração nas representações simbólicas acerca dos lugares prioritários do masculino e feminino. (Araújo & Scalon, 2005)

Há também as expectativas do papel social (Bronfenbrenner, 1996), que se referem às exigências feitas, as formas e atitudes da pessoa numa determinada posição atrelada aos padrões e valores patriarcais estabelecidos pela sociedade, isso se reflete nos papéis sociais masculinos e femininos, de marido e da esposa.

(...) ele sempre foi um pai, que **eu sempre trabalhei,** (...) **então ele dizia “tchau amor”, e eu falava: “QUEM TINHA QUE ME DAR TCHAU PARA TRABALHAR ERA VOCÊ E NÃO SOU EU NÃO”,** mas sempre sustentei ele durante 10 anos, vivendo com o pai dos meus filhos, aí quando eu separei dele mesmo, 1 ano depois ele veio querendo ficar comigo de novo. (Família B, 42 anos)

Na sua relação com o ex-marido, a entrevistada apresenta essa exigência do papel social do marido, de ser o provedor da família, e lembra que a sua função seria dentro de casa e não estar trabalhando fora.

Meu Marido nem está trabalhando, **por ele, quando ele está trabalhando, eu nem trabalhava**, mas a mulher tem que trabalhar para ajudar, né! Acho assim, que a mulher tem que trabalhar para ajudar e a **mulher também tem que ser um pouco independente**, tem que ter o seu dinheiro. (Família C, 35 anos)

A construção dos papéis sociais no âmbito intrafamiliar está atravessada pela idealização de um modelo familiar, definido por (Szymanski, 2003) de família pensada, atrelada ao modelo da família conjugal moderna que delimita o papel do marido ao provedor e a esposa a rainha do lar, onde a mulher continua submissa, apesar de ganhar um espaço maior de negociação.

Dessa forma para a mulher trabalho e casamento só é compatível quando não atrapalha seu desempenho de suas funções que são restritas ao espaço privado.

Em contrapartida, por mais que homem adentre o espaço privado e seja o responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados com as crianças, o mesmo, não se vê dentro desse papel social da reprodução das relações sociais.

ELA É A DONA DA CASA, MAS QUEM CUIDA DELA E DAS CRIANÇAS SOU EU, eu que lavo só não passo roupa, faço comida, eu as crianças arrumamos a casa. Ela trabalha muito. (Família B, 56 anos³⁵)

Ele trabalha fora, mas quando chega faz tudo. Eu chego em casa reclamando de dor nos braços. (...). Quando chego em casa ajudo ele em alguma coisa, **mas mesmo ele trabalhando fora, quando eu chego em casa está almoço pronto, roupa na corda**. (Família B, 42 anos)

Por mais que esse caso seja atípico na realidade das famílias, no caso específico da família B, o homem é na prática o responsável pelo trabalho doméstico e de cuidado com as crianças, porém, mediante a construção social dos papéis sociais, que Ackerman (1986) denomina de fenômenos do papel familiar, o mesmo assume esse papel de forma contraditória, que por sua vez, reforça a convivência das permanências e mudanças.

³⁵ Lembrando que na família B foram entrevistados o casal, conforme descrito na seção 3.4.

Além disso, esse relato ilustra a invisibilidade e desvalorização que o trabalho doméstico e o cuidado ocupam na sociedade. Embora na prática essa família aparente uma relação mais próxima da equidade de gênero, no campo do imaginário esses papéis estão bem demarcados, gerando um conflito entre a esfera do pensado e do vivido.

A construção dos papéis sociais influencia diretamente as relações e práticas de cuidado em família, mediante as mesmas serem intensamente idealizadas com delimitações específicas aos papéis e funções concernentes ao universo feminino e masculino, sendo categorizado como “coisas de homem” e “coisas de mulher”.

Outro aspecto a ser destacado corresponde aos estágios do ciclo familiar, quando as crianças são pequenas e a mãe trabalha, há maior possibilidade de o marido auxiliar nos afazeres domésticos e cuidados com a prole, contudo, quando as mesmas crescem, sobretudo, se for menina, o trabalho fica sob a responsabilidade da própria.

O pai ajuda, tanto que ajuda para eu ir trabalhar e estudar, **ajudava nos afazeres de casa quando eram pequenas no cozinhar, quando estava de plantão e eu ficava presa, fazia a comida, levava para a escola, agora que elas estão mocinhas não ajuda mais**, mas até hoje ele vai na escola, quando elas pensam que não ele está lá. Então ele cuida, zela e tem muito carinho por elas. (Família A, 52 anos)

Dessa forma, os papéis sociais vivenciados se diferem do imaginário social e são transitórios (Ackerman, 1986) a cada estágio do ciclo familiar (Carter & McGoldrick, 1995, apud, Peres, 2001).

Nessa cultura machista permeada pelos valores patriarcais que sob uma nova roupagem, o papel social masculino é exaltado, valorizado e privilegiado, já o papel social feminino é desvalorizado, invisibilizado e subalterno, onde é plenamente aceitável na função de marido e pai, o homem se isentar da presença, das tarefas domésticas e do cuidado, até porque não é a sua função, porém, a mulher é condenada se isentar-se da função de “boa mãe”, “boa esposa” e “dona de casa”.

Arrumei uma casa para eles alugar, para eles morar, mas como ele não tinha condições que não estava trabalhando em um emprego fixo, botei pra morar na minha casa. MAS A MÃE DELA SE ACHAVA NO DIREITO DE IR PARA O BAILE JUNTO COM O PAI. Foi quando eu peguei a menina de vez pra mim. (...)

O pai não é muito presente, fica mais é nas farras final de semana com a menina. (...) **Meu filho que sustenta a casa, mas somente trabalha não faz nada dentro de casa e vive fora nos finais de semana.** (Família E, 52 anos³⁶)

Portanto, é socialmente mais fácil ser aceito o fato da mulher ser a provedora, do que o homem ser o responsável pelo trabalho reprodutivo de cuidado e afazeres domésticos, que por sua vez, logo é apelidado de “afeminado”, “frouxo”, entre outros.

Bronfenbrenner (1996) em seu conceito de ambiente ecológico assinala que no nível do microssistema, ou seja, no espaço intrafamiliar, é onde as pessoas em desenvolvimento experimentam esses padrões e papéis sociais que são transmitidos de forma irrefletida pelas gerações, por meio do universo simbólico e aparentemente inquestionável, sendo um elemento comum na cultura familiar das entrevistadas.

A partir da reflexão fica nítido nos relatos que há uma internalização profunda dos papéis socialmente, culturalmente e historicamente construídos pelas idealizações da família conjugal moderna marcada pela desigualdade das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, que ainda estão distantes do caminho da equidade.

3.4.3.

“É sempre assim, tudo sou eu”: sobrecarga feminina nos contextos das dinâmicas familiares

A frase “É sempre assim, tudo sou eu”, é encontrada com facilidade no cotidiano e reflete a real sobrecarga feminina, em que as conquistas obtidas na luta pela sua emancipação, não modificou a construção social do seu papel como “dona de casa” e “boa mãe”.

Na dinâmica familiar das famílias entrevistadas, é notória a realidade da sobrecarga feminina, que por sua vez, é aceita na maioria das vezes de forma natural, intocável, inquestionável.

³⁶ Lembrando que a família E, é composta pela Avó (entrevistada), o filho e a neta, conforme descrito na seção 3.4.

(...) dizem que sou estressada, aí respondo: “tenho que ser estressada, trabalho, estudo, me preocupo com isso, me preocupo com aquilo, aí boto vocês lá no curso, mais de vez em quando tenho que ir lá para ver como é que vocês estão, vou ali, tudo é eu na frente, é a mamãe que escreve, mãe, né?! (Família A, 52 anos)

De certa forma, esse lugar ocupado pela mulher e o fato de ser considerada multifuncional, ou seja, que dá conta de várias coisas ao mesmo tempo traz uma sobrecarga, principalmente mediante a necessidade de sustento e sobrevivência da família, contudo, há um envaidecimento dessas múltiplas habilidades, que lhe confere um determinado poder no ambiente doméstico e nas relações com os filhos.

Nas famílias onde a mulher é a responsável pela renda familiar torna-se ainda mais sacrificante, pois além de trabalhar, ainda precisa desempenhar a sua “função”, caso contrário é chamada atenção, conforme ilustrado na seção anterior.

MAS É MUITA RESPONSABILIDADE PARA MIM, DE MARIDO, CASA, FILHO, SOBRINHO, ENTEADO, SABE! É MUITA RESPONSABILIDADE, MUITA GENTE PARA CUIDAR. (...) pois, trabalho de segunda a segunda, só folgo as quartas feiras, que é amanhã, às vezes se quero sair para algum lugar não tem como, pois cheia de coisa para fazer em casa, eu não descanso, quase não durmo, às vezes, chego em casa e ainda vou fazer as coisas, tem vezes que chego e já está tudo pronto, geralmente, estou fazendo assim, a única coisa que faço mais é colocar a roupa para bater na máquina, aí chego em casa agora, tomo banho, almoço, ligo o ar condicionado e durmo um pouco, porque acordo muito cedo, de tarde acordo tenho que colocar roupa na máquina, aí já vou adiantar janta, daqui a pouco, já está na hora de dormir de novo, é assim! (...) E tem ainda a moça que passo roupa quinzenalmente já há 5 anos. (...) E eu ainda tenho minha mãe, que é sozinha, então às vezes, chego do trabalho, tenho que passar a roupa para a moça, ou chego e tenho que resolver alguma coisa com a minha mãe, sai com ela, é sempre assim, eu ainda cuido da minha mãe que é sozinha, ela vai receber pagamento eu é quem vou com ela, pois não vai sozinha, aí tenho que resolver alguma coisa, eu é quem vou com ela. (...). É sempre assim, tudo sou eu! Aconteceu algo, C vamos? Fora minha afilhada, que nem coloquei, que é a mais nova integrante da família, fica muito lá em casa, tem uma gaveta lá em casa só com as coisinhas dela, roupa, fralda, que é mais um custo, pois compro roupa para os meus filhos e para ela também, compro fralda, leite, mucilon, as coisas que ela gosta, tudo lá em casa tem, é uma pregadeirinha de cabelo, pois é menina, né! É uma sandalinha, um chinelo, sempre compro. (Família C, 42 anos).

Ao considerar os afazeres domésticos e o cuidado restrito ao espaço privado e estritamente feminino, essa esfera não é vista nas suas implicações de trabalho, empenho de tempo e custo, que demandam de disponibilidade, presença, responsabilidade, entre outros.

Sou eu a cuidadora dele, 24hs, dele e da minha mãe, que tem hérnia de disco, diabete, para minha mãe tudo sou eu também, e ela mora perto, tudo sou eu, para mercado, tudo, tudo... (Família D, 39 anos)

Essa invisibilidade (Duarte, 2011) gera consequências diretas nas dinâmicas familiares, (Aguirre, 2009) aponta a necessidade dessa esfera que corresponde a reprodução social, seja vista como trabalho, além de trazer o conceito de “carga global de trabalho” que engloba o trabalho remunerado e não remunerado.

Tornar visível o campo doméstico e do cuidado, sendo reconhecido e valorizado como trabalho, em suma, produtivo, que perpassa pela ressignificação dos papéis sociais, pode consistir num avanço para a mudança da cultura em prol de um caminho mais equitativo das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Destaca-se ainda nas dinâmicas familiares a necessidade de iniciação dos filhos, sobretudo, as meninas, no trabalho doméstico e cuidados com os irmãos, independente presença em casa do marido, as crianças contribuem no auxílio à mãe.

Às vezes ele me ajuda, assim, ajuda com a comida, no restante as crianças é que me ajudam, cada um tem sua parte, assim, as meninas fazem tudo durante a semana, como meu sobrinho e a minha enteada trabalham, chegam e vão para a escola, então eles não têm como fazer nada em casa, mas meu sobrinho limpa o quintal, a minha enteada faz as coisas dela dia de domingo, e a louça da janta é deles, um dia da minha enteada, outro dia do meu sobrinho, porque as meninas já lavam a louça do café da manhã, do almoço, do lanche da tarde... (Família C, 35 anos)

A contribuição das crianças nos afazeres domésticos e de cuidados consiste numa estratégia de sobrevivência das famílias pobres, advindas da época do Brasil Colônia, onde a mãe saía para trabalhar e as filhas ficavam responsáveis pelas tarefas de casa e do cuidado com os irmãos, já filho mais velho era responsável por buscar um trabalho a fim de ajudar nas despesas de casa.

A Thaiane assim, na minha casa não, porque eu prefiro que ela ajude na casa da minha mãe, **ela fica como meu suporte**, aí o dia que eu não posso ir lá dar uma varrida, ela vai lá e faz, dorme com a minha mãe. O Hyago trabalha, ela fica um pouco até mais tarde lá, conversando com a minha mãe, fazendo uma companhia, não dorme direto, mas de vez em quando. (Família D, 39 anos)

Esse fato constitui num desafio para os projetos sociais que o Centro Cultural A História Que Eu Conto desenvolve, pois há muitas evasões, faltas e até desistência nas oficinas culturais em que os adolescentes participam, devido à incompatibilidade de tempo e responsabilidade que os mesmos adquirem nas atividades domésticas e de cuidado com os irmãos.

Vale ressaltar que uma característica latente que perpassa todas as culturas familiares das entrevistadas, concerne no intenso trabalho para o sustento dos filhos e a sobrevivência da família, que por sua vez, está em consonância com a trajetória histórica das famílias pobres na sociedade brasileira, onde, segundo Fonseca (2013) é difícil de imaginar a sobrevivência dessa classe social se não houvesse as estratégias utilizadas pelas mesmas.

3.4.4.

“Eu queria ter sido cuidada pela minha mãe”: concepções, desejos e realidade das práticas de cuidados em famílias

Essa frase é a marca dos relatos, quando abordamos o cuidado em relação à família de origem das entrevistadas. E consiste numa profunda reflexão que envolve os elementos que são constitutivos da atividade de cuidar.

Para tanto, é necessário dividir essa análise em partes para facilitar o entendimento, com a ressalva de que elas estão interlaçadas num movimento de complementação e contradição.

Concepções:

As concepções das famílias entrevistadas acerca do significado do cuidar são bem próximas e se repetiram com frequência na fala das mesmas, que estão em consonância ao entendimento que Boff (2012) descreve sobre o cuidado no seu aspecto filológico, como zelo, preocupação, amor, além da dimensão relacional, apontada por Waldow (2008) na sua relação consigo, com o outro e com o meio.

Eu acho que cuidar é ter zelo, amor, carinho, ter cuidado com o ser humano em si, com a natureza em si, com os bichos em si, entendeu? Ter cuidado com a gente também que é muito importante, a gente saber nos cuidar, porque a partir do momento que a gente aprende a cuidar de nós mesmos, a gente tem condição de cuidar do próximo, né. Porque se você não souber cuidar de você, como você vai saber cuidar de alguém, então você tem que aprender a ter cuidado contigo, a se preocupar contigo, com a sua vida, né! (...) ao mesmo tempo que cuido também sou cuidada, cuidar para mim é isso! (Família A, 52 anos)

Cuidar é preservar, cuidar é amar, quando se ama alguma coisa você cuida, eu acho que é isso, assim... preservar e amar. (Família C, 35anos)

Cuidar é dar amor, carinho, atenção, eu acho que é isso... compreender... (Família D, 39 anos)

Nesse sentido, as concepções relatadas pelas famílias ilustram a reflexão desenvolvida na seção 2.1 sobre aproximações teóricas do cuidado.

Entretanto, nas concepções não houve em nenhuma das falas, algum apontamento para a dimensão do trabalho, tempo, entre outras, somente coisas boas. Esse ponto ratifica a ideia do cuidado que denomino como pensado³⁷, sendo aquele que se encontra no imaginário social.

Formas de Cuidado e Desejos:

As formas variam de acordo com a história de cada família, onde foi identificado o cuidado coletivo, intergeracional, intrageracional (Peres, 2001) e pela mãe e pelos próprios pais, conforme descritos a seguir.

Cuidado Coletivo:

Tive pessoas que gostam de mim, apesar de ter sido cuidada por estranhos, passei na mão de todo o tipo de pessoa, quando você não tem pai e nem mãe para cuidar de você, para zelar por você. É por isso que fico assim com esse zelo pelas minhas filhas, elas nem entendem. (Família A, 52 anos)

O cuidado coletivo se refere naquele em que o cuidar é desenvolvido pela rede de apoio, abrangendo o parentesco, vizinhos, madrinhas e até mesmo pessoas que não são do ambiente de convívio da pessoa, mas assume o papel do cuidado, ilustrado pela história da entrevistada Família A, que tem na sua trajetória o

³⁷ Numa alusão ao conceito de família pensada Szymanski (2003).

abandono dos pais, onde no início o cuidar foi desenvolvido por tias e após com a inserção do trabalho doméstico em casa de família, quem passou a cuidar foram os patrões.

Cuidado Intergeracional:

Minha avó que me criou (...) quem cuidou de mim foi minha avó, a criação foi muito boa, eu é que era meio espreitada, porque avó só que o bem da gente mas, a gente é teimosa, né! (...) A minha avó era tudo para mim, me dava atenção, conversava sobre o que era certo e errado, para tudo era minha avó. (...) Eu gostei da minha criação, minha avó me cuidou muito bem, cuidou muito bem de mim, em todos os sentidos, assim, me dava educação, me ensinava o que era certo e errado, embora eu era muito desobediente, mas ela cuidou de mim direito com carinho, fui cuidada muito bem pela minha avó. (Família C, 35 anos)

O cuidado Intergeracional consiste na atividade de cuidar ser desempenhada de forma compartilhada, e em casos específicos transferidos, pelas avós, onde no caso da Família C devido à mãe ter a necessidade de trabalhar para sustentar a filha. Esse tipo de cuidado é identificado com frequência nos arranjos familiares, as avós estão ocupando um papel central no campo do cuidar.

Cuidado Intrageracional:

Minha mãe trabalhou muito, porque era só ela, meu pai morreu cedo, para colocar as coisas dentro de casa, deu uma boa educação para gente, tenho 6 irmãos, ela trabalhava em casa de família e tinha a pensão do meu pai, a gente fazia tudo dentro de casa, eu e meu irmão que fazíamos, quando ela chegava estava tudo pronto a casa arrumada, a comida pronta, e até hoje. Com meus filhos é dessa forma. (Família D, 39 anos)

O cuidado Intrageracional é constituído pela atividade de cuidar exercida por irmãos, onde no caso da Família D, devido à mãe ter a necessidade de trabalhar para sustentar os filhos. Esse tipo de cuidado é também identificado com frequência nos arranjos familiares.

Cuidado pela mãe:

Foi bom... eu não posso reclamar dela por que ela não tinha condições, devido ter o problema do meu pai ser alcoólatra, ela teve que trabalhar em casa de família, eu não posso dizer que a minha mãe que foi ruim; **Foi meu pai que não soube dar uma condição melhor pra ela como mulher...** até isso eu entendia (...) eu tive

uma boa criação, fui criada em casa de família, tive do bom e do melhor, mas queria sempre que a minha mãe me desse, mas nem por isso eu posso dizer que a minha criação foi tão ruim assim. (Família E, 52 anos)

Destaca-se a internalização e exigência do papel social masculino do pai como o provedor da casa.

Cuidado pelos próprios pais:

Minha vida foi boa... Quem cuidava de mim eram os dois, meu pai até quando cresci escorava o travesseiro para eu não cair da cama. (Família B, 42 anos)

Embora as famílias em sua trajetória tenham a mãe trabalhando para sustento da prole, com exceção da família A, quando adentramos no campo do desejo de ser cuidada, foi observado a repetição do sentimento de falta dessa mãe no cuidado.

A eu já passei por tanta coisa nessa vida que sabe... eu queria ter tido minha mãe, meu pai, sabe? QUERIA TER SIDO CUIDADA POR ELES, AMPARADA NOS MOMENTOS MAIS DIFÍCEIS QUE A GENTE TEM, NAQUELES MOMENTOS QUE A GENTE PRECISA DO PAI E DA MÃE POR PERTO, EU QUERIA TER SIDO CUIDADA DESSA FORMA, NÉ! Essa é a parte que mais me machuca, o restante graças a Deus. (Família A, 52 anos)

Vale ressaltar que esse foi um momento que mais gerou emoção na fala de algumas entrevistadas.

O trecho abaixo exemplifica o desejo de ter como forma de cuidado a presença da mãe diariamente.

Eu queria ter sido cuidada pela minha mãe, porque como te falei eu via minha mãe final de semana, e a minha mãe não me dava carinho, e eu sou filha única, eu tinha tudo do bom e do melhor, sempre tive de tudo, mas o principal que eu queria era carinho e atenção e isso ela não me dava, porque quando ela chegava sábado a tarde, eu sabia o horário que o ônibus 395 chegava, que era às 17hs, eu ia correndo para ver ela, e ela vinha, chegava em casa me dava presente e tudo, mas não me dava atenção (...) eu não tive muito carinho dela, igual agora a mesma coisa, ela dá toda a atenção pra os meus filhos que ela não deu para mim, ela faz tudo para os meus filhos, coisa que ela não fez por mim. Hoje em dia ela já é diferente comigo, mas eu não tive muita atenção, tipo de mãe e de pai. (Família C, 35 anos)

Nessa perspectiva, as formas de cuidar transcritas acima apresentam trajetórias de mães que vivem para o trabalho, a fim de conseguirem sustentar seus filhos, sendo nas concepções das mesmas, essa forma não é considerada cuidado, o que nos leva a supor que cuidado implica em presença, atenção, interação, disponibilidade de tempo e dedicação.

Dessa forma, o desejo de ter sido cuidada pela mãe representa a ambiguidade de entendimentos acerca do cuidado que é pensado e idealizado, conforme retratado nas concepções para um cuidado vivido, sendo aquele possível de se constituir.

3.4.5. Cuidado Familiar

A concepção de cuidar da família narrada pelas entrevistadas expressou, na prática, o conceito de cuidado familiar (Elsen, 2002), e foi enriquecedor perceber o reflexo da teoria nos relatos descritos abaixo.

É zelar, se preocupar com elas, cuidar da saúde, do bem-estar delas, da educação, porque eu falo para elas não adianta ter dinheiro, ter casa boa, ter carro, ter conta em banco, se você não tem uma boa educação, se não tem uma formação, então você não tem nada, hã... tem isso, aquilo, mas o resto? E tudo isso é fundamental na vida de um ser humano. (Família A, 52 anos)

Destaca-se no relato da família A o cuidado familiar na sua concretização permeado pela interação a fim de promover saúde, bem-estar e realização pessoal.

Dar o melhor para eles, é dar o melhor, eu passo tudo pela minha filha, deixo de comprar para mim para comprar para ela, nem muito para ele, mas para ela mais do que para o menino. (Família B, 42 anos)

Cuidar, eu penso assim, não deixar faltar nada para eles. (Família B, 56 anos)

Na transcrição acima se percebe o elemento proteção, ou seja, o provimento de ações que garantam o sustento e um ambiente de desenvolvimento.

Cuidar da família é estar ali em todos os momentos, difíceis e não difíceis, sempre que precisar, estar ali no dia a dia, para mim é isso. (Família D, 39 anos)

É dar atenção, procurar saber o que está acontecendo. (Família E, 52 anos)

Na narrativa das famílias D e E, observa-se o cuidado como presença, na atenção cotidiana; promoção de um bem-estar, onde haja um ambiente que facilite o desenvolvimento do grupo familiar e inclusão contendo elementos que propiciem a sensação de fazer parte do grupo.

Os elementos constitutivos do cuidado familiar identificados nas narrativas estão presentes nas concepções que as famílias possuem acerca do cuidado.

Todavia, as práticas de cuidados acontecem de maneiras distintas e específicas, provenientes de cada dinâmica familiar, advindas de sua cultura familiar, mas complementares, sob o ponto de vista conceitual. (Stam & Miotto, 2003)

Embora as formas de cuidados tenham variações peculiares a cada família, há uma dimensão que perpassa por todas, que consiste no controle para não se ‘desviarem’ e ‘serem alguém na vida’, mediante o elemento orientação para a vida do cuidado familiar, sendo expresso de diversas maneiras.

Nas famílias A e B a dimensão do controle se expressa na forma de policiamento, observação e vigilância das amizades para que as mesmas não caiam em mau caminho, considerado namoro precoce, gravidez, drogas...

Eu cuido das minhas filhas, em termos da saúde delas, eu me preocupo com o aprendizado delas, com o preparo delas para o amanhã, **sempre policiando e vigiando as amizades**, para elas não poderem cair em maus caminhos, sabe. Saber orientar, se puder até faço parte da amizade delas também, entro como tia no meio para poder colher e saber o que se passa, dou conselho também para ajudar, cuidado delas em geral. (Família A, 52 anos)

Como eu posso... fico preocupada em ir para escola e não voltar, os colegas querendo tudo levar para o mau caminho, e **eu fico cuidando, né, fico olhando, fico vendo, observando, conversando com ela, retirando o que não presta, isso e aquilo. Quero que ela faça uma faculdade, aqui não tem namorado que queira nada não.** Também pegamos no pé do meu filho, ensino a ele não pegar mochila de ninguém, ensino um monte de coisa. Eu quero trabalhar para eles e não para criar neto cedo. (Família B, 42 anos)

Nota-se também que a frase “ser alguém na vida” corresponde às expectativas acerca do futuro dos filhos, onde a maior parte concerne na formação em nível superior e a carreira militar.

É preocupação demais (...). **A gente cuida dela para não seguirem o ritmo da amiga dela (...). Aí a preocupação dela é isso, cuidar para que ela ingresse na vida, porque falo com ela que quero vê-la lá em cima, sempre falo com ela, que vai namorar, mas lá dentro da faculdade, para arrumar alguém do seu nível. Quero que ele seja militar igual a mim, então falo para se espelhar em mim,** aí ele está também nesse mesmo ritmo, oriento sair de perto de crianças que falam palavrão, e é o que ele faz, não presta se afasta. (Família B, 56 anos)

As consideradas más companhias se referem às amizades, a ir para o baile, ficar o tempo todo na rua, são pontos de maior receio das famílias em relação aos filhos.

Eu cuido ensinando o que é certo e errado, embora as crianças hoje estão muito rebeldes, né (...) Tem aquele ditado se mistura quem quer, mas se deixar fazem a cabeça da pessoa, eu tenho muito cuidado com elas com isso de não deixar ir para baile, eu falo “vocês aqui não vão ficar igual a colegas de vocês que vive pelos bailes, pelas ruas, passa noite”, se depender de mim vocês não vão ter essa criação, não quero isso para os meus filhos. Se pudesse a minha filha que vai fazer 14 anos, queria já arrumar menor aprendiz para ela, para ter responsabilidade direitinho, ter o dinheirinho dela para comprar as coisas que ela gosta. (Família C, 35 anos)

Além da necessidade de sobrevivência, esse ponto é crucial para a inserção dos filhos no mundo do trabalho, através do programa Jovem Aprendiz, pois além de contribuir para o sustento da família e para o aumento da responsabilidade, os adolescentes vão ocupar seu tempo com uma atividade que irá orientar o seu futuro.

Eu procurei fazer o melhor de mim, eu ensinava para os meus filhos o que vi e aprendi, coisas melhores, expliquei muito sobre as violências do mundo para os meus filhos, **para eles não seguirem o caminho errado, mostrei o caminho certo e o caminho errado, porque se um dia um deles escolherem o caminho errado, não foi por falta de aviso, nem de explicações, sempre mostrei o caminho para eles, graças a Deus, procuraram sempre seguir certo, nunca desviaram.**(...) Eu procuro sempre está ali em cima deles, para não persistirem no erro que fiz, procurar a ser melhor. (Família D, 39 anos)

Dessa forma, a forte presença da dimensão do controle em prol da orientação para a vida permeia as dinâmicas familiares, sobretudo, em decorrência

de estarem inseridas num contexto de favela, marcada pela intensa violência cotidiana, entre tráfico e polícia.

Diferentemente da abordagem de Sarti (2003) que assinala o papel do pai como “reserva moral” da família, as mães entrevistadas não remetem a função do homem nesta figura de moralidade, porém se reconhecem nessa função tendo total autoridade, não vendo isso como um obstáculo.

Outro fator interessante de ser assinalado no âmbito do cuidado familiar são as funções sociais de pai, mãe e, sobretudo, a figura da avó. No caso da família E o arranjo familiar é composto pela avó, a neta e o filho, sendo que a neta tem como referência materna, a avó, chegando a chamá-la de mãe.

Falei: “vai com Deus minha filha, que Jesus Cristo te abençoe, te guarda”, ela disse: “benção, mãe”. Ai na rua ela falou: “mãe, mãe, mãe”. **Que coisa chata ficar toda hora me chamando! Agora que eu arrumei um namorado fica me chamando de mãe. (...) Mas ela desde pequeninha me chama de mãe.** (Família E, 52 anos)

Embora a neta tenha mãe, a convivência desde os nove meses com a avó, leva à referência materna, no qual, está naturalizada a figura do cuidado. A neta vê na avó a figura de mãe.

Em contrapartida a avó em sua narrativa em relação à neta, nota-se uma ambiguidade que mistura a função de avó com a de mãe.

Ontem no embeleze perguntaram, a senhora é o que? Mãe e avó! (...) Ah, cuidar é muito gostoso, principalmente quando não é seu, assim, que não saiu de você, como ela... é neta e você nunca teve a experiência com menina, é muito gostoso, é uma sensação muito boa... não sei te explicar a felicidade que é cuidar de uma menina se eu fui mãe de três filhos homens. (Família E, 52 anos)

Essa ambiguidade advém da naturalização e idealização da função de cuidar ser concentrado na figura materna, onde a avó não tem mais essa obrigação, por já ter criado seus filhos e estar em outra fase da vida.

Eu falei: não quero nem saber, esquece que eu estou em casa, minha vida agora vai ser dedicada a mim, não a filho, neto não, entendeu? (Família E, 52 anos)

A função da avó se refere àquela dita no senso comum “avó é para estragar e não para criar, pois isso ela já fez com os seus”, mesmo assim, há várias avós que compartilham e/ou até assumem de forma integral a função do cuidado, configurando no cuidado intergeracional.

No entanto, esse relato também aponta para uma mudança do lugar de avó, pois ao mesmo tempo em que cuida, sinaliza a necessidade de se dedicar a sua vida, ao seu namorado.

Para tanto, o cuidado familiar é constituído pelos seguintes elementos: presença, inclusão, promoção de vida e bem-estar e orientação para vida (Elsen, 2002), que se encontram presentes nas concepções e relações de cuidado em família, sendo expressos de forma singular a cada dinâmica familiar.

Nesse sentido, as narrativas ratificaram que no grupo de entrevistadas há um cuidado que é pensado que são semelhantes no âmbito da concepção de cuidar, porém, existe o cuidado vivido, sendo aquele construído a partir de cada cultura familiar, peculiar a dinâmicas familiares singulares.

Portanto, o cuidado pensado e o cuidado vivido podem ser refletidos, a partir da Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural de Leininger, onde o pensado se refere à universalidade das concepções do cuidado, e o cuidado vivido representado pela diversidade na forma que são expressas as práticas de cuidado em família.

3.4.6.

Autoridade Feminina no Cuidado: estratégias de utilização do Programa Bolsa Família

A autoridade do papel feminino no cuidado advém da construção social, histórica e cultural dos papéis sociais, onde a mulher ocupa essa função, já refletida anteriormente.

Entretanto, essa autoridade feminina foi observada nas narrativas das entrevistadas ao descreverem o sentimento que as mesmas têm sobre si no desenvolvimento desse papel de cuidado, onde se repetiu com frequência o

sentimento de autoritarismo, mandona, por vezes, ignorante, rígida e cuidadosa até sendo considerada chata demais.

Acho que sou muito autoritária, sou muito mandona, autoritária, digo: “não quero” “não vai” “não faça isso, porque senão amanhã acontece isso, isso, isso, faço uma palestra, né”, elas reclamam que perguntam algo e eu faço uma palestra, mas é para vocês entenderem, “gasto mesmo minha saliva com elas. (Família A, 52 anos)

As formas de demonstrar essa autoridade variam de acordo com o contexto e momento, mas ser mandona não configura em algo ruim e sim é demonstrado nas narrativas como algo prazeroso, até sendo o que elas mais gostam na sua forma de cuidar.

Gosto mais no cuidado, do jeito que fico ali em cima observo eles, fico até chata. (Família D, 39 anos)

Adoro as ordens que eu dou, e de ser o punho autoritário na família... exigir... (Família E, 52 anos)

A autoridade feminina é usada como forma de controle nas relações e práticas de cuidado em família, além das estratégias de utilização das políticas públicas.

Um fato surpreendente do campo foi em relação às estratégias de utilização do Programa Bolsa Família, onde as famílias ao realizarem o Cadastro Único não inserem o nome do companheiro, se cadastrando como solteiras, por conta da instabilidade de trabalho dos maridos e mediante ao medo de perder o benefício se o parceiro estiver trabalhando.

No bolsa família eu não coloquei meu marido, porque quando ele trabalhava na obra recebia salário, eu sei que isso é errado, mas não incluí ele, eu coloco que só é eu e meus filhos, e nem que tenho sobrinho e enteado em casa, tipo, por mim falo que é só eu e meus filhos. (Família C, 35 anos)

As estratégias de utilização do Programa Bolsa Família – PBF - levantam várias questões: a necessidade de se refletir sobre o cuidado a nível macro na sua relação com o Estado, o olhar do cuidado como direito a ser garantido, os cuidados familiares serem considerado na agenda das políticas públicas e a redescoberta da família como espaço de cuidado num contexto de pluralismo

liberal, marcado por um Estado com ações Familistas, todos abordados no capítulo 2 (Mioto, 2009).

Nessa lógica pode se considerar as estratégias utilizadas pelas famílias no acesso ao PBF como uma forma de trazer o Estado para o compartilhamento do cuidado, por meio da complementação da renda, por mais que ainda de forma muito precária.

Por outro lado, sob a ótica do cuidado como um direito, o PBF pode ser visto como uma estratégia do Estado no compartilhamento do cuidado, ainda que seja seletivo, focalizado e mínimo.

O fato de a mulher ser o foco das políticas públicas reforça seu papel social de cuidado e a responsabiliza numa obrigação quase que exclusiva (Montaño, 2010) e isso fica nítido quando as próprias mulheres utilizam dessa função para acessarem o PBF, não refletindo a realidade que a mesma possui.

Vale ressaltar que no momento da entrevista as mesmas demonstraram receio da conversa estar relacionada ao PBF, onde a maioria indagou se essas informações iriam para seu cadastro.

Destaca-se também que o PBF se configura na possibilidade de acesso a outros direitos, sendo visto como uma porta de entrada para a garantia dos demais direitos, como por exemplo, facilitação da conquista de vaga em creche da rede pública, a programas de capacitação profissional, ao acesso à universidade, entre outros.

Recebo o bolsa família – mais eu preciso do bolsa família, sabe porque, desde os seis meses de idade delas que me cadastrei e levei três anos para receber, **e por causa do bolsa família tive mais possibilidade de pegar o FIES, aí me abriram mais a possibilidade de entrar pelo FIES, isso me ajudou bastante.** (Família A, 52 anos)

Dessa forma ficam nítidas nas narrativas as múltiplas estratégias criadas pela autoridade feminina para acessar direitos, que a priori, deveriam estar sendo disponibilizados. É necessário vislumbrar o cuidado nos níveis micro e macro, a fim de que haja o compartilhamento do mesmo com o Estado, porém, isso envolve um processo de “desfamiliarização” e “desmercantilização” (Mioto, 2009) numa perspectiva de “economia del cuidado” (Enríquez, 2010).

3.4.7.**Processos de Culpabilização Feminina: divergências e convergências entre cuidado pensado e cuidado vivido**

Os processos de culpabilização feminina advêm sobrecarga da mulher mediante a profunda desigualdade das relações de gênero e da desequilibrada divisão sexual do trabalho, sobretudo, no âmbito da função do cuidado e do trabalho doméstico, ainda ser restrito ao feminino.

Essa culpabilização ocorre de forma consciente quando a mãe se culpa cotidianamente por não estar cuidando de seus filhos conforme o seu desejo; e de maneira inconsciente, quando isso está implícito e emerge numa situação específica com o filho, como, por exemplo, baixo rendimento escolar, envolvimento com drogas, gravidez, etc.

Nota-se na esfera cultural uma unificação dos significados que as famílias atribuem acerca do cuidado, apontando para a dimensão universal, que denomino de cuidado pensado, referindo – se ao campo do imaginário social. Todavia, a prática dos cuidados acontece de formas distintas decorrentes de cada cultura familiar que irá desencadear na dinâmica peculiar das famílias, compreendendo a esfera micro dos cuidados atrelado ao campo da diversidade, que denomino de cuidado vivido.

A culpabilização feminina também decorre das convergências e divergências de cuidado, gerando entendimentos similares acerca da concepção de cuidar, que se diferenciam nas suas práticas cotidianas de cuidado.

O cuidado pensado na cultura brasileira é constituído pelos valores patriarcais da família conjugal moderna, com sua demarcação dos papéis sociais que ratifica a desigualdade das relações de gênero, onde o cuidar ainda é estritamente feminino, desvalorizado, não remunerado e não visto como trabalho.

Dessa forma, é composto pelas idealizações do papel de cuidar, que por sua vez, estão atreladas a construção histórica, social e cultural do papel feminino de “boa mãe” e “dona de casa”, fruto de uma cultura predominantemente masculina que internaliza sua ideologia nos indivíduos.

Ele não cuida, cobra de mim, mas eu não acho que meu marido cuida. (Família C, 35 anos)

Nessa lógica, no imaginário social o papel masculino não está vinculado ao cuidado pensado, mediante não corresponder a sua função, apesar de encontramos na realidade, no campo do cuidado vivido, ainda poucos, mas homens desempenhando esse papel.

Por conta da idealização que consiste no cuidado pensado, a mulher se vê de forma ambígua, ora sim e não se percebe cuidando.

Cuidar, eu não vou dizer para você que eu cuido bem dos meus filhos, eu faço o que posso, né, a gente faz o que a gente pode, e eles nunca estão satisfeitos, né! É sempre assim, eu faço o que posso, cuidar acho que cuido, mas não vou dizer que sou perfeita, pois ninguém é perfeito, as vezes a gente erra fala coisas que não tem que falar, mas eu acho que cuido assim dos meus filhos legal. (Família C, 35 anos)

A narrativa acima ilustra as convergências e divergências do cuidado pensado e o cuidado vivido, que no entendimento gera uma confusão entre o que é possível ser feito e a idealização do cuidar.

O cuidado pensado devido estar impregnado no imaginário social é o parâmetro pelo qual há o julgamento do que é certo e errado. Embora seja transmitido de forma simbólica via a cultura familiar, escola, mídia, sociedade em geral.

Às vezes eu acho que o jeito que eu cuido não é muito correto, as vezes eu sou meio ignorante, sabe... (Família C, 35 anos)

O cuidado vivido consiste no que é construído na realidade das dinâmicas familiares, sendo peculiar a cada família, mediante ao universo de significados (valores, crenças, simbolismo e vivências) imbuídos num movimento de influência interna e externa, sendo afetada pelo contexto cultural, social, econômico e político da sociedade.

Ackerman (1986) ressalta que é fundamental o conhecimento do universo e funções familiares, para olhar suas variações em decorrência da cultura e identificar quais são os conjuntos de padrões, papéis e relações que cada subcultura familiar possui.

Cada família é um universo paradoxo de significados contraditórios e complementares, a culpabilização acontece predominantemente no âmbito feminino quando há uma divergência entre o pensado e vivido.

É muita responsabilidade, é muita coisa, então, sinto falta de dar mais um pouco de amor e atenção aos meus filhos. Sinto culpa por isso, porque ninguém pode mudar isso por mim, eu mesma, preciso mudar... (Família C, 35 anos)

Essa culpa não fica só restrita ao âmbito das práticas de cuidado, acaba se generalizando para a vida toda da mulher.

Me sinto um pouco culpada em relação a tudo, pois se relaciona ao meu jeito de ser, essa minha ignorância por já falar gritando, sinto falta de amor e atenção que não dou aos meus filhos, eu acho que se eu desse mais amor e atenção a eles, eu acho que isso mudaria, mas não tenho tempo, é muito corrido. (Família C, 35 anos)

Em contrapartida podemos associar também o processo de culpabilização feminina ao Estado Familista que restringe suas ações no compartilhamento do cuidado com a família, se ausentando e somente agindo quando há a constatação da falência dessa família, onde o cuidado não é vislumbrado como um direito.

O sentimento de culpa também está atrelado à presença, interação e disponibilidade do cuidado familiar.

Gostaria de Conversar mais, deixar de ser ignorante e grossa, ser mais serena. (...) É TENSÃO POR EU ESTAR SOBRECARGADA, A GENTE ACABA FICANDO E SENDO IGNORANTE, NÃO DANDO NEM ATENÇÃO, NEM AMOR QUE A CRIANÇA NECESSITA, AÍ A GENTE RECLAMA DOS NOSSOS FILHOS, MAS É ISSO, ELES SENTEM FALTA DISSO, PARA PODER SEREM MAIS CALMOS. (Família C, 35 anos)

Dessa forma, o cuidar precisa ser visto no seu nível micro e macro sob o viés da categoria de gênero, onde é concebido como uma atividade feminina, não remunerada e desvalorizada. Duarte (2011), Montañó (2010), Aguirre (2009) e Lyra et al., (2007).

E por falar de feminino, finalizo com a fala da família A que identifico a saga das mulheres de famílias pobres nas suas trajetórias e relações de cuidado atravessadas pelo Cuidado pensado e vivido.

Seguindo o meu caminho, choro, rio, fico feliz, fico triste, fico nervosa, mas aí tenho meu foco, minhas duas filhas, quero sempre o de melhor para elas dentro das condições que posso dar para elas, e essa é minha vida, minha história. (Família A, 52 anos)

4

Considerações Finais

O referido estudo teve como proposta realizar uma análise acerca dos significados atribuídos à famílias e cuidados cotidianos por famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto, a luz das categorias famílias, cuidado e cuidado familiar.

Ao longo do trabalho, buscou-se identificar as formas que integram a construção no imaginário social da concepção de cuidado e como são vivenciadas nas dinâmicas familiares.

Destaca-se como elemento que perpassa sobre todo o estudo, as desigualdades das relações de gênero desde a constituição dos papéis sociais femininos e masculinos até a divisão sexual do trabalho, onde os homens ocupam o lugar da produção, e as mulheres tem exclusividade na função da reprodução da família e do cuidado, sendo fruto de naturalizações, idealizações moralizantes, inculcadas por uma sociedade predominantemente machista e patriarcal.

Outro ponto a ser exposto concerne no cenário da atual sociedade brasileira onde a família conjugal moderna não se apresenta de forma hegemônica de acordo com os dados do IBGE, atualmente a diversidade de arranjos familiares sobrepõe a denominada “família tradicional”.

Essa realidade fortalece o reconhecimento e legitimação como famílias dos diversos arranjos familiares que juntamente com a família “tradicional” apresentam novos universos de significados, simbolismos, crenças, costumes, culturas, dinâmicas e formas, porém no centro dessa novidade o antigo se revela sob uma nova roupagem, imbuídos de permanências e mudanças que são contraditórias e complementares.

Há também as transformações demográficas que contribuíram intensamente para reorganização das famílias e de suas dinâmicas familiares. Sendo assim, a pluralidade marca as famílias nas suas formas por meio dos diversos arranjos familiares e no seu funcionamento através das diferentes dinâmicas familiares que é peculiar a cada família.

Embora os diversos arranjos familiares sempre existiram, porém, não reconhecidos, na trajetória histórica da sociedade brasileira, devido a necessidade da implantação dos valores patriarcais e da família conjugal moderna com seus modelos, padronizações e idealizações.

Vale lembrar que a família conjugal moderna ressignifica o papel social da mulher agregando de forma natural como se fosse um “saber inato”, o sentimento do amor materno, a função do cuidado com a prole que constitui a figura da “boa mãe”, da exclusividade da casa incluindo o domínio das tarefas domésticas no âmbito privado com o título de “dona de casa”, além da relação de subalternidade com seu esposo, o satisfazendo e nunca contrariando na forma de “boa esposa”. Dessa maneira, cabe ao homem a esfera externa de produção, altamente valorizada, e restrita somente a função de trazer o sustento para a casa.

Por outro lado, atualmente os valores e costumes implantados pela família conjugal moderna estão internalizados no imaginário social da sociedade brasileira, e influencia as formas de se viver, sobreviver e pensar das famílias.

Nesse contexto retoma-se Szymanski (2003) no conceito de família pensada que corresponde às idealizações que possuem um viés “sagrado” e “natural” advindas dos valores da família conjugal moderna, e família vivida sendo aquela possível de se constituir com funcionamento próprio e dinâmico, onde o antigo e o novo são as faces da mesma moeda.

Esse conceito reflete nas relações de cuidado em famílias, onde a família pensada traz em seu bojo um cuidado que é pensado, ou seja, um conjunto de concepções idealizadas a partir de um modelo atrelados a padronização do papel social feminino. E a família vivida também pressupõe um cuidado que é vivido no movimento anímico e dinâmico da realidade social, que por vezes, é julgado e condenado por não estar de acordo com as delimitações exigidas pelo imaginário social da família pensada.

Essa reflexão é materializada atualmente na sociedade brasileira a partir da polêmica discussão acerca do Projeto de Lei 6583/2013 denominado de Estatuto da Família, onde fica nítido o embate entre os defensores da família pensada contrastando a realidade das famílias vividas. Nessa disputa acirrada tornam-se evidente, sobretudo, nas redes sociais, os discursos imbuídos do imaginário social

que defende a constituição e reconhecimento de família a partir de um viés estritamente estrutural, sem levar em consideração as relações afetivas e sociais.

Nesse cenário desde a década de 1980 há reprivatização do cuidado, onde as famílias são redescobertas no seu papel exclusivamente de cuidado, sobretudo, na função feminina, onde há retração do Estado e o alargamento das ações do Mercado e da Sociedade Civil, por meio do processo denominado de “Neoliberalismo familiarista”, em que o Estado só atua na considerada falência das famílias.

As famílias dentro desse processo sofrem um rebatimento direto no seu funcionamento e dinâmica, que por sua vez, sobrecarrega ainda mais a mulher na sua função de cuidado e sobrevivência, além de aprofundar ainda mais a desigualdades das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Além de contribuir para o aprofundamento da invisibilidade do cuidado, o restringindo a esfera privada das famílias, sem o reconhecimento de suas multidimensionalidades, principalmente, no aspecto do trabalho, tempo e custo, pois cuidar exige uma disponibilidade física, mental, emocional, atrelados a dedicação, presença, interação e atenção.

Lembrando que cada família possui sua cultura familiar que constituirá na sua dinâmica familiar marcada por singularidade e subjetividades imbuídas do seu universo de significados, valores, crenças, simbolismos, rituais, costumes, entre outros. Portanto, cada família é única, sendo um equívoco a tentativa de enquadrá-las numa mesma forma.

Nesse sentido durante o desenvolvimento do estudo, foi realizado um movimento reflexivo acerca dos níveis macro e micro do cuidado em famílias, pois é necessário adentrar no âmbito micro por esse universo de significados, a fim de compreendê-los e articulá-los ao nível macro sob o contexto político, social, econômico, histórico e cultural que estão inseridos. Isso denota uma perspectiva integral do trabalho, onde o cuidado em famílias é visto na sua totalidade contrariando a visão fragmentada que divide em partes.

A pesquisa possibilitou penetrar sobre essa imensidão ainda pouco conhecida, retomando a mitologia do cuidado, este se encontra presente durante toda a vida do ser humano desde a sua constituição, desenvolvimento e morte,

sendo assim, torna-se relevante ser estudado, sobretudo, no seu desenvolvimento, neste caso, a interface é na esfera familiar.

Percebe-se que as formas de cuidar em família possuem diversas variantes, sendo o ciclo de vida (Ackerman, 1986), e estágios do ciclo familiar (Peres, 2001), a cultural familiar, a interação entre os sistemas familiar que são micro, meso, exo e macro (Bronfenbrenner, 1996), entre outros.

Outro fator relevante destacado neste estudo é a definição de cuidar trazida por Waldow (2008) como um fenômeno existencial, relacional e contextual, além da Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural (Leininger, 1991), que costuram toda a aproximação teórica. Num processo de desvelamento desse conceito, pode se incluir a seguinte percepção, cuidado pressupõe alteridade.

No que concerne os resultados deste estudo, ressalta-se que a função de cuidar ainda há predominância feminina, nos papéis de mãe, avós, tias, madrinhas, irmãs, onde perpassa o cuidado intergeracional e intrageracional. O homem possui pouquíssima inserção nesse campo, e mesmo quando desempenha a função do cuidado, intitula a mulher como dona desse lugar.

Perante essa realidade constata-se a sobrecarga feminina como um resultado da desigualdade das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, onde a mulher ao adentar a esfera externa do mercado de trabalho, não deixa de ser a única titular do campo privado da reprodução social, cuja função de cuidado e das tarefas domésticas lhe espera ao chegar a casa, reforçando o título de “dona da casa” e “boa mãe”.

Embora a sobrecarga seja eminente e intensa, onde a mulher ocupa as duas esferas externa e interna, no lugar da reprodução social, a mesma exerce a autoridade, sendo a detentora do poder tanto nas formas de cuidado com os filhos, quanto nas questões relacionadas ao gerenciamento da casa, gerando lhe, de certa forma um prazer.

E ser detentora exclusiva desse lugar está tão internalizado no imaginário social que não é questionado nem pensado, tendo caráter quase “dogmático” sendo realizado de maneira irrefletida, assim os papéis sociais masculinos e femininos são reificados de forma geracional através da cultura familiar, além de ser legitimado pela mídia, escolas, a sociedade em geral.

Nessa lógica observa-se nas declarações das entrevistadas a concepção de cuidado como presença, interação e atenção, além de um lugar idealizado e único da mãe no papel de cuidar, pois, apesar de haver a presença da mãe na forma de sustento, mediante a necessidade de sobrevivência da família, no qual, as filhas eram cuidadas pelas avós, irmãs, tias, etc. a frase “eu queria ter sido cuidada pela minha mãe” ecoou de forma emocionante no momento das entrevistas.

No campo das emoções foi gratificante ver o conceito cuidado familiar se ratificando nas narrativas das entrevistadas, cuja prática elucidou a teoria, todos os elementos constituintes do cuidado familiar que são a presença, inclusão, promoção de vida e bem-estar, promoção e orientação para a vida, estavam presentes nas formas de cuidar das famílias pesquisadas.

Outro aspecto importante a ser destacado, dentro dessa discussão, está no sentimento de culpa da mulher, mediante sua sobrecarga, que por sua vez, evidencia as divergências e convergência entre o cuidado pensado e vivido. A mulher se sente pressionada pela idealização de cuidar que está impregnada das obrigações do papel social feminino na figura da “boa mãe” e “dona de casa”, devido a isso, não se sente cuidando do filho, contudo, na realidade ela cuida da forma que é possível ilustrada no cuidado vivido.

Vale ressaltar o aspecto surpreendente que emergiu do campo da pesquisa acerca das estratégias de utilização do Programa Bolsa Família, cuja mulher no momento do Cadastro Único torna invisível a presença do homem, declarando somente ela e os filhos. Esse dado remete a discussão sobre a reflexão macro do cuidado, no qual, as famílias utilizam recursos para acessarem o PBF como uma forma de puxar o Estado para o papel de compartilhamento do cuidado, por mais que ainda de forma muito precária.

Apesar do contexto político e econômico ser de Estado Familista é necessário haver a responsabilização do mesmo no compartilhamento do cuidado, que envolve um processo de transformação do papel do Estado, por meio da “desfamiliarização” e “desmercantilização” (Mioto, 2009) com a finalidade de promover uma “economia del cuidado” (Enríquez, 2010), saindo da lógica da falência, para a perspectiva da efetivação do cuidado garantido como direito.

Esse cenário perpassa pela resignificação dos papéis sociais femininos e masculinos que são fruto de uma construção histórica, social e cultural, além do

reconhecimento do cuidado como um trabalho que tem custo, e de sua valorização e desenvolvimento de forma igualitária, onde mulheres e homens compartilham a esfera privada do cuidar e das tarefas domésticas, para que assim possa viabilizar ações em prol a equidade de gênero e uma divisão sexual do trabalho justa.

Dessa forma o compartilhamento do cuidado deverá ocorrer em nível macro por meio da responsabilização do Estado e a nível micro através da ressignificação dos papéis sociais femininos e masculinos.

Reitera-se que os resultados do estudo ratificam a existência do Cuidado Pensado que se diverge do Cuidado Vivido, estando presentes no imaginário social contrastando a realidade do cotidiano, das famílias entrevistadas.

Tal constatação confirma a necessidade de haver um aprofundamento no estudo, porém, tendo como sujeitos da pesquisa, os profissionais que atuam diretamente e indiretamente com as famílias, a fim de identificar a existência do cuidado pensado e cuidado vivido, além de verificar suas divergências e convergências.

Sem a pretensão de apresentar respostas conclusivas, mas motivada a suscitar indagações para futuros estudos, esta dissertação ao analisar os significados atribuídos às famílias e cuidado compreendendo suas implicações nas dinâmicas familiares, faz uma analogia ao conceito família pensada e vivida de Szymanski (2003) e propõe a noção de cuidado pensado e cuidado vivido.

Evidente a necessidade de haver um aprofundamento teórico ao longo de pesquisas e produções acadêmicas que permitam a construção do conceito cuidado pensado e cuidado vivido.

Espera-se que esta pesquisa tenha fornecido elementos mínimos que instiguem e incentivem a novos estudos acerca de uma temática multidimensional e paradoxal, cuja complexidade está em constante transformação, tornando-se um grande desafio, sobretudo, para o campo de investigação do Serviço Social brasileiro, onde tais temáticas possuem um espaço restrito.

Vale ressaltar que os resultados da pesquisa podem contribuir na compreensão da prática do profissional de serviço social com famílias, a fim de ampliar o olhar para as múltiplas dimensões do cuidar, tendo suas implicações para as famílias e na intervenção que leve em consideração a noção de cuidado pensado e cuidado vivido.

ACKERMAN, N. W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Tradução Maria Cristina R. Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

AGUIRRE, R. **Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado em Uruguay**. Montevideo: Unifem/ Doble Clic Editoras, 2009.

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, p. 61-80, 2009.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Instituto de Economia da UFRJ, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.) **Gênero, famílias e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Livros técnicos e científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <<http://www.faroldoconhecimento.com.br/livros/Educa%C3%A7%C3%A3o/PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>>. Acesso em: 01 set. 13.

ASSIS, J. F. Vendedoras, estrategistas e invisibilizadas: mulheres negras nas empresas do setor de energis. In: FONSECA, D. P. R.; LIMA, T. M. O. (Orgs.). **Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: II a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muitos preliminares. In: Ribeiro, A. C. T. (Org.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo, Loyola, 1995.

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOWLBY, J. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. John Bowlby; com a colaboração de Mary D. Salter Ainsworth. Tradução Vera Lúcia Baptista de Souza e Irene Rizzini. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução CNAS nº. 145 de 15 de outubro de 2004. Brasília: 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – Departamento de Proteção Social Básica. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Caderno de Convivência 3. Brasília: 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. Projeto de Lei 2285/2007. **Estatuto das Famílias**. Deputado Sergio Barradas Carneiros. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/517043.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Projeto de Lei 6583/2013. **Estatuto da Família**. Deputado Anderson Ferreira. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Projeto de Lei do Senado 470/2013. **Estatuto das Famílias**. Senadora Líndice da Mata. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=140057&tp=1>>. Acesso em: 10. jan. 2016.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo**: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília – DF, 2004, set/out; 611-4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015

CARVALHO, M. C. B. Famílias: conversas sobre políticas públicas e práticas. In: BOMFIM, L. A. (Org.). **Família contemporânea e saúde**: significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

CARLOTO, C. M. Programa bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R. C. T.; et al. (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CORDIOLI, S. **Metodologia Participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. BROSE, M. (Org.). 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ALMEIDA, M. S. K. et al. **Colcha de retalhos estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

COSTA, S. G. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: **Revista Estudos Feministas**, n. 2, v. 10, Florianópolis, 2002.

COSTA, A. C. G. **O protagonismo juvenil e a ética biofílica**. Disponível em: <<http://www.promenin.org.br/noticias/especiais/o-protagonismo-juvenil-e-a-etica-bioflica>>. Acesso em: 01 set. 2013.

D'AVILA, M. I. N. **O autoritarismo e a mulher**: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1978.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, M. (Org.); PINSKY, C. B. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORI, M. **A família no Brasil colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DUARTE, M. J. O. Loucura e Família: (Re)Pensando o Ethos da Produção do Cuidado. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Org.). **Família & Famílias**: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed. Lumem Juris, 2011.

ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002.

ENRÍQUEZ, C. R. La organización del cuidado de niños y niñas em la Argentina y el Uruguay. In: MONTAÑO, S.; CALDERÓN, C. (Coords.). **El cuidado en acción. Entre el derecho y el trabajo**. Cuaderno de la cepal, Santiago de Chile, n.94, 2010.

FALEIROS, V. P. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.16, n. especial, p.83-91, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300006/24863>>. Acesso em: 07 out. 2015.

FIGUEIREDO, L. C. As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura. In: MAIA, M. S. et al. (Org.). CARVALHO, M. R.; MAIA, M. S. (Apresentação); JUNIOR, J. A. (Coord.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FONSECA, C. L. W. **Da circulação de crianças à adoção internacional**: questões de pertencimento e posse. Cadernos Pagu, v. 26, p. 11-44, 2006.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORI, M. (Org.); PINSKY, C.B. (Coord. de Textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

FONTANELLA, B. J. B. et al. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde**: contribuições teóricas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 24 (1): 17-27, janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FREITAS, R. C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social – Algumas Reflexões para o Debate. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Org.). **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumem Juris, 2011.

FREITAS, R. C. S. **Famílias, violência contra as mulheres, gênero e Proteção Social**. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social, 2013.

GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GUEIROS, D. Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social & Sociedade**. n. 71, a. XXII, especial set. 2002. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

HAHNER, J. E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Parte 2. Petrópolis: Vozes, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** – Características Gerais da População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_atlas.shtm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

KRMPOTIC, C. S.; IESO, L. C. Los cuidados familiares. Aspectos de la reproducción social a la luz de la desigualdade de género. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.13, n.1, p.95-101. Janeiro/junho de 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100011>>. Acesso em: 10 out. 2015.

LEININGER, M. M. **Culture Care Diversity and University**. Nova York: National League for Nursing, 1991.

LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs). **Famílias**: redes, laços e políticas públicas. 3.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais. PUC/SP, 2007.

MAYEROFF, M. **On caring**. New York: Harper Perennial, 1971.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MIOTO, R. C. T. Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. **Revista Katálisis**, Florianópolis, n.2, p. 20-26, mai. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5573/4974>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Família e Serviço Social contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, n. 55 – Ano XVIII, novembro 1997.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.;

MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, p. 43-59, 2009.

_____. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Trabalho com Famílias: um desafio para os assistentes sociais. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.3, a. 3, dezembro de 2004.

_____. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: BOMFIM, L. A. (Org.). **Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MIOTO, R. C. T.; PRÁ, K. R. D. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R.C.T.; CAMPOS, M.S. e CARLOTO, C.M. (Orgs.) **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MONTAÑO, V. S. El cuidado en acción. In: MONTAÑO, S.; CALDERÓN, C. (Coords.). **El cuidado en acción**. Entre el derecho y el trabajo. Cuaderno de la cepal, Santiago de Chile, n.94, p.24-32, 2010.

MONTEIRO, L. P.; CARDOSO, N. A. Família e criação de filhos. In: SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Coord.). **Desenhos de família: criando os filhos a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

NAVARRO, F. M.; ENRÍQUEZ, C. R. Pasos hacia um marco conceptual sobre el cuidado. In: MONTAÑO, S.; CALDERÓN, C. (Coords.). **El cuidado en acción**. Entre el derecho y el trabajo. Cuaderno de la cepal, Santiago de Chile, n.94, p.93-112, 2010.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALoustian, Silvio Manoug (org.). **Família Brasileira a base de tudo**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2005.

NODDINGS, N. **Caring: a feminine approach to ethics and moral education**. Berkeley, Ca: University of California Press, 1984.

OLIVEIRA, A. C. **Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e Ruptura do Segredo: consequências para as famílias**. 233f. Tese (Doutorado) – Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. A teoria Winnicottiana. In: Antônio Carlos de Oliveira e Naura dos Santos Americano. **Crianças e Adolescentes em situação de rua: a difícil arte de cuidar**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005 – 2. ed.

PERES, V. L. Desenhos de família. In: SOUSA, S. M. G.; RIZZINI, I. (Coord.). **Desenhos de família: criando os filhos a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. *Serviço Social & Sociedade*, n.48, p.103-114. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, T. S. O cuidado como valor jurídico. In: MAIA, M. S. (Org.); SILVA, A.C. et al, CARVALHO, M.R. e MAIA, M.S. (Apresentação); JUNIOR, J. A. (Coord.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PLASTINO, C. A. A dimensão constitutiva do cuidar. In: MAIA, M. S. et al. (Org.). CARVALHO, M. R.; MAIA, M. S. (Apresentação); JUNIOR, J. A. (Coord.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PORTAO GEO. Prefeitura do Rio de Janeiro: banco de dados. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PRÁXIS. Aprovação do Estatuto da Família ameaça direitos humanos. Estatuto da Família. Rio de Janeiro. Ed. **Revista Práxis**, a. 8, n.85 –Set./Out.2015.

RATTI, A.; PEREIRA, M. T. F.; CENTA, M. L. **A relevância da cultura no cuidado às famílias**. Família Saúde Desenvolvimento. Curitiba, v.7, n.1, p. 60-68, Jan/Abr. 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/refased/article/viewFile/8054/5676>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

RIBEIRO, T. S. **Família no processo de institucionalização das crianças: uma reflexão a luz do direito a convivência familiar e comunitária**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social, PUC-Rio. 2009.

RIZZINI, I. **O Século perdido**: raízes hitóricas das políticas públicas para infância no Brasil; ilustrações de Pedro Pamplona - Rio de Janeiro: Petrobrás-BR, Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

ROSEMBERG, F. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). **Famílias**: redes, laços e políticas públicas. 3.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais. PUC/SP, 2007

_____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **A igreja e o Estado novo**: o estatuto da família. Cad. Pesq. São Paulo, (37): 71-77, maio de 1981. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/483.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, J. A. **Diagnóstico de Vila Aliança**. Centro Cultural A História Que Eu Conto. Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, S. G.; RIZZINI, I. (Coord.). **Desenhos de família. Criando os filhos**: a família goianense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

SOUTO, K. C. **A constatação da deficiência do (a) filho (a) e os processos de (re) organização das famílias para o cuidado**. 141f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social, 2013.

STAMM, M.; MIOTO, M. **Família e cuidado**: uma leitura para além do óbvio. Ciência, cuidado e saúde. Maringá, v. 2, n.2, p. 161-168, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/5539/3521>> Acesso em: 10 mar. 2013.

SZYMANSKI, H. **A Prática de pesquisa participante junto a famílias de baixa renda**: o jogo cotidiano do vivido e do pensado. Acervo Anpepp, 1988. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Colets/v01n03a05.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 7. ed. 2003.

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, n. 71. Ano XXII, especial set. 2002. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

TEIXEIRA, S. M. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

TORRALBA, F. R. **Antropologia do Cuidar**. Organização literária e apresentação de Vera Regina Waldow. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WALDOW, V. R. **Cuidado Humano: o resgate necessário**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

_____. **Atualização do cuidado**. Aquichan. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.unisabana.edu.co/revistas/index.php/aquichan/article/viewArticle/1596/3419>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

WINNICOTT, D. W. Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela perda na vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Textos da Psicologia).

_____. Saúde e Doença. In: **Tudo começa em casa**. Tradução Paulo Sandler. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A família. In: **Tudo começa em casa**. Tradução Paulo Sandler. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZOBOLI, E. L. C. P. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Revista Escola de Enfermagem USP**, 2004 38(1): 21-7. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reeusp/article/viewFile/41376/44953>> Acesso em: 15 mar. 2014.

6 Anexos

6.1.

Anexo 1 – Autorização da Câmara de Ética para Realização da Pesquisa de Campo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Câmara de Ética em Pesquisa da PUC Rio

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO (2015-38)

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: Transformações nas formas de viver e cuidar em famílias: uma análise sobre os significados e práticas de cuidados cotidianos (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Thamires da Silva Ribeiro (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientador: Antonio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar os conceitos de família e cuidado, compreendendo suas implicações e práticas do cotidiano familiar. O campo empírico da pesquisa é o Núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto (CCHC), instituição sem fins lucrativos, localizada entre Senador Camará e Vila Aliança (Zona Oeste do Rio de Janeiro). Os sujeitos da pesquisa serão as/os cuidadoras/es principais e os filhos (adolescentes) das famílias atendidas no referido Núcleo. Utilizará entrevista semiestruturada e grupo focal. A interpretação dos dados coletados estará apoiada na análise de conteúdo, em sua modalidade temática (Campos, 2004).

Aspectos éticos: O projeto e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido usam uma linguagem clara e explicam os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Asseguram a privacidade dos participantes e a liberdade de recusa ou retirada de consentimento em qualquer fase da pesquisa sem nenhuma penalidade ou constrangimento.

Parecer: Considerando os elementos expostos acima somos de parecer **Favorável** à aprovação do projeto quanto aos princípios e critérios estabelecidos pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2015.

7 Apêndices

7.1. Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Cuidar em família: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro.

Prezado (a), você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Cuidar em família: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro.” de responsabilidade da pesquisadora Thamires da Silva Ribeiro, mestrande vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

O projeto de pesquisa apresenta como objetivo principal analisar significados atribuídos à família e cuidados cotidianos por famílias atendidas pelo núcleo de Desenvolvimento Humano do Centro Cultural A História Que Eu Conto.

Sua contribuição é de extrema importância para o desenvolvimento desse estudo, caso concorde em participar da pesquisa, desde já esteja ciente que suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que dele participaram, assegurando seu anonimato. As pessoas, por acaso, referidas durante

a entrevista também terão suas identidades mantidas em sigilo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

As entrevistas serão gravadas, e posteriormente, será realizada a transcrição das mesmas. O conteúdo das entrevistas, armazenados em arquivo, será destruído após 5 anos do término da pesquisa. Sua participação não importará em nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. No que tange aos possíveis riscos que toda pesquisa possui e suas múltiplas dimensões (física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual), esta pesquisa pode apresentar uma dimensão de risco mínima (desconforto emocional, choros).

Neste sentido, o pesquisador responsável pela realização do estudo se compromete em interromper a entrevista caso perceba algum tipo de desconforto emocional por parte de algum entrevistado e caso haja necessidade também se propõe a fazer o encaminhamento adequado deste para os serviços de psicologia existentes na rede pública de saúde. Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se ao conhecimento que poderá ser produzido sobre as relações de cuidado em famílias. A devolução dos resultados desta pesquisa ocorrerá através de sua apresentação no Centro Cultural A História Que Eu Conto.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/ e-mail e o endereço do pesquisador principal, e demais membros da equipe, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Eu _____ abaixo assinado
(a) concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela equipe da pesquisa.

(Assinatura do entrevistado)

(data)

(Nome do pesquisador)

(data)

Telefone da mestrandia do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Thamires da Silva Ribeiro: 21/96429-5037. E-mail: thamires_sscoail@hotmail.com

Telefone do orientador Prof^o. Doutor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Antonio Carlos de Oliveira: 21/3527-1290 (ramal 212). E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br

7.2.

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista**Roteiro de entrevista semiestruturada para pesquisa com às famílias:
Composição da família**

| NOME | IDADE | PARENTESCO | ESTUDA | SÉRIE | TRABALHO/ OCUPAÇÃO | RENDA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------------|--------|-------|-----------------------|------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL DA RENDA FAMILIAR | | | | | | R\$ |
| Outras Considerações: Recebe Bolsa Família? Responsável (s) pela renda familiar: | | | | | | |

Referência familiar

Idade

Sexo

Renda Econômica

Escolaridade dos membros da família

Concepções e práticas de família, cuidado e cuidado familiar**Família**

Como era a sua família?

Como é a sua família hoje?

Como você gostaria que fosse sua família?

Que família você tem?

Quem você considera como sua família?

Cuidado

O que é cuidar?

Como você gostaria de ter sido cuidada?

Como você foi cuidada?

Cuidado Familiar

O que é cuidar da família?

Quais são as formas de cuidar da família?

Como cuida hoje?

Como se sente cuidando do jeito que cuida?

Como você gostaria de cuidar?

Você mudaria algo na forma de cuidar?

O que mais gosta na sua forma de cuidar?

O que menos gosta?

Sente falta de algo na sua forma de cuidar?